



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – Nº 206 – TERÇA-FEIRA, 9 DE DEZEMBRO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente José Sarney – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p>2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI</p>	<p>3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p>4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p>Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Silhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT-14, PTB-3, PSB-3, PL-3)</p> <p>LÍDER Tião Viana - PT</p> <p>Vice-Líderes Roberto Saturnino-PT Ana Júlia Carepa-PT Flávio Arns-PT Ideli Salvatti-PT</p> <p>LÍDER - PL Magno Malta</p> <p>VICE-LÍDER - PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER – PSB - 3 Antonio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER – PSB Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>Líder – PTB - 3 Fernando Bezerra</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB - 22</p> <p>LÍDER Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes</p>	<p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 28 PFL –17 / PSDB - 11</p> <p>LÍDER Efraim Morais - PFL</p> <p>Vice-Líderes Tasso Jereissati-PSDB Césas Borges-PFL Eduardo Azeredo-PSDB Rodolpho Tourinho-PFL</p> <p>LÍDER – PFL José Agripino</p> <p>Vice-Líderes – PFL Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro</p> <p>LIDER – PSDB Arthur Virgílio</p> <p>Vice-Líderes – PSDB Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias</p>	<p>LIDERANÇA DO PDT – 5</p> <p>LÍDER Jefferson Péres</p> <p>Vice-Líder Almeida Lima</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 2</p> <p>LÍDER Mozarildo Cavalcanti</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>LÍDER Aloísio Mercadante – PT</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra-PTB Patrícia Saboya Gomes-PPS Hélio Costa-PMDB Marcelo Crivella-PL</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Sérgio Castro Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 22, DE 2003-CN

Inclui contratos referentes à construção de trechos rodoviários no Corredor Mercosul, no Estado do Rio Grande do Sul, da Unidade Orçamentária 39252 – DNIT, no Quadro VII, anexo à Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica incluído no Quadro VII, anexo à Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003, os contratos PD-10-015/2001, PD-10-049/2001, PD-10-004/97, PD-10-024/2000, PG-129/97-00, PD-10-017/2001 e PD-10-018/2001, da unidade orçamentária 39252 – Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DNIT, referente ao subtítulo 26.782.0233.5707.0012 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Mercosul – Construção de Trechos Rodoviários no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução de licitações e contratos referentes às obras referentes ao subtítulo mencionado no art. 1º, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 8 de dezembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 180ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 8 DE DEZEMBRO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Parecer

Nº 1.825, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento nº 1.139, de 2003, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, que solicita seja encaminhado ao Ministro da Fazenda pedido de informações relativo ao Banco do Estado de Santa Catarina S.A (BESC)..... 40335

1.2.2 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 508, de 2003, de autoria do Senador João Ribeiro, que acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para considerar crime a prática dos atos nele indicados. ... 40337

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 264, de 2003 (nº 662/2003, na origem), pela qual o Presidente da República, solicita o cancelamento da tramitação da Mensagem nº 3, de 2003, de indicação da Senhora *Vera Pedrosa Martins de Almeida* para exercer, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Dinamarca, o de Embaixadora do Brasil junto à República da Lituânia. 40339

Autuação do Aviso nº 100, de 2003-CN (nº 3.024/2003, na origem), por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1.811, de 2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam sobre o exame dos relatórios de gestão fiscal dos titulares dos poderes e órgãos da administração federal do 2º quadrimestre de 2003, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (TC nº 016.725/2003-3). 40339

Autuação do Aviso nº 101, de 2003-CN (nº 3.026/2003, na origem), por solicitação do Presi-

dente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1.803, de 2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam sobre Levantamento de Auditoria relativo às obras de adequação de trechos rodoviários no corredor Leste – BR-020/DF – adequação do trecho Planaltina – Divisa DF/GO – Programa de Trabalho nº 26.782.0230.5725.0018 – (TC nº 007.310/2003-0). 40339

Recebimento do Ofício nº 55, de 14 de novembro de 2003, da Liderança da Minoria no Senado Federal, de indicação de membros na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 729, de 2003-CN. Designação dos Senadores Sérgio Guerra e Álvaro Dias, como titulares, e os Senadores Reginaldo Duarte e Arthur Virgílio, como suplentes, representantes do PSDB, para compor a referida Comissão. 40339

1.2.4 – Ofício do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso

Nº 179/2003, de 17 de novembro último, encaminhando certidão da tramitação do Processo Administrativo nº 4, de 2001, instaurado em decorrência do Relatório Final apresentado pela Comissão Parlamentar de inquérito criada pelo Requerimento nº 118, de 1999-SF (CPI do Judiciário). 40340

1.2.5 – Ofícios

Nº 972/2003, de 26 de novembro último, do Senador Marcelo Crivella, comunicando a transferência de sua viagem aos Estados Unidos da América do Norte, anteriormente marcada para o período de 30 de novembro a 5 de dezembro de 2003, para o dia 7 do corrente, com retorno previsto para o dia 12 do mesmo mês..... 40342

Nºs 74 e 75/2003, de 5 do corrente, respectivamente, da Liderança da Minoria no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 13, de 2003-CN..... 40342

Nº 76/2003, de 5 do corrente, da Liderança da Minoria no Senado Federal, de indicação de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 13, de 2003-CN.	40342	outras providências. Usam da palavra na segunda sessão de discussão, em segundo turno, os Srs. José Jorge, Álvaro Dias, Mão Santa, Heráclito Fortes e João Capiberibe.	40357
1.2.6 – Discursos do Expediente			
<i>SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI</i> – Transcurso hoje do Dia da Justiça.	40343	1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia	
<i>SENADOR JOÃO RIBEIRO</i> – Apresentação de projeto de lei que considera crime a prática de abrir cadastro com informações bancárias e creditícias sem autorização do consumidor.	40343	<i>SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS</i> , como Líder – Defesa da intensificação de investimentos em fontes renováveis de energia, visando à proteção do meio ambiente.	40367
<i>SENADOR JOSÉ JORGE</i> – Paralisação de projetos de infra-estrutura que vinham sendo desenvolvidos pelo governo federal no Estado de Pernambuco.	40346	<i>SENADOR EFRAIM MORAIS</i> – Comemoração hoje, do dia de Nossa Senhora da Conceição. Considerações sobre as declarações do presidente Lula a reforma da previdência que esta sendo votada no Senado Federal. Críticas a política do BNDES de financiar obras de Infra Estrutura em Países da América do Sul.	40371
<i>SENADOR ALVARO DIAS</i> – Aumento da taxa de desemprego. Crise nas universidades públicas.	40350	<i>SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES</i> – Considerações sobre as decisões da reunião ministerial dos 34 Países que discutem a questão da Alca.	40376
<i>SENADORA SERYS SLHESSARENKO</i> – Homenagem ao Bispo D. Pedro Casáldaliga. Conflito entre índios e posseiros na área de Alta da Boa Vista, em Mato Grosso. Transcurso hoje do Dia da Justiça.	40354	<i>SENADOR JOSÉ AGRIPINO</i> , como Líder – Indagações às declarações, no jornal Folha de São Paulo, do presidente da República sobre a reforma tributária a ser examinada pelo Senado Federal.	40378
<i>SENADOR HÉLIO COSTA</i> – Votação amanhã do Estatuto do Desarmamento.	40354	<i>SENADOR AUGUSTO BOTELHO</i> – Necessidade de um estudo mais aprofundado no País sobre a possibilidade da implantação do instituto da Compensação de Amparo.	40380
<i>SENADORA HELOÍSA HELENA</i> – Aumento da expectativa de vida no Brasil. Necessidade de promover a modificação do fator previdenciário.	40355	1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação	
1.2.7 – Comunicação da Presidência			
Término do prazo, sexta-feira último, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2002, de autoria do Senador Edison Lobão, que dispõe sobre regulamentação do exercício da profissão de “Sommelier” e dá outras providências.	40357	<i>SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI</i> – Esperança de que o governo federal implemente um plano de desenvolvimento da Amazônia.	40382
1.2.8 – Leitura de requerimento			
Nº 1.585, de 2003, de autoria do Senador João Tenório, solicitando que seja submetido à apreciação da Mesa o nome do ex-Senador Luiz Cavalcante, para ser homenageado <i>post mortem</i> , com a edição de sua biografia como parte da Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado.	40357	<i>SENADOR ROMERO JUCÁ</i> – Comentários sobre a publicação do Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao segundo trimestre de 2003.	40383
1.3 – ORDEM DO DIA			
Item 1			
Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2003 (nº 40/2003, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3º do art. 142 e o § 10 do art. 201 da Constituição Federal, e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá		<i>SENADOR PAPALÉO PAES</i> – Análise do Estudo nº 99 do banco norte-americano Goldman Sachs que indica as quatro economias emergentes do mundo, Brasil, Rússia, Índia e China, que estarão em algumas décadas, ocupando o topo da economia mundial.	40385
		1.3.3 – Comunicação da Presidência	
		Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia designada. .	40386
		1.4 – ENCERRAMENTO	
		2 – ATAS DE COMISSÕES (Publicadas em suplemento a este Diário)	
		43ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 28 de outubro de 2003.	40388

1ª a 8ª Reuniões da Subcomissão de Turismo da Comissão de Assuntos Econômicos, realizadas em 8, 15 e 22 de abril, 6 de maio, 5 e 12 de junho, 19 de agosto e 4 de setembro de 2003, respectivamente.	40388	das em 2, 9 e 30 de abril, 14, 15 e 21 de maio, 11, 17 e 25 de junho, 6, 13, 20, 21 e 27 de agosto, 4, 17 e 24 de setembro, 2, 8, 15 e 22 de outubro de 2003, respectivamente.	40388
1ª a 8ª Reuniões da Subcomissão de Mineração da Comissão de Assuntos Econômicos, realizadas em 3, 23 e 30 de abril, 7 de maio, 11 de junho, 13, 20 e 27 de agosto de 2003, respectivamente.	40388	1ª Reunião extraordinária da Subcomissão destinada a fiscalizar as agências reguladoras da Comissão de Fiscalização e Controle, realizada em 13 de agosto de 2003.	40388
1ª a 6ª Reuniões da Subcomissão destinada a acompanhar a evolução da dívida pública dos estados da Comissão de Assuntos Econômicos, realizadas em 14, 20 e 27 de agosto, 3 e 24 de setembro e 14 de outubro de 2003, respectivamente.	40388	1ª e 2ª Reuniões ordinárias da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1ª Reunião extraordinária e 3ª Reunião ordinária, realizadas em 3, 10, 16 e 17 de julho de 2003, respectivamente. (1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura).....	40388
1ª a 4ª Reuniões da Subcomissão Fome Zero da Comissão de Assuntos Econômicos, realizadas em 21 de agosto, 11 de setembro, 23 de outubro e 11 de novembro de 2003, respectivamente.	40388	12ª a 14ª Reuniões ordinárias da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 15ª, 16ª e 6ª Reuniões extraordinárias e 15ª Reunião ordinária, realizadas em 29 de maio, 5, 12, 17, 18 e 26 de junho de 2003. (1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura)	40388
5ª a 31ª e 36ª Reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, realizadas em 27 de março, 10, 15 e 24 de abril, 8, 15, 22 e 29 de maio, 5, 12, 18 e 26 de junho, 7, 14, 21, 27 e 28 de agosto, 4, 10, 11, 17 e 18 de setembro, 2, 8, 15, 22 e 23 de outubro e 19 de novembro de 2003, respectivamente.	40388	6ª a 14ª Reuniões extraordinárias da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, 15ª Reunião ordinária, 16ª Reunião extraordinária, 17ª a 19ª Reuniões ordinárias, realizadas em 24 e 29 de abril, 27 de maio, 10 e 25 de junho, 5, 19 e 26 de agosto, 2, 9 e 16 de setembro de 2003, respectivamente.	40388
1ª a 6ª Reuniões da Subcomissão da criança, do adolescente e da juventude da Comissão de Assuntos Sociais, realizadas em 3 e 22 de abril, 7, 13 e 29 de maio e 29 de junho de 2003, respectivamente.	40388		
1ª a 7ª Reuniões da Subcomissão das pessoas portadoras de necessidades especiais da Comissão de Assuntos Sociais, realizadas em 7 de maio, 3 de junho, 20 de agosto, 1º 8 e 22 de outubro e 12 de novembro de 2003, respectivamente.	40388		
1ª a 8ª Reuniões da Subcomissão de saúde da Comissão de Assuntos Sociais, realizadas em 2 de abril, 8, 20 e 27 de maio, 4 e 10 de junho, 7 de agosto e 17 de setembro de 2003, respectivamente.	40388		
2ª a 6ª Reuniões da Subcomissão de cinema, comunicação e informática da Comissão de Educação, realizadas em 10 e 24 de abril, 7 de maio, 11 e 24 de junho de 2003, respectivamente.	40388		
7ª a 9ª, 11ª a 28ª Reuniões extraordinárias da Comissão de Fiscalização e Controle, realiza-			

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

4 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

5 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

8 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

12 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 180ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 8 de dezembro de 2003

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos,
Papaléo Paes e Efraim Moraes.*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS,
ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Aelton Freitas – Alberto Silva – Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Amir Lando – Ana Júlia Carepa – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Augusto Botelho – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Efraim Moraes – Eurípedes Camargo – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Geraldo Mesquita Júnior – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Hélio Costa – Heloísa Helena – Heráclito Fortes – Ideli Salvatti – João Alberto Souza – João Capiberibe – João Ribeiro – João Tenório – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Jorge – José Sarney – Luiz Otávio – Maguito Vilela – Mão Santa – Marco Maciel – Mozarildo Cavalcanti – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Paim – Pedro Simon – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Sérgio Guerra – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessarenko – Tasso Jereissati – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A lista de presença acusa o comparecimento de 58 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Há sobre a mesa, Expediente que passo a ler.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

PARECER

PARECER Nº 1.825, DE 2003

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento nº

1.139, de 2003, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, que solicita seja encaminhado ao Ministro da Fazenda pedido de informações relativo ao Banco do Estado de Santa Catarina S.A. (BESC).

Relator: Senador **Tasso Jereissati**

I – Relatório

É submetido à apreciação desta Comissão o Requerimento(SF) nº 1.139, de 2003, de autoria do Senador Jorge Bornhausen.

Pretende o referido requerimento que o Banco Central do Brasil preste informações relativas aos processos por ele instaurados contra o BESC.

Para tanto, requer sejam especificadas informações sobre as operações de crédito celebradas pelo BESC (1) sem a observância dos princípios de seletividade, garantia, liquidez e diversificação de riscos, (ii) em desacordo com os pareceres técnicos, (iii) com a concessão de descontos sobre os saldos devidores, sem fundamentação técnica, ou mesmo (iv) com aumento do nível de endividamento de tomadores inadimplentes. Todas essas operações, conjugadas à falta de adoção de procedimentos para sua cobrança, especialmente das amparadas por garantias reais estão em desacordo com o determinado no art. 44 da Lei nº 4.595, de 1964.

Solicita, ainda, informações relativas à falta de provisão em operações de crédito de retomo duvidoso, renovadas ou renegociadas, sem garantia ou com garantia insuficiente, com a publicação de demonstrações financeiras em desacordo com as normas ditadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional e, em consequência, com prestações de informações inexatas ao próprio Banco Central.

São requeridas, também, informações relativas às ofertas públicas para venda e compra de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina, LFTSC, com graves prejuízos ao erário estadual ou com a adoção de procedimentos irregulares, inclusive na oferta de títulos públicos atrelados ao pagamento de precatórios judiciais.

Por fim, são pedidos esclarecimentos de possíveis irregularidades praticadas pelo BESC em operações de empréstimos ao Estado, em celebração e liquidação de contrato de câmbio de importação e no repasse de moeda estrangeira.

II – Análise

O Requerimento nº 1.139, de 2003, é dirigido ao Ministro da Fazenda, atendendo, assim, o que preceitua o § 2º do art. 50 da Constituição Federal.

Por outro lado, para a admissibilidade do requerimento é exigido que ele esteja de acordo com as condições expressas no Regimento Interno do Senado Federal quanto às hipóteses de cabimento de sua iniciativa, em particular em seus arts. 215 e 216, inciso I, que exigem sejam observados, preliminarmente, entre outras limitações os seguintes critérios:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

.....
Sabemos que ao Senado Federal são reservadas competências privativas, notadamente as atinentes ao controle do processo de endividamento público, e outras comuns ao Congresso Nacional, relativas a matérias financeiras, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações, dívida pública e operações de crédito.

Mais ainda, talvez aqui residindo o aspecto mais substantivo relativamente ao requerimento pretendido, a Constituição Federal atribui ao Congresso Nacional competência exclusiva para fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. Logicamente, no desempenho dessa atribuição, é exigido amplo e atualizado universo de informações, para que possa, de forma eficaz e plena, exercer suas competências legislativa e fiscalizadora.

Portanto, ao Poder Legislativo são necessários e admissíveis os repasses de informações, de natureza e alcance diversos, que exigem, logicamente, para sua pertinente e adequada obtenção, a observação de procedimentos legalmente determinados e diferenciados em função da natureza da informação requerida.

Fica evidenciado, portanto, o cumprimento e o atendimento dessas formalidades preliminares, condições essas imprescindíveis à admissibilidade dos requerimentos de informações.

Aliás, como contido na justificação do requerimento, por tratar-se de assunto da mais alta relevância, dado o que representa o BESC para a sociedade catarinense e também pela veiculação pela imprensa de que o Banco Central do Brasil já teria, no seu âmbito, proferido decisão nos relacionados processos administrativos, é que requeiro as informações decorrentes dessa decisão, com vistas ao exame da viabilidade e possibilidade de medidas judiciais cabíveis.

Por outro lado, no presente requerimento, as informações solicitadas demarcam e caracterizam operações ativas e passivas de instituições financeiras, constituindo-se, em consequência e em conformidade ao que determina a Lei Complementar nº 105, de janeiro de 2001, informação de natureza sigilosa, cujo rito de tramitação e apreciação são estipulados nos termos da Seção II, arts. 8º, 9º e 10 do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

O fato de advirem, porém, nos termos propostos no requerimento, do Ministério da Fazenda, não retira sua natureza sigilosa. O art. 22 da referida lei complementar expressa que o dever de sigilo é extensivo ao Banco Central do Brasil, seja em relação às operações que realizar, seja em relação às informações que obtiver no exercício de suas atribuições, das quais, certamente, provêm as informações relativas às operações do BESC.

É igualmente verdadeiro que o sigilo, mesmo representando uma garantia individual, assegurado a todo e qualquer agente que com instituições financeiras contrate operações, é passível de ruptura nas situações e nos termos previstos na referida Lei Complementar nº 105, de 2001.

Do fato de existirem reservas asseguradas por lei não decorrem, serem impedidos nem inviabilizados requerimentos de informações de natureza sigilosa. Há, tão-somente, que se preservar o caráter reservado da informação nesses termos e dessa forma obtida. Aliás, como contido no Parecer nº 330, de 1993, desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o sigilo não é estabelecido para ocultar fatos, mas para revestir a revelação deles de caráter de excepcionalidade.

Com efeito, o próprio Ato da Mesa nº 1, de 2001, já estipula e incorpora os procedimentos previstos na Lei Complementar nº 105, de 2001, que, afora as questões atinentes à tramitação e apreciação de requerimentos dessa natureza pelo Plenário da Casa, impõe a necessidade de que evidenciem o vínculo entre a informação solicitada e a matéria sob apreciação no Senado Federal ou atinente à sua competência fiscalizadora. Seus fundamentos para admissibilidade pressupõem,

assim, matéria específica ou fato determinado, presente no Requerimento nº 1.139, de 2003.

A informação solicitada no requerimento em exame presta-se a compreensão dos impactos e repercussões de possíveis atividades irregulares praticadas pelo Besc e seus prejuízos para as finanças públicas, demarcando vínculo com fato determinado, exigindo, assim, o exercício da competência fiscalizadora dessa Casa. Os dados e as informações solicitadas são específicas e relacionadas com o exercício da atividade de fiscalização bancária, competência privativa de órgão do Executivo Federal.

Ademais, como se sabe, o sigilo típico aplicável às operações bancárias, além de representar, como enfatizado, resguardo de um direito privado, se relaciona, também, com as próprias instituições financeiras, cujas operações, em si mesma, podem vir a constituir objeto de interesse do Estado, se evidenciados ou vislumbrado quaisquer ações contrárias ao interesse público por essas instituições. Nessas circunstâncias, igualmente, encontra fundamento a revelação das informações solicitadas.

Nesse entendimento, o requerimento de informações solicitado encontra plena fundamentação, como é exigido pela Lei Complementar nº 105, de 2001, e pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

Cabe ao Banco Central do Brasil, no exercício de sua função de fiscalização do sistema financeiro, agir preventivamente sob essas modalidades de operações que, sem dúvida, engendravam possibilidades de riscos sistêmicos e graves prejuízos ao erário. A ausência de iniciativas nessa direção reforça a necessidade do exercício da função fiscalizadora desta Casa.

Com efeito, no âmbito do Proes, a União promoveu o financiamento dos ajustes patrimoniais do Besc, que alcançou o montante de R\$1.996,74 milhões, e que, finalmente, em 30-8-00, levou o Estado a transferir o seu controle acionário à União.

Nesse entendimento, o requerimento de informações apresentado constitui necessário instrumento de obtenção de dados indispensáveis ao pertinente e eficaz exercício da competência fiscalizadora do Senado Federal.

Da perspectiva de cumprimento de requisitos preliminares e formais atinentes à admissibilidade dos requerimentos de informações, o de nº 1.139, de 2003, implica observância dos dispositivos definidos nos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal e na Seção 1 do Ato da Mesa nº 1, de 2001, inserindo-se, particularmente, no âmbito do exercício da competência fiscalizadora desta Casa.

As informações solicitadas revestem-se, ainda, da necessária e imprescindível fundamentação, uma vez que demarcam fatos sob os quais é pertinente o exercício da ação fiscalizadora do Senado Federal, assim exigida nos termos da Seção II, arts. 82, 92 e 10 do Ato da Mesa nº 1, de 2001, que trata dos requerimentos que incorporam informações de natureza sigilosa.

Ademais, foram cumpridas as determinações do § 30 do art. 80 do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – Voto

Opinamos, assim, pela aprovação e, consequentemente, pelo encaminhamento do Requerimento de Informações nº 1.139, de 2003, ao Ministro de Estado da Fazenda.

Sala da Comissão, 3 de Dezembro de 2003. – **Edison Lobão**, Presidente – **Tasso Jereissati**, Relator – **Serys Sihessarenko** – **Antonio Carlos Valadares** – **Magno Malta** – **Marcelo Crivella** – **Ana Júlia Carepa** – **Garibaldi Alves Filho** – **Luiz Otávio** – **César Borges** – **Demóstenes Torres** – **Paulo Octávio** – **Efraim Moraes** – **Álvaro Dias** – **Tasso Jereissati** – **Jefferson Peres**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 508, DE 2003

Acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para considerar crime a prática dos atos nele indicados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso e parágrafo:

“Art. 171

§ 2º

Utilização indevida de dados e informações alheias

VII – abre cadastro, ficha e registro indevido de dados pessoais e de consumo ou viola, espiona, copia, adquire, fornece a outrem ou imprime em faixa magnética sem autorização dados e informações bancárias, creditícias, cadastrais ou de transação comercial alheias, para obter qualquer tipo de vantagem pessoal ou para terceiros.”

§ 4º Pena – reclusão, de dois a oito anos, e multa.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Uma verdadeira revolução informacional, como tenta provar a tese do filósofo francês Jean Lojkin, vem provocando profundas mudanças nas diferentes relações geradas atualmente no seio da sociedade.

Faz-se mister, neste momento, compreender a necessidade de dotar a legislação vigente de instrumentos adequados aos novos tempos e relações da sociedade, dia-a-dia envolvida com a produção, transmissão e recepção de dados e informações pessoais.

São inúmeras as possibilidades de transações que o irresistível avanço tecnológico tem provocado, promovendo o surgimento de duas situações antagônicas para os usuários dos serviços baseados na informática. O lado positivo se estabelece com a criação de grandes facilidades que minimizam o corre-corre da vida moderna, entretanto o lado perverso da situação registra-se pela insegurança que provoca diante da inexistência de um ordenamento jurídico que seja capaz de coibir as novas formas de delito, agora realizado com o auxílio dessa mesma tecnologia que quer facilitar a vida de todos.

A criminalidade nas relações que envolvem técnicas e instrumentos de informática tem despertado atenção, face aos computadores passarem a fazer parte da vida cotidiana das pessoas, que têm aprendido a realizar muitas de suas transações comerciais utilizando-se deles, notadamente mediante cartão de crédito, na rede da Internet.

Apesar do difícil combate aos crimes que se podem denominar informacionais, em face da complexidade dos sistemas próprios à informática que por si só dificultam a apuração e a prova da autoria e materialidade da conduta delituosa, é preciso sempre se aquilatar, perante o direito penal, os fatos sociais já conhecidos que ferem os direitos do cidadão já garantidos pela Constituição Federal.

Carece, pois, a legislação, de instrumentos que permitam aos magistrados tipificar tais atos delituosos e impingir aos seus autores sanções adequadas que reparem o dano causado e possam desestimular a prática do crime informacional.

O presente projeto pretende tratar o crime em referência como uma espécie de estelionato, que já se configura com a obtenção das informações e independentemente da prática da fraude em si, o que permite a ação mais pronta dos órgãos policiais e judiciais.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos meus pares a aprovação do projeto ora apresentado.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 2003. –
Senador **João Ribeiro**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PENAL)

Art. 171. Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento:

Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa, de quinhentos mil réis a dez contos de réis.

§ 1º Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor o prejuízo, o juiz pode aplicar a pena conforme o disposto no art. 155, § 2º.

§ 2º Nas mesmas penas incorre quem:

Disposição de coisa alheia como própria

I – vende, permuta, dá em pagamento, em locação ou em garantia coisa alheia como própria;

Alienação ou operação fraudulenta de coisa própria

II – vende, permuta, dão em pagamento ou em garantia coisas próprias inalienável, gravadas de ônus ou litigiosas, ou imóvel que prometeu vender a terceiro, mediante pagamento em prestações, silenciando sobre qualquer dessas circunstâncias.

Defraudação de penhor

III – defrauda, mediante alienação não consentida pelo credor ou por outro modo, a garantia pignoratícia, quando tem a posse do objeto empenhado;

Fraude na entrega de coisa

IV – defrauda substância, qualidade ou quantidade de coisa que deve entregar a alguém;

Fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro

V – destrói, total ou parcialmente, ou oculta coisa própria, ou lesa o próprio corpo ou a saúde, ou agrava as conseqüências da lesão ou doença, com o intuito de haver indenização ou valor de seguro;

Fraude no pagamento por meio de cheque

VI – emite cheque, sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado, ou lhe frustra o pagamento.

§ 3º A pena aumenta-se de um terço, se o crime é cometido em detrimento de entidade de direito público ou de instituto de economia popular, assistência social ou beneficência.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 264, de 2003** (nº 662/2003, na origem), pela qual o Presidente da República solicita o cancelamento da tramitação da Mensagem nº 3, de 2003, de indicação da Senhora *Vera Pedrosa Martins de Almeida* para exercer, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Dinamarca, o de Embaixadora do Brasil junto à República da Lituânia.

A Mensagem nº 264, de 2003, será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

É a seguinte a mensagem recebida:

MENSAGEM Nº 264, DE 2003
(nº 662/2003, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Comunico a Vossas Excelências o cancelamento, no interesse da Administração, da indicação da Senhora Vera Pedrosa Martins de Almeida, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente, com o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Dinamarca, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Lituânia, submetida à consideração dessa Casa pela Mensagem nº 1.207, de 26 de dezembro de 2002.

Brasília, 26 de novembro de 2003. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 365/DP/DSE/SGEX/ARC/G-MRE/APES

Brasília, 21 de novembro de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com o art. 5º, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto no 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 38, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 4.759, de 21 de junho de 2003, solicito de Vossa Excelência o cancelamento, no interesse da Administração, da mensagem de indicação da Senhora Vera Pedrosa Martins de Almeida, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Dinamarca, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Lituânia.

Respeitosamente,

Aviso nº 1.299 -Supar/C.Civil

Em 26 de novembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Senador Romeu Tuma
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Cancelamento de indicação para cargo de Embaixadora.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica o cancelamento, no interesse da Administração, da indicação da Senhora Vera Pedrosa Martins de Almeida, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente, com o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Dinamarca, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Lituânia.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva** Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência comunica ao Plenário que foram autuados, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, os seguintes Avisos:

– **Aviso nº 100, de 2003-CN** (nº 3.024–SGS–TCU/2003, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1.811, de 2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam sobre o exame dos relatórios de gestão fiscal dos titulares dos poderes e órgãos da administração federal do 2º quadrimestre de 2003, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (TC nº 016.725/2003-3).

– **Aviso nº 101, de 2003-CN** (nº 3.026–SGS–TCU/2003, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1.803, de 2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam sobre Levantamento de Auditoria relativo às obras de adequação de trechos rodoviários no corredor Leste – BR-020/DF – adequação do trecho Planaltina – Divisa DF/GO – Programa de Trabalho nº 26.782.0230.5725.0018 – (TC nº 007.310/2003-0).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Os expedientes lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência comunica o recebimento do **Ofício nº 55**, de 14 de novembro de 2003, de indicação de membros para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 729, de 2003–CN.

É o seguinte o ofício recebido:

Ofício nº 55/LM/2003

Brasília, 14 de novembro de 2003.

Senhor Presidente,

Tendo sido criada pelo Requerimento nº 729/2003 a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedores de automóveis, recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche de automó-

Ofício nº 179/2003

veis, em relação aos veículos “salvados”, indico os Senadores Sérgio Guerra e Álvaro Dias, como titulares e os Senadores Reginaldo Duarte e Arthur Virgílio, como suplentes, representantes do PSDB.

Cordialmente, – Senador **Efraim Moraes**, Líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência designa os Srs. Senadores Sérgio Guerra e Álvaro Dias, como titulares, e os Srs. Senadores Reginaldo Duarte e Arthur Virgílio, como suplentes, para comporem a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 729, de 2003–CN, de conformidade com o ofício que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, ofício do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso que passo a ler.

É lido o seguinte:

Cuiabá-MT, 17 de novembro de 2003.

Senhor Presidente:

Em atenção às determinações da Lei nº 10.001, de 04/09/2000, remeto a Vossa Excelência certidão da tramitação do Processo Administrativo nº 04/2001 – Capital, em que o Exmo. Sr. Dr. José Geraldo da Rocha Barros Palmeira – MM. Juiz de Direito da Vara Especializada de Falência, Concordatas e Cartas Precatórias da Comarca de Cuiabá/MT, responde perante este Egrégio Tribunal de Justiça, instaurado em decorrência do Relatório Final apresentado pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Judiciário, relativo a irregular transferência da traficante **Maria Luisa Almirão dos Santos**.

Atenciosamente,


Des. Orlando de Almeida Perri
Relator

A SUA EXCELÊNCIA, O SENHOR
SENADOR **JOSÉ SARNEY DE ARAÚJO COSTA**
D.D. PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, S/Nº
BRASÍLIA DF

CERTIDÃO Nº 13/2003/DA

CERTIFICO, para os devidos fins e legais efeitos que o Egrégio Tribunal de Justiça em sessão Plenária Ordinária Administrativa Interna realizada em 15/2/2001, apreciando os autos de Diversos nº. 7/2000 "D" – Assunto: Relatório final da CPI do Judiciário decidiu "*Por maioria de votos instaurar procedimento administrativo contra o Exmo. Sr. Dr. José Geraldo da Rocha Barros Palmeira – MM. Juiz de Direito da Vara Especializada de Falência, Concordatas e Cartas Precatórias da Comarca de Cuiabá, tendo sido distribuído, mediante sorteio, os presentes autos ao Exmo. Sr. Des. Orlando de Almeida Perri*". CERTIFICO ainda que os autos supracitados foram autuados, no Departamento Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, como Procedimento Administrativo nº 4/2001 – Capital. CERTIFICO mais que já foram encerradas as produções de provas requeridas pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, tendo sido auscultadas 33 testemunhas. CERTIFICO também que encontram-se designadas audiências para inquirição de testemunhas de defesa, a serem realizadas nos dias 12/12/2003, 15/12/2002 e 19/12/2003, no salão Nobre desta Corte. CERTIFICO, finalmente, que os autos de Procedimento Administrativo nº 4/2001 encontram-se com 8.307 páginas e 32 volumes. O referido é verdade e dou fé.

Válida somente com o selo de autenticidade.

Departamento Administrativo, da Secretaria do Tribunal de Justiça, em Cuiabá, 26 de novembro de 2003.

LUCYMAR KIYOMI ONO

Classe de Departamento Administrativo

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O expediente lido vai à publicação e será anexado ao processado do Requerimento nº 118, de 1999.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 972/2003-GSMC

Brasília, 26 de novembro de 2003

Senhor Presidente

Conforme requerimento de 17 do corrente, concedeu Vossa Excelência autorização para a minha ausência do País no período de 30 novembro a 5 dezembro vindouro.

Devido, no entanto, a necessidade indeclinável da minha presença nos trabalhos desta Casa no mesmo período, venho comunicar a Vossa Excelência que ficou transferida a viagem aos Estados Unidos da América do Norte para o dia 7 do corrente, com retorno previsto para 12 do mesmo mês.

Atenciosamente, – Senador **Marcelo Crivella**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 74/LM/03

Brasília, 5 de dezembro de 2003

Senhor Presidente,

Tendo sido criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, por meio do Requerimento nº 13/2003-CN, “com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência), solicito providenciar a substituição do Senador Romeu Tuma pelo Senador Demóstenes Torres, que integrará a comissão como Titular.

Cordialmente, – Senador **Efraim Morais**, Líder.

Ofício nº 75/LM/03

Brasília, 5 de dezembro de 2003

Senhor Presidente,

Tendo sido criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, por meio do Requerimento nº

13/2003-CN, “com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência), solicito providenciar a substituição do Senador Demóstenes Torres pelo Senador Romeu Tuma, que integrará a comissão como suplente.

Cordialmente, – Senador **Efraim Morais**, Líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Liderança da Minoria

Ofício nº 76/LM/03

Brasília, 5 de dezembro de 2003

Senhor Presidente,

Tendo sido criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, através do Requerimento nº 13/2003-CN, “com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência), indico o Senador Antero Paes de Barros para integrar a comissão como Suplente.

Cordialmente, – Senador **Efraim Morais**, Líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O expediente lido vai à publicação.

Passa-se à lista de oradores.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – As Senadoras Heloísa Helena e Serys Slhessarenko estão inscritas para uma comunicação inadiável.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, requeiro minha inscrição para falar como Líder antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, hoje se comemora o Dia da Justiça.

Faço esse registro ao mesmo tempo em que parabeno o Poder Judiciário do Brasil que, nestes últimos tempos, tem sido vítima de uma campanha de descrédito perante a opinião pública, o que considero temerário. Não há dúvida de que o Legislativo é um poder importante porque emana diretamente do voto popular. No entanto, o Poder Judiciário é, com certeza, o esteio mais importante na garantia de uma democracia plena.

Lamentavelmente, diante do problema da segurança no País, vem-se atribuindo ao Poder Judiciário uma culpa que não possui. A opinião pública não consegue discernir que o responsável pelos presídios, pela segurança pública, não é o Poder Judiciário, mas o Executivo.

Logicamente, não podemos dizer que não existem distorções no Poder Judiciário. Temos aqui uma proposta de reforma do Judiciário que está tramitando há mais de uma década entre a Câmara e o Senado. No Senado está há três anos; na Câmara passou quase dez anos. Na verdade, precisamos ter um consenso entre o Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo para fazer tramitar essa reforma que a sociedade reclama. É muito importante dizer, inclusive, que a demora na prestação jurisdicional é muito mais culpa do rito processual do que mesmo da morosidade dos juízes em si. É importante que tenhamos clara essa idéia.

Nós, parlamentares, temos de estar atentos para não cairmos nessa tentação de atribuir culpas, eventualmente. Agora, por exemplo, encontram-se três ou quatro juízes envolvidos em escândalos. E soma-se o fato ao cansaço da sociedade em relação à impunidade e à falta de segurança nos presídios, o que significa, portanto, falta de segurança para a sociedade.

Presto uma homenagem a todos do Poder Judiciário, começando do mais simples juiz do interior, do mais humilde Estado, até o Presidente do Supremo

Tribunal Federal, e dou meu total apoio ao trabalho que visa a reerguer a imagem desse Poder.

Assisti hoje à entrevista do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Maurício Corrêa, e creio que o Poder Judiciário, que agora dispõe da **TV Justiça**, mesmo ainda limitada, precisa divulgar – como estão fazendo a Câmara e o Senado, através das **TV Câmara** e **TV Senado** e também das rádios da duas Casas – o que faz, senão fica aquela idéia de que no Brasil existe apenas um Poder: o Executivo. Confunde-se Ministério da Justiça com Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça, enfim, confunde-se o Ministério da Justiça com o Poder Judiciário.

É muito importante ter clareza em relação a isso. Aliás, o próprio Ministro Maurício Corrêa disse que, se não fosse o Judiciário para julgar o príncipe, nós voltaríamos ao tempo em que o príncipe acumulava exatamente os três Poderes. E atualmente isso ocorre apenas na ditadura.

Portanto, é muito importante ter em mente que o Poder Judiciário deve ser fortalecido. Devemos até buscar mecanismos para que haja uma cooperação entre os três Poderes, uma vez que a harmonia entre eles é preceito constitucional. Não pode existir – aliás não é culpa do Governo, mas do modelo que está aí – uma predominância, por exemplo, do Poder Executivo sobre o Legislativo e até sobre o Judiciário.

Era esse o registro que desejava fazer.

Parabéns aos magistrados de todo o País!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Esta Presidência convida o Senador Eduardo Siqueira Campos para assumir a Presidência dos trabalhos, visto que participarei de uma teleconferência, promovida pelo Interlegis, a partir das 15 horas, com 27 Assembleias Legislativas, para discutir o Estatuto da Pessoa com Deficiência, de minha autoria, com o Relator, Senador Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao Senador João Ribeiro.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meu colega de Bancada do Tocantins, Senador Eduardo Siqueira Campos, Sras e Srs. Senadores, o avanço tecnológico dos últimos anos tem provocado profundas mudanças no cotidiano da sociedade brasileira, tal como a circulação de informações e dados pessoais que passou a ser feita de maneira e velocidade nunca antes vistas. Se por um lado tal avanço agiliza os diferentes processos da vida mo-

derna, por outro tem gerado uma série de problemas, principalmente no campo dos direitos do consumidor.

Destaco, desse quadro, a forma quase indiscriminada com que são tratados os dados pessoais do cidadão brasileiro. O descaso e desrespeito à legislação vigente que garante os direitos do cidadão, aliados à impunidade – por inexistir a devida caracterização do delito em nosso código penal –, estimulam as atitudes de má-fé e provocam dois sérios problemas para a população em geral.

Um deles está relacionado à utilização delituosa em si de dados cadastrais dos cidadãos, que são obtidos de forma fraudulenta, como tem sido mostrado largamente pela grande imprensa, e, o outro, na inobservância da lei que protege o cidadão da divulgação indevida de seus dados pessoais. Isso tem provocado injustiças irreparáveis quanto à questão moral que acaba por ser gerada quando ocorre uma cobrança financeira indevida, por exemplo, e, em outros casos, repercussões financeiras impagáveis.

A questão é por demais preocupante e, por se tratar de uma forma de delito, precisa ser, como qualquer outra, inibida e eliminada.

A Justiça presa à letra da lei, como não poderia deixar de ser, não encontra na legislação vigente a caracterização adequada a esses novos crimes praticados contra os direitos do cidadão e, por isso mesmo, não pode apenar, como deveria, esses ilícitos.

Uma prova clara do que afirmo acaba de ocorrer no Estado de São Paulo. Lá a Justiça determinou, em novembro passado, que o Serasa informe ao consumidor, por meio de carta registrada, 15 dias antes da inclusão do nome do devedor no seu cadastro. Veja bem, Sr. Presidente, o Serasa inclui o nome de qualquer cidadão em seu cadastro sem avisá-lo e esse só toma conhecimento do fato quando efetua alguma compra, passando por uma vergonha muito grande. A decisão tomada pela 20ª Vara da Justiça Federal daquele Estado deixa qualquer um pasmo. Primeiro, porque, infelizmente, não encontra amparo claro na própria Lei nº 8.078, que, aliás, precisa ser reformulada também nesse ponto, e, segundo, porque condenou a entidade a acatar uma série de dispositivos do Código de Defesa do Consumidor, o que não deveria ser preciso fazer, Sr. Presidente, pois a lei é para todos. Qual então a reação do Serasa? “Recorrer da decisão”, foi o que declararam seus representantes à imprensa local.

Eu tenho chamado a atenção, e continuarei a fazê-lo, enquanto for necessário, para os graves problemas de desrespeito a direitos legítimos dos cidadãos que se tornaram rotineiros. Um dos exemplos

que posso citar, porque fui vítima dele, por incrível que pareça, é a forma sinistra como as empresas de telecomunicações tratam atualmente os usuários dos péssimos serviços que têm oferecido. Alguém pode se apropriar do CPF de outrem e usá-lo, como fizeram contra mim. Em junho deste ano, apareceu uma conta minha do Estado do Maranhão. Eu estava esperando um cartão de crédito e não podia pegá-lo se não pagasse essa conta que eu não devia, mas tive de pagar porque não havia outro meio de discutir com o pessoal da empresa.

Eu vou repetir que é de forma sinistra que as empresas de telecomunicações tratam atualmente os usuários dos péssimos serviços que têm oferecido, como mostrei em pronunciamento feito desta tribuna. Impõem a eles cobranças indevidas e levam, de maneira indistinta, seus nomes a registro negativo em bancos de dados específicos, como o sistema citado há pouco que, por sua vez, não cumpre propositadamente o Código do Consumidor.

Fica fácil ver que, se cumprida à risca a legislação, se permitiria a contraprova do pagamento de dívidas para aqueles que nada devessem e que estivessem, portanto, quites com suas obrigações comerciais. Muitas vezes, a pessoa não tem oportunidade nem de mostrar que não deve; eles mandam pagar primeiro para depois o cidadão recorrer aos seus direitos. Mas acontece exatamente ao contrário: a lei está sendo descumprida de forma descarada com o inimaginável aval de órgãos da própria Justiça.

Vejamos, então, o que a Lei nº 8.078, de 1990, estabelece em seu § 2º do art. 43:

A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele.

Isso nunca ocorre. O que fazem, então, os sistemas de proteção ao crédito diante do claro dispositivo legal? Simplesmente aplicam frágeis portarias dos órgãos de Corregedoria da Justiça, as quais permitem que se dê publicidade imediata aos nomes registrados nas listas dos cartórios de distribuição, desconhecendo o texto da lei. Essa prática vergonhosa precisa ser coibida de imediato.

Mas os problemas do cidadão comum não param aí, na transgressão cometida e já explicitada. O mais perverso da situação registra-se pela insegurança que provoca diante da inexistência de um ordenamento jurídico que seja igualmente capaz de barrar as novas formas de delito, agora realizado com o auxílio da tecnologia computacional que apenas quer facilitar a vida de todos.

A ação criminal nas relações que envolvem técnicas e instrumentos de informática tem despertado atenção, em face dos computadores passarem a fazer parte da vida cotidiana das pessoas que têm aprendido a realizar muitas das transações comerciais, utilizando-se deles, notadamente com cartões de crédito na rede mundial de computadores, a Internet.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Eduardo Siqueira Campos.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Senador João Ribeiro, em primeiro lugar, novamente parabeno a presença de V. Ex^a na tribuna desta Casa, desta vez trazendo um assunto que talvez seja o mais conhecido pelos cidadãos brasileiros, dos mais humildes à classe média, hoje tão achatada; pelos mais de 100 milhões de brasileiros. Não digo esse número aleatoriamente, Senador João Ribeiro. Há aproximadamente dois anos, quando eu era membro da Comissão de Assuntos Econômicos, assisti a uma reportagem levada ao ar pela TV Bandeirantes e, depois, recebi dois advogados paranaenses que, naquela oportunidade, utilizando-se de um código de acesso que aqueles que contratam os serviços do Serasa adquirem, conseguiram inserir o nome de, pelo menos, dez Parlamentares, de dois Ministros de Estado e do Presidente da República no cadastro do Serasa. Isso me levou a pedir uma audiência pública e a convocar o Presidente do Serasa, seu Conselho Diretor, seu corpo jurídico e os dois advogados que, uma hora antes da realização da audiência pública, inseriram os nomes de outros Parlamentares, dentre eles o do então Deputado Aloizio Mercadante, como se S. Ex^a fosse emitente de cheque sem fundo. Isso demonstrou que o sistema era vulnerável e que bastava uma empresa comercial ser filiada àqueles que compram o serviço. O Serasa nada mais é que um prestador de serviço, que recolhe, nos cartórios de distribuição, junto às empresas, por meio da informática, as informações de estabelecimentos comerciais, formando, então, o tal malfadado cadastro, que V. Ex^a tão bem aborda hoje como um infortúnio na vida daqueles que já não têm crédito. Senador João Ribeiro, apenas para que V. Ex^a tenha idéia, dessa audiência resultou um processo, que o Serasa move contra os dois advogados, acusando-os de fazerem inserção criminosa. Fui arrolado como testemunha e disse que, no meu entendimento, o que fizeram os advogados foi comprovar que existe uma fragilidade por parte do consumidor, que o consumidor é a peça frágil. As relações do comércio, como bem diz V. Ex^a, se aprimoraram. Vivemos em um mundo altamente informatizado e, para haver mais de 100 milhões de

brasileiros inscritos numa rede como essa, entendemos que, no mínimo, muitas pessoas estão passando constrangimentos muitas vezes indevidos. Cito outro exemplo. Se eu emitir contra V. Ex^a uma cobrança qualquer e esta for a cartório, sem haver decisão de mérito, trânsito em julgado ou sequer uma audiência de conciliação, basta o cartório de distribuição emitir ou registrar uma cobrança, ainda que indevida, e esse cidadão já vai para o banco do Serasa. Então, Senador João Ribeiro, não há nada mais oportuno do que o pronunciamento de V. Ex^a. Recebi o Presidente do Serasa, que me trouxe um vasto currículo dessa empresa que presta serviço há muitos anos, dizendo tratar-se de um serviço honesto, que apenas detecta quem está com problema para proteção dos lojistas, dos comerciantes. Mas isso, na verdade, vem em desfavor do contribuinte. Cito o Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que já está com 13 anos. Há um projeto de resolução tramitando nesta Casa, criando a Comissão de Defesa do Consumidor no âmbito do Senado, para aproximar ainda mais esta Casa do consumidor brasileiro, do Idec – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor –, a quem presto a minha homenagem juntamente àquelas prestadas por V. Ex^a. Por último, sendo hoje o Dia da Justiça, registro que está tramitando no Supremo Tribunal Federal uma ação, se não me engano de autoria da Confederação do Sistema Financeiro Nacional, para que os bancos não estejam sujeitos às ações de proteção do Código de Defesa do Consumidor, ou seja, que as relações dos bancos com seus clientes não estejam no âmbito das relações que o Código de Defesa do Consumidor estabelece em defesa do consumidor. Esse fato seria mais uma violência contra o consumidor brasileiro. Portanto, cumprimento V. Ex^a pelo seu pronunciamento. Ressalto que, na Câmara dos Deputados, está em andamento a CPI do Serasa. Espero que dessa CPI e do pronunciamento e do projeto de lei que V. Ex^a apresenta com tanto brilhantismo surjam relações que favoreçam mais a parte desfavorecida, ou seja, o consumidor brasileiro. Parabéns!

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Senador Eduardo Siqueira Campos, incorporo o aparte de V. Ex^a ao meu discurso, pois certamente enriquece o meu pronunciamento.

Concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PPS – RR) – Senador João Ribeiro, como bem falou o Senador Eduardo Siqueira Campos, o pronunciamento e o projeto de V. Ex^a são muito oportunos. É comum vermos, a

toda hora, cidadãos, os mais humildes possíveis, sendo constrangidos por essa situação do Serasa. O pouco cuidado, o pouco respeito para com o contribuinte é tamanho que se chega ao ponto, como disse o Senador Eduardo Siqueira Campos, de o sistema bancário querer ficar fora dessa relação, não considerando o cliente consumidor dos seus serviços. Na verdade, esse projeto é oportuno. Penso até que deveria haver urgência em sua tramitação para proteger todos os usuários do sistema financeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Senador Mozarildo Cavalcanti, incorporo o aparte de V. Ex^a ao meu discurso.

Sr. Presidente, apesar do difícil combate aos crimes que se pode denominar de informação, é preciso sempre avaliar, perante o direito penal, os fatos sociais já conhecidos que ferem os direitos do cidadão garantidos pela Constituição brasileira.

Carece, pois, a legislação de instrumentos que permitam aos magistrados tipificar tais atos delituosos e aplicar aos seus autores sanções adequadas que reparem o dano causado e possam desestimular a prática do crime, assim como as rotinas birrentas dos sistemas de proteção ao crédito que, ao seu modo, insistem, repito, em não observar o que preceitua o Código do Consumidor.

São esses fatos que me trazem à presença de meus pares, com o propósito de submeter-lhes à apreciação um projeto de lei que trata de criminalizar a prática, sob todas as formas, do uso indevido de dados do cidadão.

O projeto de lei que apresento acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, nosso Código Penal, para considerar crime a prática de abrir cadastro, ficha e registro indevido de dados pessoais e de consumo; ou a violação, espionagem, cópia, aquisição, fornecimento a outrem; ou impressão em faixa magnética, sem autorização do consumidor, de seus dados e informações bancárias, creditícias ou de transação comercial, para obter qualquer tipo de vantagem pessoal ou para terceiros. Pretende tratar os crimes em referência como mais uma espécie de estelionato, que se configura com o lançamento indevido de dados pessoais em sistemas de registros e cadastros e a obtenção e utilização de qualquer informação pessoal de forma fraudulenta, permitindo assim uma ação mais pronta no combate a esses delitos.

Conto com o apoio das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, para a aprovação, o mais rápido possível, do projeto de lei que apresento nesta sessão, e que já foi inclusive lido pela Mesa.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Ribeiro, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, Papaléo Paes e Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, sucessivamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador José Jorge, do PFL do Estado de Pernambuco, que falará por permuta com o nobre Senador Valdir Raupp.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveito esta oportunidade de falar hoje, no Senado Federal, para mostrar como se encontram os projetos de infra-estrutura que vinham sendo desenvolvidos pelo Governo Federal em Pernambuco.

Citarei cinco projetos. Infelizmente, todos estão paralisados. Eram projetos que vinham caminhando normalmente no Governo anterior e agora, com a mudança de governo, foram paralisados praticamente. Portanto, aproveito esta oportunidade exatamente para denunciar tal paralisação, porque já estamos no fim do ano – hoje já é dia 8 de dezembro. Dessa forma, mesmo que venha a ser liberado algum recurso, não será mais possível gastá-lo neste ano, porque existe um prazo legal para que isso aconteça. Na verdade, é um ano perdido. E acredito que isso tenha ocorrido em outros Estados também, como Tocantins, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo etc. Razão por que vemos grande número de desempregados em nosso País. Em vez de criarem os tais dez milhões de empregos prometidos, na verdade, até agora, foram retirados 300 mil empregos apenas este ano, e o crescimento é de 0,3% – e dizem que vai baixar. Esse é um número tão pequeno, que, como já disse aqui, só quem é professor de Matemática ou de Aritmética sabe o que é. Outro dia, eu, que sou professor de Matemática, estava querendo explicar a alguém o que era 0,3% e tive grande dificuldade. Resolvi, então, dar um exemplo. É como se um chefe chamasse alguém e dissesse assim: “Fulano, você vai ter um aumento de salário. Você trabalhou muito, você se saiu muito bem, e vai ter um aumento de salário!” Aí o funcionário pergunta: “De quanto?” “Você vai ter um aumento de salário de 0,3%.” O funcionário não iria saber o

quanto era, e então o chefe diria: "É o seguinte: você ganha R\$1.000,00 e agora vai ganhar R\$1.003,00". Então, esse é um aumento de 0,3%.

É por isto, pela paralisação de todas as obras, pela carga tributária e pelos juros, que a economia não pode crescer.

São cinco obras que vou referir, Sr. Presidente: a primeira, a Adutora do Oeste; a segunda, o Metrô do Recife; a terceira, o acesso viário ao aeroporto de Guararapes; a quarta, o Sistema Pirapama de Abastecimento de Água; a quinta, a BR-232, que é a principal estrada de Pernambuco, que vai de Recife a Caruaru.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Permita-me um aparte, Senador José Jorge?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não!

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador José Jorge, primeiramente, meus cumprimentos pela forma denodada com que V. Ex^a se apresenta nesta Casa, procurando mostrar os equívocos do Governo. Ausência de oposição não é bom nem mesmo para o Governo, muito menos para o País. E V. Ex^a tem demonstrado competência ao colaborar com o Governo, porque se trata de colaborar com o Governo, apontar os seus erros, as suas omissões, os seus equívocos, as suas contradições. Então, V. Ex^a está de parabéns! Quanto à questão das obras paralisadas, é lamentável que até mesmo o recapeamento de uma ponte, por falta de pagamento, esteja paralisado no Paraná. Há poucos dias, veio o Prefeito de União da Vitória, no Estado do Paraná, reclamar que a obra de recapeamento da ponte sobre o rio Iguaçu já parou duas vezes e está novamente paralisada por falta de pagamento. Há uma estrada, Senador José Jorge, no Paraná, que se chama Estrada da Ribeira, que beneficiaria a região mais pobre do Estado, verdadeiro ramal da fome, que liga o Paraná ao Estado de São Paulo, por meio do Município de Adrianópolis. Essa estrada também começou no Governo Fernando Henrique Cardoso e agora está paralisada. Não há justificativa, porque até mesmo os recursos provisionados no Orçamento para investimento não estão sendo utilizados pelo atual Governo. Já apresentamos aqui números estatísticos: apenas 6% do que está provisionado para investimento foram realmente investidos neste primeiro ano de Governo. Não quero tomar o tempo de V. Ex^a, que é preciso, mas gostaria de cumprimentá-lo, apoiá-lo nessa sua tentativa de acordar um governo que está realmente sonolento demais.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Álvaro Dias! Estamos juntos nesse trabalho, nas Comissões e aqui no plenário.

Primeira obra: Adutora do Oeste.

Essa é a principal obra hídrica de responsabilidade da União, para abastecimento humano, que se desenvolve no sertão pernambucano.

A adutora principal que capta água no rio São Francisco, na Cidade de Orocó, já atende uma população de cerca de 160 mil pessoas, no seu percurso de 157 quilômetros, até atingir Araripina, que é um importante pólo gesseiro com 320 pequenas e médias empresas. Serve a seis cidades e um distrito. Todo esse contingente reside no Sertão do Araripe, região das mais castigadas pela seca e que hoje tem o privilégio de beber água do São Francisco, graças aos esforços do Governo Federal na gestão anterior.

O Governo Fernando Henrique Cardoso investiu cerca de R\$70 milhões e o Governo de Pernambuco cerca R\$15 milhões, graças à visão social e ao senso de responsabilidade do Governador Jarbas Vasconcelos.

O atual estágio das obras é a construção dos ramais e o término de algumas pendências do sistema em operação, como duas subestações elétricas inconclusas.

Pois bem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas R\$2,8 milhões estão configurados no Orçamento Geral da União de 2003. Se não é muito, daria ao menos para concluir as subestações citadas e enterrar alguns quilômetros de tubos que estão ao relento, há anos se depreciando. Seriam mais alguns milhares de sertanejos matando a sede com a água do São Francisco, que já passa perto de sua porta. Aliás, esses tubos estão sendo roubados e dando muito trabalho à Polícia Federal, que investiga o desaparecimento de parte dos canos.

Mas nem um real foi investido na Adutora do Oeste este ano. Não obstante isso, o Governo Federal diz que vai fazer a transposição do São Francisco e gastar R\$6 bilhões.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Adutora do Oeste é uma simples adutora de 157 quilômetros que leva água até Araripina. É longe, mas é uma adutora fechada, que atende a seis Municípios. E não há dinheiro para concluir as obras. Enquanto isso, o Governo anuncia que vai realizar a transposição do rio São Francisco, que custa R\$6 bilhões. Nós, nordestinos, Senadora Heloísa Helena, não vamos nos enganar com essa. Porque, se não há R\$2,8 milhões para terminar uma adutora que já está pronta, como vamos acreditar que vai se investir R\$6 bilhões em um projeto megalomaniaco como essa transposição?

Segundo projeto: Metrô do Recife.

Atualmente, a responsabilidade sobre o sistema de transporte sobre trilhos em Pernambuco é do Governo Federal, inclusive as obras novas em andamento.

A concepção do projeto de expansão do Metrô do Recife visa o re-ordenamento do plano da Região Metropolitana, com a integração entre os meios de transporte, a racionalização e requalificação do espaço urbano e a priorização do transporte público.

O empreendimento prevê a possibilidade de passar dos atuais 150 mil passageiros transportados para 400 mil. Portanto, vai praticamente triplicar a capacidade de transporte do metrô do Recife.

Obra da maior relevância social. Afinal, trata-se de dar melhores condições para o transporte do trabalhador.

Pois bem, durante os quatro últimos anos, 1999 a 2002, o empreendimento contou com uma injeção de recursos federais de R\$371 milhões, que corresponde a uma média de R\$93 milhões por ano.

Em 2003, apenas um terço desse valor médio, ou seja, R\$31 milhões, foi efetivamente investido. Não se cumpriu nem o já minguado orçamento de 2003, que era de R\$44,5 milhões. Enquanto isso, nos quatro anos passados, houve, inclusive, a suplementação orçamentária, superando-se os investimentos previstos originalmente nos orçamentos. Como todos sabem, pelo menos quase todos, esse é um projeto financiado pelo Banco Mundial. Então, o Governo recebe o dinheiro do Banco Mundial, não investe e fica pagando os juros daquele dinheiro. É isso que está acontecendo com o metrô do Recife.

Qual é o resultado disso? A obra se arrasta, demissões em massa e cronograma a perder de vista.

A população já deveria estar contando com esse benefício. Note-se: falamos de um empreendimento eminentemente social.

Faltam cerca de R\$160 milhões, Sr. Presidente. Portanto, se investíssemos durante dois anos, 2003 e 2004, aquilo que se investia antes, ou até um pouco menos, no final de 2004 essa obra já poderia estar prestando serviço à população e, ao invés de transportar 150 mil passageiros por dia, poderia estar transportando 400 mil passageiros por dia apenas com acréscimo de R\$160 milhões.

O terceiro é o acesso viário ao aeroporto dos Guararapes.

O novo aeroporto dos Guararapes é um dos investimentos mais importantes e prioritários para o

Estado de Pernambuco. É um projeto de responsabilidade da União, por meio da Infraero.

O velho aeroporto, com capacidade de 1,5 milhão de passageiro por ano, opera hoje com o dobro de sua capacidade, ou seja, três milhões de passageiros por ano, gerando um grande desconforto para o usuário.

As obras do novo aeroporto, com capacidade de cinco milhões de passageiros por ano, estão com um bom desenvolvimento, num percentual de realizações que supera 85%. Há quatro anos que ele vem sendo construído. Toda a expectativa está voltada para a sua inauguração, que deve acontecer em maio do ano vindouro.

Não obstante isso, convive-se no Estado com uma grande preocupação: a construção do acesso viário a esse importante equipamento.

Até hoje não foram liberados os 20 milhões, apenas, previstos no Orçamento Geral da União de 2003, para serem repassados pela Embratur, e os dois empreendimentos são complementares, portanto, devendo ter a mesma velocidade de conclusão, em maio de 2004. O que acontecerá é que o aeroporto será concluído e não vai ter o acesso. Isso por causa de 20 milhões. Sem o complexo viário, a área sul do Recife ficará congestionada trazendo atropelos à população, com gigantescos engarrafamentos.

O quarto projeto, Sr. Presidente, é o Sistema Pirapama. A Região Metropolitana do Recife, já há muito, convive com uma forte escassez de água para atender às necessidades de seus 3 milhões de habitantes. Dispomos de apenas 10 m³/segundo, juntando todo o sistema da região metropolitana. Só para comparar, a Região Metropolitana de Salvador, que tem uma população menor do que a de Recife, dispõe de 15 m³/segundo. Então, na realidade, estamos sempre com restrição de água. Já houve uma seca em que recebíamos água durante um dia e passávamos 10 dias sem receber.

A Barragem de Pirapama, inaugurada em 2001, construída com recursos do Estado para atenuar essa situação, só pode oferecer seus benefícios com a construção de adutoras para conduzir a água e de algumas obras complementares. Hoje, a barragem está cheia – em plena região metropolitana –, com 61 milhões de metros cúbicos de água. O atual Governo Federal não entendeu a importância de complementar esse sistema e contingenciou os recursos necessários para disponibilizá-lo para a população.

O sistema tem grande capacidade (5,6 m³/segundo), o que significa que proporcionará um atendi-

mento no padrão do que hoje existe em Salvador. Com esse sistema, aumentará em 50% a capacidade de atendimento dos usuários de abastecimento de água.

O Governo de Pernambuco investiu R\$15 milhões na barragem, o Orçamento Geral da União de 2003 contemplou as obras com R\$28 milhões, mas nenhum recurso foi disponibilizado pela União neste ano. Esse patrimônio público poderia estar proporcionando um serviço essencial para a melhoria de qualidade de vida da população. Isso significa não saber distinguir as verdadeiras prioridades, afinal estamos falando do saneamento básico de uma região com mais de 3 milhões de habitantes.

O quinto e último projeto diz respeito à BR-232, Recife/Caruaru. Todos os que conhecem Pernambuco sabem que é um Estado comprido e estreito. Portanto, uma única estrada, passando pelo meio do Estado, leva praticamente a todos os pontos. A BR-234, Recife/Caruaru, que é a espinha dorsal do Estado, está sendo duplicada. É a principal obra viária de todo o Norte e de todo o Nordeste atualmente em execução em Pernambuco, já em sua fase conclusiva. Não se trata apenas de uma rodovia, mas do principal eixo de desenvolvimento do Estado.

O Governo de Pernambuco teve a coragem de enfrentar o desafio, não obstante tratar-se de uma rodovia federal. Assinou um convênio com a União por meio do qual responsabilizou-se com a participação de 60% do empreendimento. Os 40% do Governo Federal correspondem a R\$131 milhões. Desses recursos, o Estado recebeu até o presente momento R\$69,6 milhões, sendo que do atual Governo apenas R\$23,2 milhões. O Estado precisa receber os R\$61 milhões restantes, pois esse valor já foi pago às construtoras para que a obra não fosse paralisada. Ao contrário, como disse, está praticamente concluída. Desse débito para com o Estado, R\$14,3 milhões estão inscritos em restos a pagar referentes ao ano de 2002; R\$12 milhões são referentes ao ano de 2003. Nenhum real do Orçamento de 2003 foi repassado ao Estado.

Sr. Presidente, essas cinco obras são de infra-estrutura e, portanto, importantes para o desenvolvimento do Estado de Pernambuco. Não se trata de uma obra que atenda um Município, uma cidade. São obras que atendem o Estado por inteiro.

O Governador Jarbas Vasconcelos, seu Secretário de Infra-Estrutura, Fernando Dueire, e o próprio Vice-Governador, Mendonça Filho, têm vindo a seguidas reuniões para liberar recursos para o projeto. Infelizmente, nenhum recurso foi liberado. Poderia

até crer que a razão é o fato de o Governador Jarbas Vasconcelos ser da Oposição. Não creio, no entanto, que seja isso. Não creio que estejam perseguindo Pernambuco porque o Governador é da Oposição. Entendo que o Governo está agindo assim com todos os Estados. Todos os recursos estão sendo contingenciados. Não é só com Pernambuco, mas com o Piauí, com o Paraná – conforme afirmou o Senador Alvaro Dias –, com a Paraíba etc. Na realidade, o Governo está paralisado e temos que denunciá-lo. É preciso que o Governo se anime para gastar, para investir os recursos do Orçamento.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Senador Mão Santa, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Jorge, tenho uma grande admiração por V. Ex^a. No momento mais difícil do Governo passado, V. Ex^a venceu o apagão. Por isso, o País está iluminado. Quero dizer que é muito simples, o Governo tem que reduzir o número de ministérios. O Governo errou, pois não estava preparado. Foi um fato histórico. O Presidente é de fato simpático, generoso, e tem um currículo empolgante, semelhante ao de Abraão Lincoln, pois provém dos mais humildes. Mas o núcleo é duro, como eles mesmos disseram, não tem flexibilidade. A idéia de dobrar o número de ministérios não existe. Eu já governei a minha encantadora cidade, Parnaíba, e também o Piauí, por duas vezes, e sei que ninguém pode gastar mais do que arrecada. Então, o Governo está fazendo todo o esforço para compensar a despesa desnecessária que fez. O Senador Hélio Costa, que vai ser Ministro da Comunicação, sabe que nos Estados Unidos só há oito secretários-gerais, que têm **status** de ministro. Durante a ditadura, como V. Ex^a sabe, havia 15 ministros. O Presidente Sarney elevou esse número para 16. Depois o Collor reduziu para 12, e o Fernando Henrique, em oito anos, voltou para 16. De chofre, nomeiam-se 40 ministros, o que gera despesa. Todos eles querem casa no Lago para morar, assessoria, dinheiro para se banquetear e para viajar. Senador José Jorge, ao homenageá-lo pela luz que deu ao Brasil durante o apagão, quando era ministro, devo dizer que fiz apenas uma viagem este ano ao exterior, oficial, em companhia do Senador Efraim Morais, e ainda estamos cansados. Há ministro que já fez 15 viagens ao exterior, o que não é possível. Getúlio Vargas só foi à Argentina. Dom Pedro II, em 49 anos, fez somente uma viagem. O Estado está na bancarrota. Depois começam a criar impostos e mais impostos. V. Ex^a se

lembra quando o melhor homem da história da humanidade passou e lhe perguntaram: “Jesus, é justo pagar imposto?” E Jesus respondeu ao fariseu: “O que há nessa moeda é a esfinge de César? Dai a César o que é de César”. Mas, hoje, se um brasileiro ou uma brasileira perguntasse: é justo pagar imposto a Lula? Jesus diria: não pague, brasileira e brasileiro, porque ele já tirou dos velhinhos, dos aposentados, das viúvas e dos órfãos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço o aparte, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, encerro meu pronunciamento dizendo que o Senador Mão Santa tem absoluta razão. O aumento da máquina administrativa, como o promovido pelo atual Governo, não trouxe bons resultados. Está na hora de voltar ao tamanho natural que deve ter. Aliás, tenho visto no jornal que o Ministro José Dirceu tem defendido exatamente este ponto de vista. Cada vez que o Presidente Lula viaja, o Ministro José Dirceu comporta-se como se fosse Presidente e deita falação. Da última vez, inclusive, inclusive, S. Ex^a disse que ia “meter o pau” nas universidades brasileiras; de outra vez, queria criar um exército do Mercosul. Quem sabe, Senadora Heloísa Helena, se na próxima viagem o Ministro José Dirceu não reforme esse Ministério e não atenda o apelo do Senador Mão Santa.

Muito obrigado.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa, pela ordem.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a a minha inscrição para uma comunicação inadiável antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa registra que, havendo a última vaga para essa finalidade prevista no Regimento Interno, inscreve V. Ex^a como terceiro orador para as comunicações inadiáveis.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Dando prosseguimento à lista de oradores inscritos, concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, do PSDB do Estado do Paraná. S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Eduardo Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Oposição cumpre o seu dever quando faz a

avaliação dos atos do Governo de forma crítica e honesta, como fez o Senador José Jorge. Esse também é o nosso objetivo, é a contribuição que podemos oferecer, da tribuna desta Casa, apontando aquilo que consideramos equívocos do Governo.

Por exemplo, Sr. Presidente, a taxa de juros real do Brasil voltou ao patamar de dois dígitos no mês de novembro. Segundo pesquisa da Consultoria Global Invest, os juros reais brasileiros ficaram em 11,4%. Em outubro, a taxa real do Brasil havia ficado em 8,7%. Devemos salientar que para dezembro essa mesma Consultoria espera que a taxa de juros real alcance os 12,6%.

A Global Invest chega à taxa de juros real descontando da taxa nominal, acumulada nos últimos 12 meses, a inflação no mesmo período. No caso do Brasil, foi usado o IPCA acumulado de 11,02%, de dezembro de 2002 a novembro deste ano, para deflacionar os juros nominais de 23,7% no mesmo período.

O Governo de Lula não apresentou, até o momento, uma estratégia inteligente de crescimento econômico. Os números do desemprego são dramáticos e isso não é uma constatação da Oposição, pois os órgãos do próprio Governo indicam os percentuais de crescimento do desemprego no Brasil.

Em oito meses, houve um crescimento de 21,7% de desempregados no nosso País. De cada cinco trabalhadores da região metropolitana de São Paulo, um está desocupado. Na média das seis maiores regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE, a taxa de desemprego atingiu 12,9% no mês de outubro.

O desemprego cresce, a renda cai, aprofunda-se a crise social.

Em pesquisa realizada no Paraná indagando dos paranaenses se a vida melhorou ou piorou com o Governo de Lula, a resposta majoritária foi de que piorou – a resposta expressivamente majoritária da população do Paraná.

Em que pese o **marketing** do Governo, em que pesem os gastos com publicidade, a população sente na própria carne os efeitos nocivos de um Governo paralisado, que não consegue retomar o crescimento econômico para atender às demandas sociais.

Nós estamos falando no crescimento dramático do desemprego. Esse é o grande desafio de qualquer Governo: gerar empregos para atender à necessidade da população.

O Programa de Geração de Emprego do PT, apresentado durante a campanha eleitoral, não foi realista. Falou-se em dez milhões de novos empregos nos quatro anos do mandato. Pelos números apre-

sentados em 2003, atingir essa meta é algo que tangencia o impossível. A meta já está comprometida pelo desempenho do primeiro ano do Governo.

O crescimento anual médio do PIB, de 5%, foi fixado e anunciado pelo candidato à Presidência. Esse foi o percentual anunciado no primeiro ano. Segundo expectativa do IPEA, o crescimento será de 0,2%. Estamos próximos do final do ano e esta é a expectativa: não os 5% da campanha, mas 0,2%. Portanto, para alcançar os 5% de média, Senador João Tenório, o País precisa crescer, nos próximos três anos, 6,7% ao ano. Se não ocorrer esse crescimento, a promessa estará descumprida. E é evidente que para que o Governo Lula gerasse dez milhões de empregos, o crescimento real deveria ser de 5%. Para que se chegue a 10 milhões de empregos ao final da gestão Lula, o País precisa crescer 6,7% por ano. É claro que essa meta nos parece inatingível, porque, apenas para estabelecer um parâmetro de comparação, isso equivale a 2,6 vezes a média de crescimento do período posterior ao Plano Real e a quase o dobro da taxa de expansão que inúmeros analistas projetam para o PIB potencial brasileiro na próxima década.

Portanto, a meta proposta pelo candidato é inatingível diante da realidade econômica que estamos vivendo no Brasil.

Entre dezembro de 2002 e outubro de 2003, segundo pesquisa mensal de emprego do IBGE, o número de desempregados aumentou em 648 mil nas seis maiores regiões metropolitanas do Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a missão do Governo Lula é dramática, até porque as promessas espetaculosas da campanha eleitoral estão presentes na memória da população brasileira. O Governo até as esquece, mas o povo trabalhador, que votou alimentando expectativa de mudanças, não pode esquecer e a Oposição não pode deixar de lembrar. Esse é o papel da Oposição.

Em extrapolação simples, o Brasil teria de crescer em um ritmo anual de 7,9%, nos próximos três anos, para cumprir as promessas de campanha, no tocante à geração de emprego. Essa não é uma avaliação nossa, mas do Dr. Gesner Oliveira, Doutor em Economia, professor da Fundação Getúlio Vargas e ex-Presidente do CADE.

Portanto, não se trata do crescimento de 5%. Agora, a necessidade é de 7,9%, segundo essa avaliação técnica.

Conforme opinião dos melhores doutrinadores, nenhum programa de geração de emprego pode repousar exclusivamente sobre o crescimento da eco-

nomia. Sem uma estratégia clara de crescimento e sem um programa abrangente de geração de emprego, os trabalhadores que estão fora do mercado de trabalho deverão continuar vagando pelas filas do seguro-desemprego.

É por isso que, antes do final do ano, o Governo praticamente esgotou todo o recurso provisionado para o seguro-desemprego. E, por ineficiência, investiu apenas 0,01% do que estava previsto no programa de geração de empregos.

O Senador José Jorge suscitou a paralisação de obras federais no País. É exatamente a falta de investimentos em infra-estrutura que pode inviabilizar o desenvolvimento. Para o País voltar a crescer, será preciso investir em infra-estrutura. Já ouvi, desta tribuna, o Senador Eduardo Siqueira Campos analisando a hipótese de crescimento do País diante da ausência de uma infra-estrutura compatível com os índices de crescimento propugnados. É preciso que o Governo esteja atento para essa realidade. Sem obras de infra-estrutura, o Brasil pode enfrentar, já no segundo semestre de 2005, um blecaute logístico provocado por estradas precárias, portos congestionados e ferrovias subutilizadas. Essa é a realidade do nosso País.

Aliás, por falar em estradas precárias, a não ser onde o Governo impôs a cobrança dos pedágios, as estradas estão totalmente abandonadas, parece-me, em todo o País.

A Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de Base calcula em US\$20 bilhões os investimentos anuais necessários para vencer os gargalos que atingem, além do transporte e energia, setores como gás natural e telecomunicações. É uma cifra significativa. Neste ano, os investimentos não passam de US\$8 bilhões, muito abaixo dos US\$15 bilhões estimados pelo Governo. Portanto, necessitamos de US\$20 bilhões de investimentos e investimos apenas US\$8 bilhões neste ano.

Como afirma José Augusto Marques, Presidente da Abdib, "Este ano, houve muita restrição a investimentos públicos e grande retração dos investidores privados". Creio que a retração dos investimentos privados é consequência da retração dos investimentos públicos. Parte dos recursos para infra-estrutura viria da iniciativa privada, agora, segundo projeto do Governo que tramita no Congresso Nacional, por meio do Plano de Parceria Público-Privado.

Este Plano de Parceria Público-Privado surgiu na Inglaterra com sucesso absoluto, passa agora pelo México e pela África do Sul com êxito. No entanto, os especialistas no Brasil estão preocupados porque de nada adiantará esse Plano se não forem esta-

belecidados marcos regulatórios que dêem garantias e tranqüilidade aos investidores privados. Marcos regulatórios são regras do jogo. São eles que darão a garantia de que os contratos a serem firmados serão cumpridos como afirma Júlio Gomes de Almeida, diretor executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial.

Os investimentos em infra-estrutura são caros e de longa duração, podendo chegar a 40 anos. Por isso, são de alto risco. Se não forem estabelecidas regras claras, o plano não irá deslanchar. É o que já se prevê no Brasil: este Plano de Parceria Público-Privado acaba não deslançando por falta de competência governamental.

Aqui já se falou do número de ministérios, da forma com que o Governo vem preenchendo os cargos públicos sem levar em conta a necessidade da qualificação técnica. Isso tudo tem contribuído para a ineficácia governamental, e um plano da importância desse PPP não pode estar comprometido pela ineficiência do Governo.

A Confederação Nacional dos Transportes aponta um índice de 83% de estradas deficientes no País. Provavelmente, quase todas as estradas em que não se cobra pedágio hoje são deficientes no País, com raríssimas exceções. Não há investimento público na preservação desse extraordinário patrimônio brasileiro que é o nosso sistema rodoviário. E como escoaremos nossa produção? Não há investimentos no corredor de exportação nem conservação daquilo já estabelecido como infra-estrutura no País. E não há investimentos novos para a modernização do corredor de exportações, para que possamos realmente estabelecer uma política de exportação dos nossos produtos capaz de alavancar o crescimento econômico e estimular a produção nacional.

Sr. Presidente, esse é um cenário pouco otimista, mas é o diagnóstico da realidade. O Governo precisa acordar enquanto é tempo e estabelecer prioridades com eficiência, a fim de que o crescimento econômico do País não seja comprometido em razão dos equívocos governamentais.

Senador Efraim Morais, Líder da Oposição, antes de concluir este pronunciamento, eu gostaria de comentar as declarações do Ministro José Dirceu a respeito das universidades. A repercussão das palavras de S. Ex^a foi sentida na academia, que reagiu indignada às declarações do Ministro-Chefe da Casa Civil do Governo Lula, que afirmou que o “pau vai comer” na reforma da universidade pública.

A crise na universidade pública brasileira é colossal. Em Minas Gerais, Estado do Senador Hélio

Costa, a reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, Ana Lúcia Gazzola, fala até em fechar as portas. Vejam a que ponto chegamos: a reitora de uma das mais importantes universidades do nosso País, a UFMG, fala em fechar as portas da universidade. Ana Lúcia declarou: “Não temos dinheiro para pagar a luz. Se eu pudesse, retirava meu voto no Lula”.

Uma universidade do porte da Universidade Federal de Minas Gerais não tem dinheiro para pagar a luz!? O que está acontecendo com este País e com este Governo? Será que a causa é a constatação de que o Presidente da República está no ar, permanentemente no ar, literalmente no ar, muito próximo do mundo da lua? Será essa a causa da paralisia deste Governo, que não repassa recursos para uma universidade tão importante?

Está na hora de o Presidente Lula começar a governar. Fica a impressão de que, quando está no Brasil, continua a campanha. Sua Excelência é um verdadeiro viajante pelos caminhos do Brasil. Quando imagina estar governando, transforma-se no estadista internacional e percorre o mundo levando a sua palavra, que imagina provavelmente ser sábia, porque aprendida na universidade da vida.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Concede-me V.Ex^a um aparte, Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Com satisfação, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, quero complementar o discurso de V. Ex^a sobre a situação das universidades federais brasileiras. Há um ano, o Piauí, por meio deste Senador, dos Senadores Heráclito Fortes e Alberto Silva e de sua Bancada federal, vem travando sua luta. A maior Líder do PT no Piauí conseguiu uma grande votação, mas morreu insatisfeita nessa luta. Era hipertensa e acabou sofrendo um acidente vascular cerebral. S. Ex^a era a maior estrela, a única do PT no Estado. Hoje a Deputada está no céu. É preciso R\$60 mil para fazer funcionar o hospital universitário do Estado, iniciado em 1987, que está parado, apesar de ter todas as condições. Esta República não teve condições de, por meio de dois Ministérios aos quais vincula-se o hospital, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde, liberar R\$50 mil ou R\$60 mil para o custeio do Hospital Universitário do Piauí. Indagaria, na minha curiosidade – peço a colaboração da inteligência da professora e mestra Serys, do PT – se o dinheiro que o Presidente da República está gastando só de intérprete nessas viagens daria para manter o nosso hospital universitário.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ou pelo menos pagaria a luz da Universidade Federal de Minas Gerais. Uma universidade no escuro é que não pode ser, Senador Mão Santa.

O Sr. Hélio Costa (PMDB – MG) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Em primeiro lugar, estava solicitando a palavra o Senador Efraim Morais. S. Ex^a cede a palavra ao Senador Hélio Costa, até porque estamos citando muito Minas Gerais.

O Sr. Hélio Costa (PMDB – MG) – É exatamente a razão pela qual peço o aparte a V. Ex^a. Entendo perfeitamente a preocupação do ilustre Senador Alvaro Dias ao citar inúmeras vezes a Universidade Federal de Minas Gerais.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É por sua importância.

O Sr. Hélio Costa (PMDB – MG) – Exatamente, Ex^a. Pode ter certeza, Senador Alvaro Dias, de que não vai faltar um único real que precise ser destinado à Universidade Federal do Estado de Minas Gerais. O Estado tem três Senadores preocupadíssimos com essa situação. Temos estado em permanente contato não só com nossa Reitora, Ana Lúcia Gazzola, como com nosso Ministro, Cristovam Buarque e com a assessoria do Presidente Lula, e todos nos garantem que, se for necessário, haverá um crédito suplementar para atender às necessidades não só da Universidade Federal de Minas Gerais, mas de inúmeras outras instituições de ensino superior no Brasil inteiro, que estão em situações semelhantes. Falta o dinheiro às vezes até para cobrir a conta da energia elétrica, como V. Ex^a bem lembrou. Mas esteja certo, Senador Alvaro Dias, a sua preocupação, como um paranaense ilustre, é a mesma dos Senadores de Minas Gerais, com a certeza de que este Governo não vai faltar à nossa universidade, que é uma história para Minas Gerais e que representa muito bem as aspirações dos jovens que precisam fazer um curso universitário. O pior seria não ter a Universidade Federal em Minas Gerais. Até somos premiados nesse sentido, porque o Estado de Minas Gerais possui 12 instituições de ensino superior, sendo uma das mais importantes a Universidade do Estado de Minas Gerais. A Universidade está muito bem representada, Sr. Senador, pelos três Senadores de Minas Gerais e com a preocupação de V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Aliás, Senador Hélio Costa, são 63 instituições federais responsáveis por formar 531.634 profissionais do futuro que apresentam relatos dramáticos da sua situação, e não só da Universidade Federal de Minas Gerais.

Sr. Presidente, vou concluir em 30 segundos, se V. Ex^a me permitir.

A Universidade de Brasília, por exemplo, está mergulhada na pior crise da sua história. O saudoso professor Darcy Ribeiro, criador da Universidade de Brasília, certamente jamais imaginou que essa universidade pudesse chegar à situação caótica em que se encontra hoje. Perdeu, neste ano, 108 docentes, metade com menos de 56 anos de idade. Uma verdadeira debandada já anunciada em função da reforma da Previdência. Foram para casa antes do tempo, em razão do temor dos efeitos da reforma da Previdência. E, para suprir as lacunas, as administrações socorrem com contratos provisórios e remunerações aviltantes. Vejam o edital publicado dia 4 de novembro, pela UnB, oferecendo vaga para professor do Departamento de Medicina, que é um departamento especializado: R\$ 382,21 de salário! Portanto, um professor ganhando R\$ 382,21. Diz o professor Timothy, Vice-Reitor da UnB: “Estamos no limite da salubridade do ensino.” É o caos! Não há como deixar de afirmar que estamos próximos do caos.

E, para concluir, Sr. Presidente, cito a frase da Dr^a Wrana Panizzi, Presidente da Associação Nacional de Instituições Federais de Ensino. Ela pediu mais respeito pela Instituição, que está sofrendo e que tem um papel importante na produção científica do País. E pedimos mais respeito à universidade pública brasileira!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência prorroga a Hora do Expediente, para ouvirmos os oradores inscritos, e registra nas galerias desta Casa a presença de delegados da Conferência Nacional da Assistência Social. Para nós, Sr^{as} e Srs. Senadores, é uma honra a presença dos delegados em nossa Sessão.

Aproveito para cumprimentar os telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado FM, Rádio Senado Ondas Curtas, e agradecer a cobertura dos profissionais do **Jornal do Senado** e dos demais profissionais de imprensa que se encontram nas tribunas desta Casa.

Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, à nobre Senadora Serys Silhessareko, do Partido dos Trabalhadores, do Estado do Mato Grosso. S. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há poucos dias esteve presente na Câmara dos Deputados, em homenagem que aquela Casa a ele prestava, o Bispo D. Pedro Casaldáliga. Espero que no início do próximo ano o Senado Federal esteja fazendo o mesmo tipo de homenagem. No entanto, hoje vou fazer uso da palavra –e certamente ele, se estiver ouvindo, ou ao tomar conhecimento, achará engraçado -, para dizer que D. Pedro Casaldáliga, para quem não conhece, é considerado, no Estado de Mato Grosso, no Brasil e em vários países, como um patrimônio histórico vivo. É uma pessoa que sempre lutou na defesa dos povos oprimidos. Apesar de ser espanhol, vive há muitos anos em São Félix do Araguaia. Já está aposentado como bispo, mas prossegue sua luta em defesa dos oprimidos, sobretudo os oprimidos pelo capital do latifúndio.

Continua tenso o conflito entre posseiros e índios Xavante, iniciado no dia 11, na terra indígena Mara-Watsédé, Município Alto da Boa Vista (MT). Na área estão 22 agentes da Polícia Federal, entre eles três delegados e quatro servidores da Fundação Nacional do Índio –Funai, que tentam conter os ânimos. O Bispo da Prelazia de São Félix, Dom Pedro Casaldáliga, e seus agentes de pastoral estão sendo ameaçados de morte, junto com pessoas ligadas à questão indígena na região.

Nas rádios de São Félix e de Alto da Boa Vista são constantes os ataques a Dom Pedro, a Edson Beriz, Coordenador da Funai de Goiás, e a Franklin Machado, que há quatro anos trabalha com saúde indígena junto aos povos Tapirapé, Avá Canoeiro, Tapuia e parte dos Karajá da Ilha do Bananal, em Mato Grosso e Goiás. As emissoras veiculam informações de que eles são responsáveis pelo retorno dos xavantes para a área e que não querem o progresso da região. Telefonemas anônimos de alguém dizendo-se ligado aos fazendeiros revelaram que as mortes estão valendo R\$60 mil “por cabeça”.

Índigenas e posseiros disputam a posse de 160 mil hectares da reserva indígena, homologada em nome da União há quatro anos. O palco da discussão já foi considerado a maior fazenda de gado do mundo, com um milhão de hectares, na década de 60. Nessa época, pertencia à **holding** italiana Lukifarma, proprietária da Agip no Brasil. A Funai e o Ministério Público Federal entraram com uma ação civil pública na Justiça, pedindo que a posse seja devolvida. A ação foi movida há oito anos e o conflito acirrado no dia 11, quando os xavantes reocuparam a área.

Vou voltar ainda a falar sobre o assunto, mas como ainda tenho cinco minutos, eu gostaria de comunicar que, amanhã, o Presidente em exercício, José Alencar, o Ministro da Justiça e o Ministro da Reforma Agrária estarão em Mato Grosso por conta desse conflito. Realmente é muito grave a situação, são muitas as pessoas que estão com a cabeça a prêmio e, infelizmente, os fazendeiros da região estão montando um verdadeiro ataque, um choque armado às populações oprimidas e discriminadas da região. Precisamos resolver o problema.

Mas eu gostaria ainda, neste pequeno espaço de comunicação inadiável, de registrar hoje a passagem do Dia da Justiça, 8 de dezembro. Este dia deve motivar todos nós a fazermos uma reflexão sobre a Justiça que temos, a Justiça que queremos, a Justiça que precisamos em nosso País.

Em todo o Brasil, os magistrados estão sendo desafiados para um amplo diálogo com a população. E é muito importante que isso aconteça. Mas o que quero destacar é que, se é a mais pura verdade que o Poder Judiciário está desgastado, essa generalização tem provocado uma grande injustiça para com servidores e magistrados de algumas esferas desse Poder.

Neste Dia da Justiça, quero, ao invés de fazer críticas, de repetir o que tantas vezes já falei, que é preciso implantar o controle externo do Judiciário, que é preciso moralizar o Poder Judiciário, ao invés de repetir tais restrições, quero fazer uma homenagem e falar de uma parte do Judiciário que, no meu entender, merece nosso aplauso e nossa irrestrita consideração.

Como nosso tempo acabou, pretendo continuar a minha fala sobre a questão do Judiciário, como oradora inscrita para falar, mais tarde.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para fazer uma comunicação inadiável ao Senador Hélio Costa, que falará por permuta com a Senadora Heloísa Helena.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, amanhã chega ao Plenário do Senado, para votação, o Estatuto do Desarmamento.

Considero-o, Sr. Presidente, um grande avanço para o Brasil, que tem hoje, lamentavelmente, o problema da imagem de país violento no exterior.

Ainda hoje, vejo nos jornais uma informação do Sr. Carlos Lopes, Coordenador-Residente da Organização das Nações Unidas no Brasil, dizendo que o Brasil, com apenas 3% da população do mundo, é o recordista mundial de homicídios com armas de fogo, porque tem 13% dos homicídios do planeta. Isso preocupa.

É por esta razão, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, nesses últimos oito meses, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal se ocuparam em trabalhar, em redigir um Estatuto, em discutir um Estatuto do Desarmamento que possa começar a encontrar o caminho para a solução dessa gravíssima situação que o nosso País vive.

Infelizmente, estamos pagando, em número de vidas, anualmente, pela violência no Brasil, com o equivalente ao que se pagou com a guerra do Vietnã: são 50 mil brasileiros assassinados por ano, neste País, com armas de fogo.

Desde o instante, Sr. Presidente, em que fui escolhido o relator de duas emendas ao Estatuto do Desarmamento, na Comissão de Relações Exteriores, venho recebendo centenas de correios eletrônicos, telefonemas, cartas, cartões, de todas as partes do País, a grande maioria se posicionando contrariamente a esse Estatuto. Mas essas pessoas não representam a maioria da população, mas, sim, um organizadíssimo **lobby** neste País, com uma presença firme e absolutamente destemida, que enfrenta o Senador e o Deputado.

Na realidade, o que diz o Estatuto é claro, óbvio. Ele faz uma diferenciação entre o que é porte e o que é posse de arma. Se o cidadão mora em um lugar distante e prova ter a necessidade de manter, em sua residência, em sua propriedade, uma arma de fogo, ele terá esse direito. No entanto, levar uma arma de fogo na cintura é coisa do velho Oeste. Não existe mais em lugar nenhum do mundo civilizado. Isso não existe em qualquer país que já tenha vencido o processo mais duro da civilização. Infelizmente, só agora estamos corrigindo essa distorção da sociedade de permitir que o cidadão carregue uma arma na cintura. Mostram as estatísticas que, quase sempre, ele não sabe sequer manuseá-la. O assassino, o bandido, o homicida, ele vem por trás, de surpresa, na espreita, e não dá ao cidadão a oportunidade de defender-se, mesmo carregando uma arma na cintura.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é muito importante que o Estatuto, que amanhã chegará a

esta Casa, seja votado em Plenário e aprovado por ampla maioria. É preciso que se transforme em uma mensagem de paz, uma mensagem de que o Brasil deve acabar com essa nódoa que vemos recair sobre nossa imagem no exterior, conforme disse anteriormente. Somos os responsáveis por 13% de todos os assassinatos cometidos no mundo inteiro. É um dado que deve preocupar e ofender qualquer brasileiro. E nós temos um instrumento para combater essa violência, para iniciar um combate duro e firme contra a arma de cano curto, essa arma assassina que é usada pelos bandidos, pelos assassinos, pelos criminosos.

O Estatuto do Desarmamento é o instrumento que vai nos ajudar a começar a conter uma violência que atinge todos nós, das grandes e das pequenas cidades, das mais remotas às mais próximas, todas atingidas de uma forma brutal.

Os que perderam seus parentes e seus amigos são os que mais sofrem. Recordo-me de uma cerimônia de que fui participar, há seis meses, em frente ao Congresso Nacional. As organizações que lutam pelo Estatuto levaram sapatos que pertenciam às vítimas de assassinatos no Brasil, sapatos dessas cinquenta mil pessoas morrem assassinadas todos os anos. Pelas datas de nascimento e morte dessas pessoas, vimos que as vítimas são, geralmente, os jovens, em sua grande maioria.

Por isso, Sr. Presidente, destaco a importância da sessão de amanhã, que terá na Ordem do Dia o Estatuto do Desarmamento. Que ele seja aprovado pela Casa como uma mensagem de paz para o Brasil e para o mundo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra à última oradora inscrita para fazer uma comunicação inadiável, a nobre Senadora Heloísa Helena.

Senadora Heloísa Helena, como a Mesa tem conhecimento de que V. Ex^a estava com uma ligeira indisposição, a Mesa lhe dá o direito de falar sentada, se for seu desejo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quem teve a oportunidade de ler o **Estadão** ou o **Correio Braziliense** de ontem e de hoje verificou um debate que vem sendo feito, mais especialmente a partir de 1995, sobre a reforma da previdência.

Quem teve a oportunidade pôde analisar, nas matérias extremamente importantes que saíram nos dois jornais, tratando de uma forma muito especial do dado apresentado semana passada pelo IBGE, o aumento de expectativa de vida média do brasileiro para 71 anos.

Claro que em 1999, quando o fator previdenciário foi criado, o próprio Governo Fernando Henrique já sinalizava para uma expectativa de vida de 70 anos. Mas temos que considerar que há dados completamente diferentes. Embora a média da expectativa de vida do brasileiro seja de 71 anos, no caso específico do Nordeste ela é de 64, assim como deve ser menor na região Norte, do Senador Tião Viana.

Volto a esse debate porque, tanto no **Estadão** quanto no **Correio Braziliense**, já se começa a velha discussão em relação ao déficit da Previdência, do INSS. Todos sabemos disso, quem acompanha o debate sobre a Seguridade Social, com preocupação, quem não legitima a aspiração do atual Governo em manter a irresponsabilidade do Governo anterior, em desvincular recurso da União, no caso específico da Seguridade Social, em R\$37 bilhões no aumento, tem essa preocupação. Por quê? Porque hoje todos os técnicos já começam a repetir o velho debate sobre o déficit na Previdência, independentemente da reforma que aqui foi aprovada, retirando o direito dos trabalhadores do setor público no meio de uma transição que já tinha sido imposta, em 1998, pelo Governo Fernando Henrique. Agora, vários técnicos do setor já começam, mais uma vez, a alardear perante a opinião pública a necessidade de uma revisão em relação à Previdência para os trabalhadores do setor privado. O que é extremamente grave. Esta Casa tem de estar alerta.

Em 1999, aprovou-se aqui o fator previdenciário, sob protestos nossos da Bancada do PT, que apresentou, na ocasião, voto em separado contrário. Não se trata de uma coisa qualquer impor a um trabalhador da iniciativa privada que trabalhe, no mínimo, dez anos a mais para não ter uma diminuição de até 45% em sua aposentadoria. E não é à-toa que agora o próprio Ministério – embora o jornal coloque como surpresa o novo cálculo, ressaltando que o Ministério nem precisou da alteração constitucional, como fez em relação aos trabalhadores do setor público – já mudou, portanto já impôs aos trabalhadores do setor privado, independentemente do tempo de contribuição, os 63 anos para se aposentar, mas fez isso pela atualização do fator previdenciário.

Quando o fator previdenciário foi aprovado na Casa, já alertávamos para isso. Aliás, é uma fórmula

tão estranha que nem o Senador Tião Viana ou eu, que trabalhamos com estatística há muito tempo, nem o Ministro à época também conseguia adequar a sua vida profissional, a sua vida de contribuição ao fator previdenciário.

Estão sendo levantadas pelo jornal as perdas gigantescas, a redução do benefício, que chega a 25% para os homens. No caso específico das mulheres, é de 34%, para quem começou a trabalhar mais cedo, aos 18 anos, com carteira assinada, com mais de 30 anos de contribuição; para as mulheres que começaram a trabalhar aos 16 anos, com carteira assinada, a redução é de 37%.

Sr. Presidente, volto a me referir ao voto em separado que apresentei à época, em 1999, ocasião em que já alertávamos para isso, porque a expectativa média de vida do segurado do INSS “é seguramente inferior àquela considerada pelas tábuas de mortalidade do IBGE”, e o mesmo está hoje nos dois jornais.

Mais uma vez, alerta para o fato de que tentei alterar isso, apresentando uma emenda à PEC nº 67. Já que não foi aceita na PEC nº 67, pelo menos que o seja na PEC Paralela, que só tem como intenção agilidade para resolver os penduricalhos dos Parlamentares. Pelo menos que isso seja corrigido agora, porque não se trata de algo simples.

Volto a repetir o que eu dizia em 1999, quando apresentamos, pela Bancada do PT, na Comissão de Assuntos Sociais, voto em separado, com o qual, diante dos cálculos apresentados nos dois jornais, ontem e hoje, já alertávamos para os problemas graves. O beneficiário da aposentadoria no magistério, por exemplo – aquele que é trabalhador da iniciativa privada e não do setor público –, que requer um tempo de contribuição menor, acumula uma perda maior. Uma professora que, aos 50 anos de idade, houvesse completado 25 anos de contribuição exigidos, 25 anos numa sala de aula. São 25 anos recebendo, às vezes, R\$300,00, que é a média salarial identificada por qualquer um desta Casa – e ninguém tenha a ousadia de dizer de forma diferente. Isso não é uma coisa qualquer. E mesmo essa pessoa que completou os 25 de contribuição exigidos teria o seu benefício reduzido em 50% do valor atual com o fator previdenciário. Ainda que essa mesma professora adie a sua aposentadoria por mais cinco anos, até completar 55 anos de idade e, portanto, com 30 anos completos de magistério, o seu benefício seria reduzido em 21%.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sei que essas coisas não tocam muito a gente aqui. Sei disso. Aliás, foi preciso que nos tirassem os penduricalhos, ou a ameaça de retirada dos nossos penduricalhos,

para, imediatamente, correremos com a PEC Paralela e tirarmos as três palavrinhas – ou de qualquer natureza – que estavam na Constituição e na PEC nº 67, para garantir agilidade.

Agora, se todos os dados mostram isso, se todas as análises mostram efetivamente as perdas gigantescas que os trabalhadores do setor privado estão tendo, seria de fundamental importância que aproveitássemos este momento para promover a modificação necessária no fator previdenciário, porque para quem tem uma visão fiscalista, como o próprio Ministério, isso já está resolvido. Ao se pegar a expectativa de vida média do brasileiro e introduzi-la na fórmula, isso significa que quem estava pretendendo se aposentar daqui a dois meses terá que, no mínimo, aposentar-se daqui a cinco anos, ou fazer a opção por 37% a menos de seu salário de sua aposentadoria.

É inadmissível isso que está acontecendo. Esperamos que realmente haja possibilidade na mudança; que haja uma modificação do fator previdenciário, para que os trabalhadores do setor privado não tenham uma perda gigantesca, como estão tendo em função da introdução do fator previdenciário.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Esta Presidência anuncia a chegada, para o início da Ordem do Dia, do Presidente José Sarney, a quem passo a direção dos trabalhos.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Esgotou-se, sexta-feira última, o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2002**, de autoria do Senador Edison Lobão, que dispõe sobre regulamentação do exercício da profissão de “*Sommelier*” e dá outras providências.

Tendo sido apreciada terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.585, DE 2003

Requeiro, nos termos do art. 2º, § 1º, da Resolução nº 84, de 1996, do Senado Federal, seja submetido à apreciação da Mesa o nome do ex-Senador Luiz Cavalcante, que integrou a Bancada do Estado de Alagoas nesta Casa por dois mandatos, para ser homenageado *post mortem*, com a edição de sua biografia como parte da Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado.

O ex-Senador Luiz Cavalcante foi, durante décadas, figura proeminente da política alagoana e seu exemplo de homem público íntegro e dedicado às causas sociais do Nordeste e do País deve permanecer vivo na memória do nosso povo.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 2003. – Senador **João Tenório**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O requerimento lido vai ao exame da Mesa para decisão, nos termos do §1º do art. 2º da Resolução nº 84.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Passa-se à **Item 1:**

ORDEM DO DIA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 67, DE 2003

Segunda sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2003 (nº 40/2003, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que *modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201, da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3º do art. 142 e o § 10 do art. 201 da Constituição Federal, e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências*, tendo

Parecer sob nº 1.800, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tião Viana, oferecendo a redação para o segundo turno.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 363, a matéria constará da Ordem do Dia, durante três sessões deliberativas ordinárias e consecutivas, em fase de discussão em segundo turno, quando poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito, somente emendas de redação.

Transcorre, hoje, a segunda sessão de discussão.

Em discussão, a proposta e a emenda.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge. S. Ex^a dispõe de 10 minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de aproveitar a oportunidade, ao tratar da Emenda nº 67, de discutir um pouco a declaração que o Presidente Lula deu hoje, diretamente dos países árabes, e que foi publicada no jornal **Folha de SPaulo** e nos demais órgãos da mídia.

A manchete é a seguinte: “Lula diz que reformas não refletem seu desejo”. Especificamente, Sua Excelência disse:

Não dá para você inventar. Não dá para você fazer uma reforma virtual, aquela do desejo do presidente, aquela do desejo do ministro tal qual. A reforma, à medida que entra no Congresso Nacional, ela será o resultado da visão do Congresso Nacional. E nós, enquanto Executivo, temos apenas de acatar a decisão do Congresso Nacional.

O que o Presidente Lula afirma é que essa reforma não é do seu desejo. Então, somos nós que estamos querendo fazê-la, Senador Tião Viana e Senadora Heloísa Helena?

Na verdade, nós, Senadores, não temos nada que ver com a reforma de que trata a Proposta de Emenda à Constituição nº 67. Ela veio do Governo, foi aprovada na Câmara dos Deputados e enviada ao Senado Federal, onde foram apresentadas mais de 300 emendas, todas rejeitadas pelo Relator. Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pedimos destaque para essas emendas, discutimos cada uma, e a base do Governo – ou o rolo compressor do Governo – as rejeitou.

Se o Presidente diz agora que essas reformas constitucionais que estão sendo discutidas na Casa, tanto a tributária, quanto a da previdência, não refletem seu desejo, então, refletem o desejo de quem? Quem está por trás delas?

A primeira desconfiança é a de que refletem o desejo do FMI. Na realidade, o desejo do Congresso Nacional não está expresso na reforma da previdência, Senador Efraim Morais, muito menos o dos funcionários públicos. Essa reforma foi apresentada pelo Governo, e suas principais idéias vieram dele; nenhuma foi inventada no Congresso. Talvez o Governo não tenha incluído nela todas as idéias que imaginou, mas as que dela constam foram inventadas por ele.

Por exemplo, eu mesmo apresentei destaque, no plenário, a uma emenda do Senador Paulo Otávio, para que os maiores de 75 anos não pagassem os tais 11% do imposto previdenciário, e ela foi rejeitada

pela base do Governo. Para uma série de questões referentes ao funcionário público foram apresentadas emendas pela Oposição e por Senadores da base do Governo, e todas foram rejeitadas.

O que acontece? Na verdade, quem manda no Congresso, quem tem voto suficiente para aprovar essas questões é o Governo, tanto que três Deputados Federais e uma Senadora, que votaram contra o projeto do Governo, serão expulsos do Partido do Presidente. Se essa reforma não é o desejo de Sua Excelência, para que expulsá-los? Na realidade, ela o é. Então, se o desejo do Presidente não está inteiramente cumprido, isso se deve ao processo democrático.

Gostaria de deixar o meu protesto e o do meu Partido. O Presidente enviou um projeto a esta Casa, nós o aprovamos, entretanto diz Sua Excelência que a matéria dele constante não era seu desejo, mas nosso. Quer dizer, sou eu que quero tributar os velhinhos de mais de 75 anos; é o Senador Heráclito Fortes. Somos nós, e não o Presidente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador José Jorge, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Ouço V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador José Jorge, desejo apenas lembrar a V. Ex^a um fato. Uma das grandes críticas do PT ao Governo passado era que o Presidente tratava, no exterior, de questões internas do País. A própria manifestação de insatisfação com as reformas que ora se realizam no Brasil significa repetir o mesmo erro, cair no pecado que tanto combateu no passado ainda recente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes.

Concedo um aparte ao Senador Eurípedes Camargo.

O Sr. Eurípedes Camargo (Bloco/PT – DF) – Senador José Jorge, V. Ex^a aborda um tema que está na imprensa: o pronunciamento do Presidente. Quero falar da interpretação que faço das palavras do Presidente, embora não tenha conversado com Sua Excelência. A impressão que tive do que li no jornal é que o Presidente, da mesma forma como trouxe a esta Casa a reforma da previdência e a reforma tributária, também trará outras e as submeterá ao Congresso Nacional. Sabemos das construções que Sua Excelência está fazendo. A PEC paralela, por exemplo, é uma forma de contemplar o espectro político de todos os Partidos nessa reforma. O Governo, é claro, assume sua parte como o encaminhador da proposta. Penso que foi isto que quis dizer: que a reforma da

previdência não é exatamente aquilo que desenhou, mas o que é possível a partir das posições políticas que compõem as forças que decidem questões de leis. Essa foi a minha interpretação. Quanto à situação interna da Bancada do Partido, eu diria que essa não é a primeira vez em que o Partido se posiciona em relação à tomada de uma posição diferente daquela por ele encaminhada, quando o consenso não é estabelecido – o consenso é feito pela maioria do Partido. O que houve no episódio é que a maioria dos Parlamentares assumiu uma posição, mas alguns não a adotaram. Depois de não ter havido o convencimento, não tendo sido este possível, resta ao Partido, de forma disciplinar, discutir a questão. Por isso está na pauta, como em todos os anos, a discussão do Partido a respeito da forma de atuação dos Parlamentares, a sua ideologia de encaminhamento e também a matéria disciplinar. O Partido tem suas instâncias, e isso é feito normalmente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado. Agradeço o aparte, Senador Eurípedes Camargo. Sabemos que V. Ex^a tem um grande coração. Não quero abordar a questão interna do seu Partido.

Concedo um aparte ao Senador João Capiberibe.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Senador José Jorge, quero fazer um exercício de memória. No início desta Legislatura, o Presidente desta Casa declarou que a prioridade do Congresso seria a reforma política. Como Parlamentar, pela primeira vez, achei uma atitude coerente que os políticos fizessem a reforma política. Como, na época, as palavras do Presidente do Congresso foram muito bem aceitas, deveríamos dar consequência a essa decisão de que o Congresso pudesse promover a reforma política. O Presidente Lula declara que a reforma política é tarefa do Congresso, dos políticos. Creio que podemos somar as palavras dos dois Presidentes e ensejar um movimento que o Senado e a Comissão Especial da Câmara já aprovaram. Os Presidentes José Sarney e João Paulo precisam do apoio suprapartidário para que essa reforma, de fato, ocorra e corresponda à vontade do Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, que, no início da Legislatura, disse que a prioridade era a reforma política e que se empenharia integralmente para realizá-la. Nós e a sociedade brasileira sabemos da necessidade da reforma política. Não é possível continuarmos sendo eleitos, principalmente para a Câmara dos Deputados, com a metade dos votos destinados à Presidência da República ou a qualquer outro cargo executivo. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador João Capiberibe. O nosso Partido, o PFL, também dará inteiro respaldo a essa questão.

Concedo um aparte à Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador José Jorge, tenho feito um esforço muito grande, embora às vezes não consiga, para não trazer ao debate do plenário do Senado as questões internas do PT, mas é evidente que, como o Senador Eurípedes, com a legitimidade que tem, entrou no debate, também me sinto obrigada a fazê-lo. Existe algo que está sendo colocado para a opinião pública que talvez não esteja sendo tratado com a profundidade necessária. Uma coisa é a questão da concepção programática e outra é a questão da disciplina partidária. O Estatuto do PT, na última revisão que fizemos – sou da Executiva Nacional há muito tempo –, foi aprovado por consenso, até por analisarmos e refletirmos sobre episódios que já tinham acontecido anteriormente, de expulsão de determinados Deputados Federais, e que sempre são tratados pela imprensa. É bom que relembremos, já que isso está sendo citado, que a expulsão dos Parlamentares pelo Colégio Eleitoral não foi pelo Tancredo, mas porque o Vice era Sarney, que hoje é da Base do Governo. Então, é importante que se retome o tempo para se dizer isso. Em segundo lugar, analisando esse processo, fizemos algo por consenso (art. 67, §2º do nosso Estatuto) para que o Parlamentar, mesmo após o fechamento de questão, tenha o direito estatutário de apresentar objeções de natureza ética, filosófica ou de foro íntimo para votar diferentemente. Então, mesmo que fosse uma questão de foro íntimo, respeitável seria a posição, só que é uma questão programática. Por quê? Porque não podemos mudar a concepção programática sem convocar um Congresso, sem fazer um debate com a militância partidária. Não podemos mudar a concepção programática que, ao longo da história, acumulamos e que está nas resoluções do Encontro Nacional, que é maior do que a Senadora, do que o Presidente da República, do que o Diretório, do que qualquer instância partidária. No Encontro Nacional não há resolução alguma do meu Partido, que ajudei a construir, que modifique a nossa concepção de uma estrutura de reforma da Previdência de caráter público e democrático para privatista e mercantil, como essa que foi apresentada. Então, eu nem queria entrar nesse debate, mas não posso simplesmente ser conivente, estando presente no plenário, como se eu fosse a indisciplinada e omissa diante

dessas coisas. Não vou deixar que isso aconteça. Em relação às declarações, realmente isso surpreende, porque, na semana passada, o nosso Presidente disse que estava de alma lavada pela aprovação da reforma. Então, infelizmente, deve haver alguma contradição nas informações que foram colocadas, mas não tenho dúvida de que o Congresso não representa apenas os eleitores brasileiros. Sei que muitos compram mandatos. Aproveitam-se da dor, da miséria, do sofrimento de um pai e de uma mãe de família e lá vão distribuindo os penduricalhos do aparelho do Estado, comprando consciências, comprando votos. No entanto, outros refletem sobre essa diversidade, essa pluralidade da sociedade, que é conservadora ou progressista, liberal ou socialista, mas também o fazem a respeito das discussões que foram feitas pelo Governo. Por isso, conversei também com o nosso Líder do PT e acredito que deve haver algum problema na informação que está sendo dada, até porque, em todas as modificações que foram realizadas nas proposições tramitando na Casa havia Ministro, Líder de Governo e Líder de PT presentes. Estavam todos lá, compartilhando. Nem vou falar das discussões relacionadas a cargos, liberação de emendas, prestígio e poder, mas estavam todos presentes, lá.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço o aparte da Senadora Heloísa Helena.

O Presidente já está me cobrando o encerramento, mas antes gostaria de dizer que não devo entrar nessa questão interna do PT. Não entrei e nem vou entrar, apenas falei que me admiro. Se essas emendas constitucionais não eram o desejo do Presidente, para que tanto empenho, tantos cargos, tantas emendas liberadas, tantos Ministros participando e também a punição daqueles que não votaram? Então, era só isso que gostaria de dizer, mas, na realidade, também não gostaria de entrar nessa questão interna do Partido.

Muito obrigado!

Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, para discutir a Proposta de Emenda à Constituição, nobre Senador Alvaro Dias. V. Ex^a dispõe de até dez minutos!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na esteira do pronunciamento do Senador José Jorge devo prosseguir. Realmente, é surpreendente a manifestação do Presidente da República. A sua frase, literalmente publicada, é a seguinte: “Não dá para fazer a reforma do meu jeito.” Mas se não é desse jeito, de que jeito seria? Seria pior do que essa? O que é ruim é da responsabilidade do Poder Legislativo, o que é bom é da responsabilidade do Poder Executivo? É por essa razão que o Presidente quer fugir à responsabilidade de autor da reforma?

A iniciativa é do Presidente da República, o modelo é do seu Governo. Essa é a reforma do Executivo, federal e estadual, porque o peso dos Governadores foi preponderante para a manutenção de determinados princípios sustentados por essa reforma.

Portanto, um dia o Presidente lava a alma com a aprovação da reforma, no outro, pretende repassar a responsabilidade por ela. Senhor Presidente, assumo por inteiro a responsabilidade, que é, em primeiro lugar, de Vossa Excelência.

Está certo que o Presidente deva estar um tanto quanto envergonhado pela modificação radical, já que a proposta da campanha confronta-se, de forma diametralmente oposta, à que foi apresentada agora pelo Poder Executivo e aprovada quase que integralmente pelo Poder Legislativo. As alterações pífias aqui ocorridas não minimizam os efeitos nocivos da reforma sobre a sociedade brasileira.

Ainda há pouco, desta tribuna, relatei o drama vivido pela universidade pública do País, especialmente a Universidade de Brasília, que é emblemática. Em um ano, a fuga de profissionais qualificados foi superior a que ocorrera nos cinco anos anteriores. É o efeito reforma da previdência esvaziando a universidade pública dos seus principais talentos. Para substituí-los, edital convocando profissionais na área de medicina. Senador Papaléo Paes, na sua área, medicina, tão importante para o País, salário de R\$382! É essa a universidade pública que se descortina com a aprovação da reforma da Previdência? Já dissemos aqui, não só uma vez, que essa reforma da previdência sucateia a Administração Pública brasileira, esvaziando-a de quadros fundamentais, principalmente em setores essenciais da pesquisa, da ciência e da tecnologia. Teremos um serviço público de qualidade rebaixada. O povo brasileiro, portanto, é vítima da reforma da Previdência proposta pelo Presidente Lula.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma pesquisa recente coloca a credibilidade do Congresso

Nacional no chão, a última instituição em matéria de credibilidade no País. Por que todos querem jogar sobre as costas largas do Congresso Nacional a responsabilidade por aquilo que não é bom? Até o Presidente Lula o faz agora! Sua Excelência sabe que esta reforma não é boa, que não engrandece Governo algum e, por isso, quer jogar a responsabilidade sobre os ombros do Poder Legislativo. Ninguém está preocupado com a credibilidade desta instituição fundamental no sistema democrático.

É claro que também somos responsáveis. Não defendemos a instituição; não promovemos aqui as reformas necessárias. Pregamos reforma no Poder Judiciário, no Poder Executivo, mas nos recusamos a promover reformas aqui no Poder Legislativo. As propostas que pretendem reformá-lo são retardadas; de certa forma, são escamoteadas com expedientes que impedem a sua avaliação decisiva no plenário das duas Casas do Congresso Nacional. É a força do corporativismo evitando que uma reforma de profundidade possa tornar o Legislativo mais qualificado, a fim de que se possa realmente buscar, reconquistar a credibilidade perdida. Mas o tema é a reforma da Previdência, Senador Efraim Morais.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Senador Alvaro Dias, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Senador, na verdade, o conceito de reforma não se aplica a essas mudanças que poderão ocorrer nas chamadas reformas da Previdência e tributária. Uma reforma teria que mudar a estrutura dos sistemas previdenciários, separar a contribuição do trabalhador, a contribuição do empregador. Tudo isso está sendo feito para dar continuidade à política econômica, e V. Ex^a sabe tanto quanto eu e tantos nesta Casa que o País perdeu a soberania na condução da política econômica; tudo está sendo feito para honrar os contratos com a governança global, com o FMI, com o Banco Mundial. Observe esta nota no Painel da **Folha de S.Paulo** que vou ler para demonstrar claramente que o que estamos fazendo, nesta Casa, é dar uma sobrevida ao Governo para equilibrar suas finanças e continuar pagando os absurdos que estamos pagando: “De janeiro a setembro, o Governo Federal gastou 536 milhões por dia no pagamento de suas dívidas, interna e externa. O valor supera o orçamento anual do Ministério da Cultura, que é 345 milhões; do Turismo, 233 milhões; e do Ministério do Esporte, 131 milhões”. Quer dizer, por dia, estamos sangrando este País, sacrificando a sociedade brasileira com o paga-

mento de juros e amortização. Quanto mais se paga, mais se deve. V. Ex^a sabe que a relação dívida/PIB não caiu até agora. Não sei de onde foram extraídos esses dados; pode ter sido do Orçamento, da previsão orçamentária, que este ano pagaríamos R\$154 bilhões em juros e serviços da dívida. Ou seja, temos um problema sério neste País que é a dívida pública, e essa dívida pública não foi feita apenas pelo Presidente da República, ela foi feita com anuência desta Casa, que autorizou o endividamento. Tenho convicção disso. Se o problema é esse, estamos sacrificando o desenvolvimento do País porque não temos a ousadia de discutir a dívida. Esta Casa teria que fazer uma análise da dívida, teria que mergulhar realmente para saber a sua origem e a sua evolução. É uma questão que temos que discutir, uma questão de fundo que está por trás da tentativa do Governo de chamar de reforma aquilo que não é reforma. Convenhamos, não há reforma nenhuma nisto: na Previdência não há reforma, mas uma tentativa de impedir que os Estados quebrem; estão endividados porque gastaram o dinheiro da Previdência; nunca recolheram a parte do empregador e gastaram a parte do trabalhador. O grande problema, a questão de fundo é a dívida pública. Obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Concordo plenamente com V. Ex^a, Senador João Capiberibe. A economia nacional continua com as suas veias abertas, apresentando uma hemorragia que até este momento não se estanca, compromete o futuro do País e obriga o Presidente da República a adotar modelo de reforma fiscalista. Particularmente, eu entenderia mais a posição do Presidente da República – confesso que seria difícil entendê-la em qualquer circunstância –, teria mais boa vontade em entendê-la se o Presidente fosse sincero e confessasse à Nação as reais razões desse tipo de modelo de Previdência Social que deseja para o País, e que é dele sim, tem a sua cara, tem a cara do seu Governo. Que Sua Excelência não jogue a responsabilidade sobre os ombros do Congresso Nacional, já que se impôs a esta instituição essa solução.

O Congresso Nacional, mais uma vez, demonstrou sua impotência diante da força avassaladora do Poder Executivo, e suas mais de 300 emendas foram todas desconsideradas. As alternativas propostas não foram sequer estudadas, como o equacionamento da questão financeira da seguridade social, por exemplo. As outras alternativas de taxação maior do sistema financeiro, privilegiado na economia nacional, também não foram consideradas pelo Governo. A análise real do balanço da Previdência, se é deficitária

riu ou superavitário, não foi aprofundada, não quis o Governo saber dela. Portanto, o Presidente da República perde a oportunidade de ser sincero. Creio que a sinceridade lhe valeria mais.

Não podemos, de forma alguma, silenciosamente aceitar a acusação de que a reforma da Previdência foi feita pelo Congresso Nacional ou que é da responsabilidade do Congresso Nacional. Não votei favoravelmente a ela; eu a combati em todos os momentos. Mesmo aqueles que votaram favoravelmente o fizeram, em muitos casos, por constrangimento, por se entenderem na obrigação de aceitar a imposição do Poder Executivo Federal. A responsabilidade, portanto, é sua, Presidente Lula. “Quem pariu Mateus que o embale.”

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao próximo inscrito, Senador Mão Santa, que falará por permuta com o Senador Heráclito Fortes. S. Ex^a dispõe de até dez minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que assistem a esta sessão de segunda-feira, de 8 de dezembro do Senado.

Venho a esta tribuna dizer à Casa que apresentarei um projeto de lei que julgo de grande importância para todo o Brasil, para os Municípios distantes do meu Piauí, do Amapá, da Paraíba.

Lembro-me muito bem, quando Deputado Estadual, de que o vestibular só acontecia na Capital, Teresina, e a Universidade Federal já tinha **campus** avançado nas maiores cidades do Estado: Parnaíba, Floriano, Picos e, depois, passou a ter em Corrente.

Quando Deputado Estadual, assisti ao drama daqueles estudantes universitários que tinham que se locomover até a capital para fazer o vestibular, ou mesmo para freqüentarem cursos no **campus** avançado. Conseguimos que ele fosse feito nesses **campi**. Senti a oportunidade para aqueles pobres das regiões distantes, não da capital.

Sem dúvida nenhuma, aquilo que Shakespeare disse: “A sabedoria resulta da experiência e competência”, que Alberto Silva e Pedro Simon têm. Quis Deus, os dois estarem no meu Partido, PMDB, cuja cabeça é Ulysses Guimarães. Partido tem que ter cabeça, como a Igreja tem Cristo – por isso não se acaba. Então temos que ser fiel a Ulysses Guimarães, líder, ícone, ímpar, único da derrocada da ditadura.

No amor ao renascer da democracia, tivemos duas experiências, retratada a primeira por Graciliano Ramos quando escreveu **Memórias do Cárcere**,

dando a demonstração de que qualquer que seja a ditadura é perversa e injusta, e a segunda, recentemente, pelo jornalista Elio Gaspari, com figuras que nós até tínhamos uma aprovação pelo progresso que trouxeram ao País, mas que a História lhes dá um julgamento negativo pelas arbitrariedades, pelas perversidades, pelas torturas e pelos assassinatos feitos que cometeram.

De todos os ensinamentos de Ulysses Guimarães, um não me sai da cabeça: “Ouça a voz rouca das ruas”. Não é estar na rua, é estar com a rua, com o povo.

Vejo essa injustiça nas muito poucas oportunidades dos concursos federais, quase não existem. Senador Alberto Silva, há muitos anos, já está no esquecimento, foi realizado um concurso federal da médica para o INSS, para a Previdência.

Nesses concursos, via de regra, a maioria das vagas é para a Capital Federal e para São Paulo – grandioso pela história, pelas vantagens, pelos privilégios, pelos sacrifícios do Nordeste, pelo domínio, até no atual Governo.

O Governo é paulista. O candidato, em quem votamos e que apoiamos, é um nordestino, mas influenciado por lideranças paulistas. O seu núcleo – dizem – é duro; o que não é vantagem para mim. Senador Alberto Silva, o que está duro na cabeça não tem importância, o que importa é a parte mole, o encéfalo.

O fato é que cada vez há menos oportunidades, mas nesse sentido de liberdade que é garantida pelo Senado. Daí a sabedoria contida na existência desta Casa. Muitos chegam a dizer: “Deviam fechar o Senado!” Rui Barbosa já defendia que era o Senado que dava a igualdade. E foi o continuar daquele grito do povo, que saindo às ruas pedia: “Liberdade, igualdade e fraternidade” que fez caírem todos os governos absolutos. Ele fez os reis caírem. E a igualdade é dada pelo Senado.

Exemplificando, o Piauí se acha tão forte aqui quanto São Paulo, pelos seus representantes: o Senador Alberto Silva, na sua sabedoria, resultado da sua competência; o Senador Heráclito Fortes, animal, político vitorioso, de uma capacidade de fazer nascer a amizade e a confiança dos maiores líderes da história política; e nós, para completarmos isso, que representamos o povo sofrido, humilde e necessitado. Estamos aqui com a tranqüilidade que a representação de São Paulo não nos supera em um milímetro, em qualquer debate qualificado em que esteja presente o Piauí.

E quem garante isso – foi o sonho de Rui Barbosa – é o Senado. Nós é que garantimos! Aqui o dia mais bonito foi quando os Senadores desmascaram a maior vergonha e trama da Prefeitura de São Paulo, fazendo os empréstimos e desrespeitando todos os tratos, os regulamentos, as normas e diretrizes que são sem igual ao longo dos últimos anos, neste País que se organiza e começou a se organizar economicamente no Governo passado, por meio do honrado Ministro Malan, do Ministro Pedro Parente e outros.

Todos, dos 5.565 Municípios, só podem tirar empréstimo. E justo! Essa dívida não é do Nordeste. O Gugu, Dr. Alberto Silva, mostrando a grandeza da Ponte Rio-Niterói. Só aquela ponte é responsável por uma dívida maior do que toda a história, toda a seca, todas as lutas do Nordeste.

Então, é essa igualdade de que trata o projeto de lei do Senador Alberto Silva.

Os concursos se estruturam ao longo do tempo. E quis Deus estar aqui presente o líder Júlio César, do Piauí, que foi Presidente da Associação dos Prefeitos e de quem fui conselheiro.

Então, na criatividade, os Estados passaram a dar incentivos fiscais para implantarmos indústrias. São Paulo não precisa, já tem todas as condições, uma infra-estrutura construída nos governos passados e no de hoje – que é um Governo paulista.

Então, no meu Estado, no Piauí, concedi 176 ordens de incentivos fiscais e foram implantadas 176 indústrias durante o meu governo.

Senador Alberto Silva, quero dizer que temos mais setenta projetos para expansão, como a fábrica da Antártica, que durante a sua fusão queria sair e ficou. Hoje o Piauí fabrica a Antártica, a Brahma, a Skol, o guaraná, além de possuir uma fábrica de latas. Esse foi o meio que os Estados nordestinos encontraram para se industrializar. Somente fábricas de castanha, no Piauí, surgiram 27; uma delas, uma multinacional da Espanha, segundo a sua direção, possui a segunda fábrica mais moderna do mundo.

Antes, o povo do Piauí recebia um dólar por 4Kg de castanha que colhia e vendia aos industriais do Ceará. Hoje, Senador Reginaldo Duarte, o Grupo Europa vende a nossa castanha por US\$18.00 na Europa. Tudo isso é resultado de incentivos.

Portanto, de igual modo, queremos dar oportunidade. Que sejam realizados os concursos federais, mas que eles não sejam realizados somente aqui, em Brasília, porque, desta forma, retira-se a oportunidade daquele que se preparou, no Amapá, no Ceará, no

interior, do meu Piauí, do Acre. Ele está preparado, pois está estudando, com esforço, mas não possui recursos para vir à Capital, pagar a hospedagem e aqui se manter, para fazer o concurso e acompanhar os resultados.

Assim, que todo concurso realizado na área federal, havendo cinquenta ou mais inscrições por Estado – e haverá, pois a busca por emprego é grande – seja obrigado a ser feito na capital dos respectivos Estados.

Então, o projeto determina a estadualização da realização das provas de concurso público para os cargos federais.

Diz o seu art. 1º:

Art. 1º As provas relativas a concursos públicos para provimento de cargos federais serão realizadas no Distrito Federal e nas capitais dos Estados nos quais haja interessados, regularmente inscritos, em número igual ou superior a cinquenta.

Portanto, se houver cinquenta ou mais inscritos, o Governo tem de estabelecer um mecanismo para dar igualdade aos irmãos brasileiros. Esta é a verdade. Vários concursos foram realizados aqui e poucos foram os que vieram, e com muita dificuldade; e muitos não puderam vir, porque as condições financeiras não permitiram.

Parágrafo único. A União regulamentará a inscrição por procuração e a regionalização das provas de que trata este artigo, quando não atingido o número mínimo de inscritos acima referido.

Sr. Presidente, V. Exª tem de ser generoso. A justificativa está feita. Vamos dar entrada ao projeto que beneficiará aquele homem valoroso e aquela mulher valorosa do Estado de Tocantins a ter igual oportunidade de entrar no serviço público brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Heráclito Fortes, por permuta com o Senador Mão Santa. Em seguida, concederei a palavra ao último orador inscrito para a discussão da reforma, o nobre Senador João Capiberibe.

V. Exª faz sinal para se inscrever, Senador Efraim Morais? O nome de V. Exª já consta da lista de oradores regularmente inscritos. V. Exª vai fazer a opção por falar na reforma, sobre a reforma, e depois no horário...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Ato contínuo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Ato contínuo. É um direito regimental de V. Ex^a. A Mesa respeita.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com muita preocupação e, acima de tudo, com muita tristeza, que trago à tribuna do Senado nesta tarde um assunto por demais negativo para o Estado do Piauí.

Vários jornais, na semana passada, noticiaram tal fato e para sintetizá-lo trago uma matéria d’**O Estado de S.Paulo**, do dia 28, em que diz: “Falta de verba ameaça tesouro arqueológico do Estado do Piauí”. Essa matéria diz respeito à situação em que se encontra a Fundação do Homem Americano, que administra e mantém o Parque Nacional da Serra da Capivara.

Sr. Presidente, o Parque Nacional da Serra da Capivara faz parte do Patrimônio Histórico da Humanidade, foi escolhido pela Unesco desde o ano de 1986. Naquela área estão os registros mais antigos de civilização de que se tem notícia na história do mundo – mais de 50 mil anos.

O processo de descoberta de sítios dessa natureza no Estado do Piauí – e é bom que estejam presentes no plenário meus dois colegas representantes do Piauí no Senado da República – começou exatamente quando o Senador Alberto Silva foi Governador do Estado pela primeira vez, divulgando para o mundo o que nós, crianças piauienses, já sabíamos e discutíamos boca-a-boca: o Parque Nacional das Sete Cidades. Iniciou-se, então, uma pesquisa, e, a partir de 1971 ou 1972, uma missão franco-brasileira começou a estudar não apenas o Parque Nacional das Sete Cidades, mas também a Serra da Capivara.

Na época do Governo Alberto Silva, estive no Brasil um pesquisador alemão, Sr. Erich Von Däniken, autor do livro “Eram os Deuses Astronautas?”, que divulgou mundo afora esse achado arqueológico no Estado do Piauí.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Com muito prazer, Senador Alberto Silva. Com certeza, o aparte de V. Ex^a será enriquecedor pela sua participação e, acima de tudo, pela sua memória dos fatos que trago a público.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a aborda um assunto da maior importância para o nosso Estado. Tenho certeza de que V. Ex^a vai chegar ao que preocupa a todos nós, que o Parque da Serra da Capivara esteja quase fechando por falta de recursos, segundo temos notícia. Como V. Ex^a tocou no assunto do Parque Nacional das Sete Cidades e, depois, no Parque da Serra da Capivara, quero lembrar dois aspectos interessantes. Na época em que estive no Governo do Estado, senti que era necessário mostrarmos ao País o que o Piauí tinha de extraordinário e diferente, principalmente nessa questão dos campos, dos parques ecológicos, como é o caso do Parque da Serra da Capivara e do Parque Nacional das Sete Cidades. Lembro-me de que li o livro do Eric Von Däniken, **Eram os Deuses Astronautas**, e mandei uma passagem para que ele fosse ao Piauí verificar de perto, porque eu tinha notícia de que os fenícios tinham estado naquele local muito antes de Cabral chegar com as suas caravelas ao País. E ele confirmou isso e, no livro seguinte ao **Eram os Deuses Astronautas**, fez consignar que era verdadeira a hipótese, que ele tinha certeza de que os fenícios tinham estado ali, o que foi uma notícia muito importante para o Piauí. Logo em seguida, com relação à Serra da Capivara, foi realizado um acordo entre a Prefeitura de Teresina, a Universidade Federal do Piauí, que eu havia criado no Estado, e a Universidade de São Paulo. Foi aí que nasceu o primeiro grupo de trabalho que começou a fazer as pesquisas. A Universidade de São Paulo mandou uma pesquisadora, que ainda hoje está lá, a Sr^a Niède Guidon, que era muito jovem naquela época, para fazer parte da equipe. Tivemos ainda um representante da Universidade Federal do Piauí, um representante da Prefeitura de Teresina e um representante do Governo do Estado, que manteve e sustentou essa equipe durante todo o tempo em que fui Governador. Parabeno V. Ex^a pela idéia de trazer à baila um problema que está preocupando a todos nós.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, nobre senador Alberto Silva.

Quero dizer que foi graças à tenacidade, à luta e à bravura da Professora Niède Guidon que os estudos avançaram e tiveram a participação de organismos internacionais não só no que diz respeito à pesquisa, mas também à divulgação em todo o mundo.

O trabalho dessa senhora, que deixou a França e depois São Paulo para vir ao sertão do Piauí é admirável. Há cerca de um mês, todo o Brasil teve a oportunidade de ver a Professora Niède Guidon no Programa Roda Viva ser abordada sobre a questão por

jornalistas e entendidos na matéria e constatar a bravura e a determinação com que aquela senhora vinha tocando esse projeto.

Infelizmente, volto a insistir no assunto. Parece que o cão atenta, como se diz no meu Piauí. Logo no Governo do PT, quando temos um Governador do PT no Piauí, que é o único no Nordeste, por falta de repasses do Ministério da Cultura, temos a ameaça de fechamento do Parque Nacional da Serra da Capivara. E não são milhões. E não se trata de bilhões, ou “zilhões”, como dizia o Dr. Ulysses, tão citado pelo Senador Mão Santa. Na época em que a unidade monetária era muito variável, quando não tínhamos uma moeda estável e se mudava o padrão monetário constantemente, para não errar, o Dr. Ulysses não dizia milhões nem bilhões, mas zilhões. Ora, não são zilhões o que a Serra da Capivara necessita. São pequenos recursos, apenas para manutenção de seu quadro de pessoal, composto de 109 pessoas, desde o vigia de campo ao corpo técnico. O Parque é administrado pelo regime de co-gestão entre a Fundação Museu do Homem Americano e o Ibama. Este último, é bom que se frise, repassa apenas R\$4 mil para o Parque, e, segundo a administração, por justa razão, tal quantia mal dá para o combustível.

Sr. Senador Mão Santa, concederei um aparte a V. Ex.^a, registrando aqui essa tristeza: por que logo agora, quando o PT administra o Brasil, e o Piauí é administrado pelo PT, é que esse fato ocorre? V. Ex.^a era Governador do Piauí, o Senador Alberto Silva era Senador, quando os inícios da comemoração dos 500 anos do Brasil foram simbolizados exatamente ali, com a presença da integração nacional das raças – o índio, o negro –, numa festividade bonita, com a presença do Presidente da República. Ao acessar o site, é possível ver o que esse sítio arqueológico tem de importância e o que representa para a História e para o País. Concedo o aparte a V. Ex.^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex.^a aborda um assunto muito importante. No início do Governo de Alberto Silva, S. Ex.^a deu ênfase principalmente ao Parque das Sete Cidades e fez até um filme para divulgá-lo. É uma história de sete mil anos, dos fenícios. Depois, surgiu a pesquisadora Niède Guidon, que diz que é aceito, em tese da Sorbone, que a região é o berço do homem americano, uma história de quarenta a cinquenta mil anos. Tanto é verdade que o Presidente Fernando Henrique, o Ministro Rafael Greca e o então Ministro da Cultura escolheram iniciar as comemorações de 500 anos do Brasil, na Serra da Capivara, em respeito

à tese de ter ocorrido naquele local a fixação do primeiro homem americano. Mas quero dizer que todas as administrações federais estão indo rumo ao caos. Apenas dois funcionários são mantidos pelo Governo Federal; o resto é esforço dessa competente pesquisadora a quem tive o prazer de acompanhar ao BID. Os recursos são do BID, com os quais ela fez o Museu do Homem Americano, uma obra de primeiro mundo, e uma fauna pré-histórica. Quero dizer ainda que o Governo Federal encampou também o Parque Nacional da Serra das Confusões, em Caracol, onde está Guariba, que está abandonado. Então, eu queria ser o cirineu do Governador, mas penso que precisa haver mais gente, porque S. Ex.^a está sofrendo, pois tinha uma grande expectativa de que seria apoiado. O meu sentimento, assim como o do Senador Alberto Silva, de V. Ex.^a e da Câmara Federal é de pena do sofrimento do Governador do Piauí, uma pessoa doce, honrada, que não está tendo apoio nenhum do Governo Federal.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço o aparte de V. Ex.^a, que conviveu com o problema quando Governador do Estado.

Apelo ao Governo Federal para que medidas urgentes sejam adotadas, até porque há um fato grave. Existem peças no museu que dependem de temperatura própria, de cuidados específicos, e a energia elétrica do parque está ameaçada de ser cortada por falta de pagamento.

A Dr.^a Niède Guidon, quando chegou a tornar isso público foi porque tentou, de todas as maneiras, resolver o problema. Chegou a vender carro de sua propriedade para o pagamento de pessoal.

No ano passado, Senador Alberto Silva, V. Ex.^a que era Parlamentar, colocamos recursos para a construção de um aeroporto internacional, e foi aprovado. Este ano houve a concorrência para a construção do aeroporto. O turismo feito por pesquisadores e por interessados em turismo ecológico já existe em escala crescente.

Mas isso não é possível e nem admissível! Por isso apelo ao grande Senador mineiro, Hélio Costa, único Vice-Líder do Governo aqui presente, no sentido de que sensibilize o Governo Federal. Senador Hélio Costa, V. Ex.^a, que é responsável por matérias semelhantes realizadas no mundo inteiro, quando dos velhos tempos de repórter da **TV Globo**, sabe da importância de um parque dessa natureza para um Estado como o Piauí.

Não sei, Senador Mão Santa, mas o que me parece é que o PT está agindo, no campo administrativo, com o Governador Wellington Dias, como está

agindo, no campo político, com a Senadora Heloísa Helena e o Senador Paulo Paim. Eu gostaria, inclusive, de fazer a defesa do Governador Wellington Dias, embora seja seu adversário político e estejamos em posições diferentes. S. Ex^a não merece o tratamento que vem recebendo. O Piauí, Senador Hélio Costa, recebeu este ano, em relação ao ano passado, 22%. O Estado enfrenta dificuldades, meu caro e jovem Presidente, inclusive para a manutenção da sua folha de pagamento. O Governador vem a Brasília, os Ministros vão a Teresina, é dinheiro para cá, dinheiro para lá, mas o dinheiro não chega.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, deixo esta tribuna, neste final de tarde de segunda-feira, na certeza de que o Ministro Gilberto Gil, que é um homem sensível à cultura e que – justiça seja feita – vem realizando um excelente trabalho na sua área, liberará sem demora essas pequenas quantias para que a Serra da Capivara não morra, para que o nosso patrimônio histórico seja preservado e para que possamos dizer, antes do final do ano, antes da virada da folhinha, que finalmente o Governo do PT socorreu seu colega, seu companheiro, Governador do Piauí, Wellington Dias. De conversa, Sr. Presidente, já basta. Queremos ação. E o Piauí todo espera que isso aconteça ainda este ano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao último inscrito para discutir a reforma, Senador João Capiberibe.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever, como Líder, logo após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex^a fica inscrito em segundo lugar; em primeiro lugar estou eu inscrito. Fala um orador regularmente inscrito e depois V. Ex^a, como Líder.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para discutir a reforma tributária é necessário trazer para o centro da discussão a dívida pública, tanto a dívida externa quanto a interna. Ao longo desses últimos oito anos, todo o esforço da sociedade brasileira e toda a política econômica do Governo, tanto do Governo do Presidente Fernando Henrique quanto do Presidente Lula, estão concentrados em resolver o problema do pagamento dos juros e a amortização da dívida. Para tanto, tem-se utilizado, de forma sistemática, do aumento

de tributos, da ampliação da carga tributária por meio do aumento sistemático de tributos, com o objetivo de se fazer caixa para a União.

Tomou-se dinheiro emprestado ao Fundo Monetário Internacional, privatizaram os ativos, venderam as empresas brasileiras – patrimônio do povo brasileiro – e tudo isso para pagar a dívida. E mais do que isso, introduziu-se, desde 94, a necessidade de se fazer superávit primário, ou seja, deixar de aplicar recursos orçamentários nas políticas sociais fundamentais para a sociedade brasileira. E, desde 94, 20% do Orçamento da União passaram a ser utilizados de acordo com o interesse dos governos.

Mais uma vez, somos chamados a dar continuidade à mesma política econômica, e isso ocorre porque não temos soberania. O nosso problema é de soberania, nós não comandamos a política econômica. Essas mudanças que estamos fazendo nos sistemas previdenciário e tributário não são mudanças estruturais, não são reformas, porque reforma mexe na estrutura do sistema. Estamos apenas fazendo caixa para continuar pagando os absurdos que estamos pagando, e estamos pagando R\$530 milhões por dia! Estão previstos no Orçamento deste ano, de 2003, R\$154 bilhões só para o pagamento do serviço de juros e amortização da dívida interna e externa!

Então, o problema central deste País é exatamente atacar a questão da dívida. E, nesse final de semana – está aqui o Líder Valadares –, realizamos o IX Congresso do Partido Socialista Brasileiro. E a Plenária do Congresso do PSB votou e determinou mudanças na política econômica do Governo. E mais, que a política econômica do Governo do Presidente Lula é uma política econômica transitória para um outro modelo. E a militância do Partido queria estabelecer prazo para que o Governo do Presidente Lula apresentasse um outro modelo de política econômica.

Mas, é bem verdade, não temos autonomia. O País não tem soberania suficiente para mudar a política econômica. E temos que reconhecer isso, porque esta Casa também foi responsável pelo endividamento. E aqui não temos controle algum sobre a dívida. O mais grave é que autorizamos empréstimos e não temos controle sobre o uso do recurso.

Eu gostaria que o Senado se dispusesse a fazer uma avaliação da dívida, para que pudéssemos conhecer a sua origem e evolução até chegar ao ponto de nos sufocar, de nos condenar à indigência. Não é possível que um País que está entre as 10 potências econômicas do Planeta não tenha recursos para comprar uma seringa em um hospital público, nem te-

nha dinheiro para pagar a conta de energia elétrica do Itamaraty etc.

Ficamos aqui fazendo o debate político como se toda essa situação desesperadora tivesse sido produzida neste momento, quando a má condução política deste País é histórica. É por isso que o nosso Partido decidiu considerar essa política como transitória, analisando também a questão da dívida. Parece-me fundamental que o Senado tome essa iniciativa.

Quanto à reforma previdenciária, o Partido apresentou algumas propostas, como, por exemplo, permitir que os Estados e os Municípios determinassem as alíquotas ou não da cobrança de ativos e inativos, mas, infelizmente, não passou. Foi uma iniciativa nossa, conduzida pelo nosso Líder, Senador Antonio Carlos Valadares, mas não tivemos sucesso na hora de aprová-la na PEC paralela.

Portanto, teremos de mudar o nome dessa reforma para dar-lhe o nome adequado. O Partido dos Trabalhadores e a Esquerda durante muitos anos defendeu avaliação da dívida. Agora temos a obrigação de nos juntar, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, e criar uma comissão de avaliação para mostrar à sociedade brasileira o drama que estamos vivendo. As discussões políticas se acirram aqui dentro e os problemas estruturais da sociedade brasileira terminam sendo ofuscados. O nosso problema é o endividamento monstruoso, que, por meio dos mecanismos que acabei de anunciar, retira os recursos destinados às políticas públicas na área da Saúde e da Educação.

Por último, nós do Partido Socialista Brasileiro teremos dificuldade na hora de votar a reforma tributária, que mantém o desvinculamento de 20% dos recursos do Orçamento, nos quais estarão os recursos para a Educação. Há o consenso, na Comissão de Educação e no Partido Socialista Brasileiro, de que os recursos da Educação não podem continuar desvinculados, o que nos criará uma dificuldade, porque o Governo tem de dar uma resposta à sociedade.

No ano que vem, Sr. Presidente, se prevalecer a desvinculação dos recursos da Educação, essa área perderá R\$3,6 bilhões. Não é o Ministério da Educação que vai perder; é a sociedade brasileira que vai ser condenada ao atraso. Isso o Partido Socialista Brasileiro não aceita. A Comissão de Educação apresentou emenda para fazer retornar os R\$3,6 bilhões à Educação. O Partido Socialista Brasileiro não aceita a desvinculação, a decisão de sua plenária, no seu IX Congresso, é no sentido de que se mantenham fora da desvinculação os R\$3,6 bilhões dos recursos destinados à Educação.

As lideranças do Governo terão que nos responder como irão resolver esse problema. Não vamos, por determinação da plenária do Partido, aceitar essa desvinculação de R\$3,6 bilhões dos recursos da Educação.

A reforma tributária e a reforma da Previdência estão sendo feitas para responder à ganância absurda do capital financeiro. Neste País, os bancos engordam cobrando taxas absurdas de todos nós. A situação social se agrava, o desemprego se agrava e a indignação aumenta em todo o País. Acredito que a responsabilidade também é desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. João Capiberibe, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Continua em discussão a **Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2003**. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para o prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Siqueira Campos, como Líder, para comunicação de interesse partidário, nos termos do art. 14 do Regimento Interno.

S. Ex^a dispõe de vinte minutos,

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero iniciar este meu pequeno pronunciamento, no tempo destinado à Liderança do PSDB, relendo aqui um trecho da carta de Pero Vaz de Caminha, enviada ao rei logo após a sua chegada ao Brasil.

Destaco um trecho, Sr. Presidente:

De ponta a ponta é toda praia... muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande; porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terras e arvoredos. – terra que nos parecia muito extensa.

Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro, nem lha vimos. Contudo a terra é em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre-Douros-e-Minho, porque nestes tempos d'agora assim os achávamos como os de lá. Águas são mui-

tas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem.

É este, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o relato que fazia Pero Vaz de Caminha, tão entusiasmado que estava ao se deparar com a formosa terra brasileira.

Sr, Presidente, Sras e Srs. Senadores, nem imaginava Pero Vaz de Caminha se havia ouro, se havia qualquer outro tipo de metal, mas ele se referiu a algo por demais importante: a água e o sol, a luminosidade. E concluiu que, em se plantando, nesta terra tudo dá.

Sr. Presidente, não estamos diante de outro dilema neste mundo que não o da grande discussão, do grande problema que enfrentam todas as Nações: a luta pela geração da energia. Durante mais de um século, o homem brigou e fez guerra por causa do petróleo. Fez guerra já neste século não por outra razão senão o petróleo. E temos no País a biodiversidade, temos todas as condições de luminosidade, de água, de terras planas – aquelas terras que não foram vistas por Pero Vaz de Caminha –, terras férteis, que nos permitem não sonhar, mas simplesmente constatar que é o Brasil a terra mais rica do planeta, a Nação mais abençoada e aquinhoada. Não é por outra razão que dizem ser Deus brasileiro. Temos mais de 20% da água doce do planeta.

Assisti, dias atrás, uma palestra uma palestra do Professor José Walter Bautista Vidal, um homem extraordinário. E ele dizia que, como brasileiro, não entendia como estávamos fazendo a opção de estudar a possibilidade de construir Angra 3 ou de construir outras refinarias de petróleo, tendo em vista o biodiesel, que pode ser extraído do babaçu, da mamona e do girassol. Ele disse que temos tantas fontes inesgotáveis de energia na flora brasileira, mais baratas e mais vantajosas e estávamos contrariando a lógica ao analisarmos a possibilidade de construir Angra 3 ou novas refinarias de petróleo.

O petróleo é uma fonte esgotável. Felizmente o Brasil vai muito bem nesse setor, pois estamos atingindo a auto-suficiência. A Petrobrás é uma empresa de ponta, reconhecida no mundo inteiro.

E nos deparamos com o anúncio de um dos Ministros que integram o atual Governo de que o Brasil deverá crescer apenas 0,25% neste ano.

Sr. Presidente, há questão de dias, uma parte do Ministério disse que esse crescimento seria de 0,80% e a outra, de 0,40%. Houve um confronto. Uma parte do Governo chamou a outra de “parte

mal humorada do Governo”, dizendo que ela não era otimista com este Brasil, porque, em vez de preconizar um crescimento de 0,80%, entendia que seria de apenas 0,40%. E agora nós estamos constatando que não é 0,80% nem 0,40%. Não é mau humor e nem desinformação, é a dura realidade nacional que aponta para um crescimento de 0,25% do nosso Produto Interno Bruto.

Com tudo isso que o descobridor Pero Vaz de Caminha relatou há mais de 500 anos, com aquilo que o Professor Bautista Vidal, brasileiro apaixonado, emocionado, em uma palestra, disse: “Eu estou diante de um Governo que eu apoiei, no qual acreditei. E quero agora ver. Interessa-me muito pouco se é de direita ou se é de esquerda; há de ser nacionalista. E ser nacionalista é acreditar no biodiesel, no Programa do Álcool, que este País abandonou, é acreditar na água, na terra e no sol que nós temos neste País, em abundância”.

Então, Sr. Presidente, eu já disse, desta tribuna, e hoje o Senador Alvaro Dias...

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Eu concederei, em breve, o aparte a V. Ex^a.

O Senador Alvaro Dias relembrou palavras minhas, nesta tribuna, dizendo que, se o Brasil tivesse crescido 6% este ano, nós não estaríamos preparados; nós não teríamos portos, estradas, rodovias, ferrovias. Ou seja, o Brasil não conseguirá um crescimento de 4% para o ano que vem, nem com todo o otimismo que se possa ter. É assim, Sr. Presidente: “Este ano nós crescemos só 0,25%, mas no ano que vem – e no começo deste ano foi assim – nós iremos crescer 4%”.

Então, já estamos, com o otimismo e a falta de mau humor, com uma previsão de crescimento de 4% para o ano que vem. Sr. Presidente, a verdade é que não estamos preparados. Não temos infra-estrutura para esse crescimento.

Não quero, Sr. Presidente, mudar a linha dos meus pensamentos. Não estou dizendo que sobre este Governo, com quase um ano de administração, repouse a culpa por todos os males. E também não concordarei, Sr. Presidente, com a tese da herança maldita, porque não foram malditos, no meu entendimento, os anos do Governo Fernando Henrique Cardoso. Para justificar, cito o exemplo de Tocantins, onde uma ponte sobre o rio Tocantins, para trazer a rodovia Norte-Sul, foi construída, depois de muitos anos de paralisação, durante os anos do Governo de

Fernando Henrique Cardoso; onde foram concluídos 90% da obra da Plataforma Multimodal de Aguiarnópolis no Governo Fernando Henrique Cardoso; onde o Linhão Norte-Sul interligou todos os sistemas de geração de energia; onde foi feita a Usina Luís Eduardo Magalhães e o Aeroporto Internacional de Palmas. Está em Tocantins o único trecho em que a rodovia Transamazônica está inteiramente asfaltada, no Bico do Papagaio. Houve delegação do Governo Federal e o Estado construiu a rodovia.

Sr. Presidente, precisamos marchar nessa direção. Entre intenção e gesto há diferenças. O Governo tem a intenção de construir. Mas, se ele destina, no Orçamento, apenas R\$10 milhões para a ferrovia Norte-Sul, e ela não está prevista para integrar o PPP, a Parceria Público-Privada, como construiremos a ferrovia sem o orçamento? Aí, a Bancada do Tocantins, que deveria ter por obrigação colocar os recursos para emendas, para o caixa do Estado, para obras do seu Estado, patrioticamente, destaca uma de suas emendas para destinar dinheiro para a ferrovia Norte-Sul.

Temos a eclusa na usina Luís Eduardo Magalhães, obra que viabilizará 700 quilômetros de navegação, para transportar toda a soja e toda a produção do Centro-Oeste, e não há nenhum centavo no Orçamento. A Bancada do Tocantins, mais uma vez, em vez de cumprir o seu papel de destinar recursos para o caixa do seu Estado, destina recursos para o orçamento da União, para o caixa da União, para fazermos a eclusa na usina Luís Eduardo Magalhães.

Então, Sr. Presidente, é meu dever, é meu papel cobrar, lembrar, pedir, solicitar, chamar a atenção do Governo Federal para essa etapa extraordinária que podemos voltar a viver no Brasil se optarmos por seguir a vocação natural que foi vista por Pero Vaz de Caminha, sem que ele imaginasse se havia ouro, se havia prata ou qualquer outro tipo de metal. Falava ele da nossa flora, da nossa luz, da nossa água.

Hoje, Sr. Presidente, o grande debate, a grande discussão nacional é exatamente sobre a energia. Toda ela vem da biomassa. Se for o petróleo, quantos milhões de anos serão necessários para a formação das grandes bacias, esgotáveis?

Já tivemos um Programa Nacional do Alcool, que reduz a poluição e que foi adotado por todos os outros países que não têm as condições de plantar cana-de-açúcar que o Brasil tem. Nesse aspecto, somos imbatíveis. Não é para estarmos comemorando que somos o maior exportador de carne ou que somos agora o maior produtor de soja, pois tínhamos de ser os maiores em tudo, no biodiesel, na

cana-de-açúcar. Adotando a vocação natural deste País, criaríamos milhares de empregos e iríamos aproveitar todo este cerrado.

Sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, ao verificar a nossa falta de infra-estrutura, quero centrar o meu discurso hoje muito mais na nossa falta de investimento nessa chamada caminhada para o Norte, que vai ser a solução deste País.

Temo muito pela Amazônia. Não por mim ou pelos meus filhos ou pelos meus netos. Hoje, se já temos um debate sobre ocupação ou invasão do Iraque, o que é que podemos prever para a Amazônia brasileira, com sua biodiversidade, com seu potencial de geração de energia renovável, sem prejuízos ambientais?

Estamos diante de uma ameaça muito grande, Sr. Presidente, porque a Rússia sinaliza agora para a não-assinatura do Protocolo de Kyoto. Os países, para protegerem os seus interesses, deixam de honrar um encontro dos mais importantes, a começar pelos Estados Unidos da América.

A grande esperança era que a Rússia, assinando o Protocolo de Kyoto, permitisse-nos tranquilizar as futuras gerações quanto aos danos ambientais. Mas parece que isso não vai acontecer. Então, está na hora de este Brasil acordar para o biodiesel, para a biomassa, para a geração de energia, sem danos ambientais, para o programa do álcool.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Sr. Presidente, todo este meu inconformismo vem exatamente desse anúncio de 0,25%. Mesmo 0,40% de crescimento já não faria diferença. O que sabemos, por certo, é que o superávit primário nunca foi tão grande, que a arrecadação – está nos mesmos jornais – também bate recordes, mas também bate recorde o número de desempregados, além de ter caído o crescimento da indústria e termos congelado a tabela do imposto de renda. Ou seja, condenamos a nossa classe média, aqueles que ainda estão inscritos como pessoa física no Imposto de Renda, a pagar mais essa prorrogação, em 27%. As pessoas terão, sem aumento de salário, sem aumento de renda, o congelamento da tabela. Estamos condenando a classe média a pagar mais imposto de renda. Estamos aumentando a Cofins, penalizando um setor importante da prestação de serviços, e nessa reforma tributária não conseguimos anunciar para a Nação brasileira nada que tenha em vista a desoneração da produção nacional.

Então, Sr. Presidente, o cenário não é bom. São impressionantes os números do mercado financeiro: a bolsa está subindo; o dólar está caindo. Sr. Presidente, a inflação está baixa, mas ouvi ontem alguns articulistas dizerem que está na hora de deixar a inflação subir um pouco, porque, sem consumo, essa situação é óbvia. O pobre brasileiro está condenado a não consumir para não haver aumento de inflação. Dessa forma, Senadora Heloísa Helena, ficamos neste dilema: não vamos deixar a pobreza consumir para mantermos os baixos índices de inflação. Assim, não há consumo, não há inflação, não há crescimento, mas é certo que haverá superávit. Vamos colocar mais R\$10 bilhões ou R\$15 bilhões nos cofres da União apenas com o aumento da Cofins, sem contar o montante do Imposto de Renda.

Nobre Senador João Capiberibe, concederei, em seguida, um aparte a V. Ex^a.

Existe também a DRU. Lembro-me de ouvir a Senadora Heloísa Helena dizer que essa desvinculação é muito perigosa para setores importantes. Já mencionei aqui os estudantes.

Quero que o meu discurso siga mais ou menos a linha do que disse o grande brasileiro Bautista Vidal:

Não vamos nos considerar nem de Esquerda nem de Direita. Vamos reformar. Vamos marchar na vocação das terras brasileiras, anunciadas por Pero Vaz de Caminha. Vamos em direção ao Pró-Álcool; vamos em direção ao biodiesel. Vamos buscar na biodiversidade, nas nossas águas e nosso solo, a solução para a produção nacional.

Concedo um aparte ao Senador João Capiberibe e, em seguida, ao Senador Alberto Silva, uma das maiores autoridades na questão, que tantas vezes soma à tribuna para trazer esse tema ao Senado.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Senador Eduardo Siqueira Campos, creio que V. Ex^a tem inteira razão. Quero dizer que estou convencido de que o Brasil, de fato, é uma potência ambiental. Somos exportadores de natureza. Vejam que nos especializamos em produzir café. Fomos os maiores exportadores de borracha e depois de café da história, mas os italianos se especializaram em fazer as cafeteiras. Fomos o maior produtor de cacau, mas o melhor chocolate é o dos suíços, que não sabem o que é um pé de cacau. Somos hoje, juntamente com os Estados Unidos, os maiores produtores de soja. Quando vendemos a soja em grãos para o Japão, o imposto que eles nos cobram é zero, mas quando vendemos óleo de soja o imposto já sobe para mais de

cem por cento. Ora, estamos exportando a nossa natureza, somos exportadores de matéria prima. Não rompemos o cordão umbilical. Nosso problema é essa relação com os países do centro e, também, termos caído na dependência brutal do sistema financeiro, que corrói o orçamento público. Nós, políticos, trabalhamos com o desejo das pessoas. Imaginem o desejo do povo do Tocantins por uma infra-estrutura adequada para atrair empreendimentos importantes, geradores de emprego. Imaginem o sonho, o desejo do caboclo ribeirinho da Amazônia por uma escola e uma saúde de qualidade. E nada disso é possível porque tudo o que produzimos neste País é para pagar dívida. Pagamos R\$530 milhões todos os dias de juros e amortização da dívida. Não temos saída. Devemos encarar essa questão juntos, todos os Estados brasileiros, a sociedade brasileira, falando com absoluta franqueza com todo mundo, para cumprirmos esse ideal da biodiversidade, da riqueza natural que temos em abundância, senão vamos destruir sistematicamente essa riqueza, essa natureza fantástica que temos a troco de pobreza, de exclusão. Concorro plenamente com V. Ex^a. O Professor Bautista Vidal, na verdade, teve uma grande influência na minha compreensão da importância da energia para o desenvolvimento. V. Ex^a sabe que há hoje um projeto de biodiesel que democratiza a distribuição da energia. A energia é produzida na comunidade local e ali transformada em energia geradora de trabalho. Evidentemente, esse projeto tem o nosso apoio e sai de mentes brilhantes, generosas, como a do Professor Bautista Vidal. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Agradeço e incorporo o aparte de V. Ex^a, Senador João Capiberibe. Concorro plenamente que o Professor Bautista Vidal é um dos grandes brasileiros, um dos grandes sonhadores com um Brasil mais justo.

Concedo o aparte ao Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador Siqueira Campos, V. Ex^a tem a capacidade de abordar, num discurso de pouco tempo, todos os problemas que, no momento, perturbam as pessoas que estão querendo ver este Brasil crescer. V. Ex^a cita os fatos ocorridos no Governo passado, os que estão ocorrendo agora e sugere, ao final, que devamos fazer algo. Jovem e responsável por grande parte do desenvolvimento de seu Estado – somos testemunha disso – , V. Ex^a cita o cientista Bautista Vidal. Quando eu era Presidente da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, ele era um dos meus assessores, melhor dizendo, ele não trabalhava comigo, mas conversáva-

mos muito. Na época falávamos sobre tudo – transporte urbano, futuro do País – e ele sempre defendia a tese da biomassa. E nesse instante V. Ex^a indaga: por que não vamos para a biomassa, por que não vamos para o biodiesel? Eu queria acrescentar ao excelente discurso que faz V. Ex^a nesta tarde, como uma contribuição, já que é este o nosso dever aqui: vamos apontar para o Governo alguns rumos. Nós, como V. Ex^a, que já dirigiu também o seu Estado, vamos apontar alguns rumos. Eu gostaria de citar algum, naturalmente objeto de um futuro discurso, de uma futura discussão nossa. V. Ex^a disse que a Rússia não está querendo ratificar sua assinatura no Protocolo de Kyoto, porque quer proteger suas usinas poluidoras, como os americanos. Mas a mamona, a nossa manona, tem uma característica especial. Em cada hectare produzido, ela é capaz de retirar do ar algumas toneladas de CO₂. E aqui vou dar um número que talvez espante as pessoas. Se se queima uma tonelada do óleo **diesel** da Petrobras – é incrível falar isso, mas é verdadeiro – cria-se no ambiente duas toneladas de CO₂. É uma questão da parte interna molecular, é peso molecular, mas gera duas toneladas. Pois bem, fala-se que a floresta amazônica é o pulmão do mundo, mas ela não troca CO₂, ela não tira CO₂ do ar. Enquanto as árvores estão crescendo, sim, mas em escala pequena. Todavia, Senador Eduardo Siqueira Campos, com o programa do biodiesel faríamos a reforma agrária sem confusão. Tenho uma experiência no Piauí – permita-me entrar em seu discurso só um pouco mais -, de que com um hectare de mamona e feijão dou um emprego. É sobre isso que o Presidente Lula tanto fala, e agora podemos dar uma ajuda e mostrar a Sua Excelência o caminho. Em vez de desapropriar terra para assentar pessoas, vamos fazer, por exemplo, um contrato de arrendamento de um hectare, por cinco anos, entre o proprietário e o lavrador. Nós comprovamos que com um hectare de mamona e feijão é possível pagar um salário de R\$500,00 por mês. Com dois hectares, pago R\$1 mil. Então, com dois hectares gero um emprego. Com um milhão de hectares de mamona e feijão vou para a biomassa e gero óleo, adubo e a capacidade de tirar CO₂ do ar. V. Ex^a convoca. Por que nós, brasileiros, Parlamentares, não entramos nessa batalha? Façamos um programa para plantar cinco milhões de hectares de mamona e feijão no Brasil e dar cinco milhões de empregos. Parabéns a V. Ex^a pela excelência do discurso e pelo excelente tema que aborda.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Agradeço a sua contribuição, Senador Alberto Silva. V. Ex^a complementou meu pronunciamento

ao falar da renda que iria advir se adotássemos a mamona, o girassol, o biodiesel, enfim, a biomassa, que vem de fontes renováveis e não de fontes poluentes.

Quero terminar dizendo que não nos interessa ser o maior exportador de carne do mundo com o nosso povo sem carne na panela. Não nos interessa sermos o maior produtor de soja do mundo sem o óleo e o arroz para a alimentação básica da nossa população. Não adianta termos grandes usinas hidrelétricas enquanto metade do Brasil rural ainda está no escuro.

Acredito neste País, Sr. Presidente, mas se tomarmos a correta direção e nos aproveitarmos daquilo tudo que Deus colocou neste amado solo brasileiro, no amado solo tocantinense que represento nesta Casa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Efraim Moraes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, nobre Senador Efraim Moraes.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, inicialmente, quero lembrar que hoje, 08 de dezembro, todo o Brasil vive um dia especial, que homenageia Nossa Senhora da Conceição. Quero fazer esse registro como homem católico que sou, saudando esse dia especial para a nossa religião.

Segundo nos informa a Senadora Heloísa Helena, Nossa Senhora da Conceição é sua madrinha. Também é padroeira do Município de São Mamede, que tenho a felicidade de representar na Paraíba, na minha região do Vale do Sabugi e o normal seria que eu lá estivesse, como sempre fiz, mas aqui estou na condição de Senador da República, representando aquele povo, todos aqueles fiéis seguidores de Nossa Senhora da Conceição.

Esse era o registro que queria fazer, inicialmente, desta tribuna.

Concedo o aparte à Senadora Heloísa Helena, na condição de afilhada de Nossa Senhora da Conceição.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – É verdade. É de muita delicadeza o gesto de V. Ex^a. Eu também, todos os anos vou para Água Branca, cidadezinha do sertão de Alagoas, para participar da procissão de Nossa Senhora da Conceição, conduzida por um padre da minha infância, o Padre Rosevaldo, e pelo Padre Heraldo. Eu iria para Água Branca, para

Maravilha, para São José da Tapera, para Rio Largo, mas, infelizmente, em função de problemas de saúde e da sobrecarga gigantesca de trabalho, não tive a oportunidade de estar no interior de Alagoas, como sei que V. Ex^a também gostaria de estar na Paraíba. Portanto, aproveito para saudar todos e compartilhar do pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Obrigada, Senadora Heloísa Helena. Creio que, unidos, saudamos todos os fiéis.

Sr. Presidente, antes de iniciar a matéria de que irei tratar, voltando à tribuna para falar da política do BNDES, gostaria de fazer um registro a respeito da reforma da previdência. O Presidente Lula, no exterior, junto aos Gaviões da Fiel, disse que a reforma é resultado da cabeça dos políticos. Ora, Sr. Presidente, ele ainda acrescenta que a reforma que sairá do Congresso é a que a cabeça dos políticos permite que saia.

Quero deixar bem claro que o Congresso Nacional recebeu, na Câmara dos Deputados, uma proposta do Executivo. Espero que, agora, o PT e o Governo de Lula não queiram dizer ao povo brasileiro que não a propuseram, que tudo que está no Congresso foi assinado sem que soubessem o que estavam assinando. Pelo amor de Deus! Vamos tentar pelo menos falar a verdade ao povo brasileiro.

O que vimos nós, os Congressistas, a começar pela Câmara dos Deputados? Chegou a proposta e a Câmara dos Deputados fez um pequeno ajuste. Por exemplo: meu Partido, o PFL, juntamente com as oposições, mudou a taxação das viúvas, que o Governo de Lula queria que fosse de 50%. O PFL, o PSDB, o PDT e alguns companheiros de outras legendas conseguimos reduzi-la para 30%. As oposições, juntamente com outros companheiros – eu poderia citar a Senadora Heloísa Helena, os Senadores Papaléo, Mão Santa, Paulo Paim e tantos outros –, tiveram mais de 300 emendas rejeitadas por orientação do Governo. A ordem do Governo foi de que esta Casa, no caso da reforma da previdência, da famosa 67, deveria atuar como um cartório: carimbar e voltar. Não deixamos e o Congresso a discutiu, mas o rolo compressor, ao invés de transformá-la numa ação cartorial, transformou-a naquilo que chamo de medida provisória. Para mim, analiso que a PEC 67 é uma medida provisória. Essa é a proposta do Governo de Lula, do PT e da Base. É a 67. É a que será aprovada nesta semana, na próxima semana ou neste mês. Essa é a proposta do Governo.

Os Srs. Senadores, a Oposição e alguns dissidentes, que há pouco citei, com mais alguns outros,

decidimos tentar melhorar um pouco essa proposta. Inventaram a tal da PEC paralela. Repito: paralela, para mim, continua sendo o que aprendi em Matemática, em Geometria. São duas retas que se encontram no infinito. Não sei onde é o infinito, o cidadão não sabe onde é o infinito, o Senador Mão Santa não sabe onde é o infinito e lá ninguém sabe o que vai acontecer. Para mim, o infinito vai ser na Câmara dos Deputados.

Analisando a frase do Presidente, espero que ele, agora, com as suas lideranças e com o Presidente da Câmara dos Deputados, agilize a votação e a aprovação da PEC 77, que ainda não é o que nós, da Oposição, queremos. Aí, sim, posso dizer em nome da liderança da Minoria: não é, ainda, o que queremos, mas é o que podemos avançar.

O compromisso e o desafio que recebi, neste fim de semana, neste Plenário, continua de pé. Quando usava a palavra, aparteado pelo extraordinário Senador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, aceitei o desafio: se essa PEC 77 for votada na Câmara dos Deputados, venho a esta tribuna para elogiar o Governo, porque terei certeza de que os Srs. Senadores da República, os 81 Senadores e Senadoras da República, cumpriram a sua parte e fizeram a reforma mais ou menos como desejávamos, porque a PEC 67, a Medida Provisória que será aprovada, neste ano, entrará em vigor em breve, logo em seguida à promulgação, sem mudanças, como quis o Governo de Lula. Então, ele pode dizer: a minha proposta, a proposta do PT que, no passado, era totalmente contra, que, no passado, defendeu em sentido contrário as reformas, tem a PEC dele, qual seja, a PEC nº 67. A PEC nº 77 é nossa, é dos Srs. Senadores todos; não é o ideal ainda, mas é nossa. Aí, sim, produzimos, em entendimentos, essa PEC nº 77.

Senador Eduardo Siqueira Campos, Presidente desta sessão, entendo que, votada a PEC nº 67, a medida provisória, o Governo estará satisfeito, estará rindo. Agora, se a Câmara dos Deputados não aprovar, com rapidez, a PEC nº 77, significará dizer que o Governo do PT, que o Governo Lula mandou engavetar a PEC nº 77, que traz alguns avanços para o servidor público e os trabalhadores brasileiros.

Portanto, fica o desafio que recebi e aceito: se votada, virei aqui para parabenizar o Governo. O Senador Pedro Simon, que todos conhecemos, com certeza virá aqui fazer a parte de S. Ex^a: se não votada, virá aqui dizer que o Governo enganou a população brasileira e os Congressistas.

Era esse o registro, Sr. Presidente, que eu precisava fazer antes de começar o nosso pronunciamento, dizendo que a PEC nº 77 é mais uma prorrogação da agonia do servidor público brasileiro, a quem aconselho que, logo após votada aqui a PEC nº 67, se mobilize e vá à Câmara dos Deputados. Tenho certeza de que os Deputados que votaram contra a PEC nº 67 estão dispostos a votar a favor da PEC nº 77. Caberá ao rolo compressor do Governo votar essa matéria. E quando quer, o Governo vota, porque tem maioria lá e aqui. Com certeza, cabe exclusivamente ao Governo decidir o cronograma de votação dessa matéria. A meu ver, o Governo não terá vontade de votá-la.

Sr. Presidente, a matéria de que falaremos hoje, e por isso volto a esta tribuna, diz respeito à política do BNDES – com a qual, tenho certeza, V. Ex^a também não concorda –, cuja missão de promover o desenvolvimento econômico e social do País está sendo comprometida por ações de política externa do Governo Lula.

Como se sabe, o BNDES, a pretexto de se tornar uma ferramenta de integração continental – papel que institucionalmente não lhe cabe –, está financiando obras de infra-estrutura em países da América do Sul. Há também promessas do Presidente Lula de que faça o mesmo em países da África.

Com isso, o Governo brasileiro financia o desenvolvimento econômico e social alheio, gerando emprego e renda fora de suas fronteiras, enquanto internamente, num espantoso paradoxo, apela à iniciativa privada para que o auxilie, selando parcerias com o Estado em obras de infra-estrutura.

Nesse sentido, encaminhou recentemente ao Congresso o projeto de Parcerias Público-Privadas, as PPP.

Ora, enquanto abre os cofres aos países vizinhos, o Governo simultaneamente convoca os empresários brasileiros do setor de infra-estrutura para pedir socorro e propor parcerias, alegando que não dispõe de recursos. Externamente, posiciona-se como país rico e provedor e oferece financiamentos a juros mais favoráveis que os praticados internamente.

Nesse sentido, faço minhas as indagações do colunista de economia do **Correio Braziliense**, Antonio Machado, em sua coluna Brasil S.A, de sexta-feira passada, cuja íntegra peço que seja transcrita nos Anais desta Casa. Diz o colunista:

“O que faz o BNDES emprestar dinheiro grosso à Venezuela e Equador em condições mais favoráveis que aquelas dispensadas pelo Banco Mundial, que cobra os menores juros da praça internacional e sempre a perder de vista?”

E prossegue:

“O enigma é estranho quando se sabe que as estimativas sobre o total das necessidades de financiamento pelas áreas de infra-estrutura pública e setores industriais supera as disponibilidades do banco estatal, além do que a falta desses investimentos explica boa parte do baixo dinamismo da economia na geração de empregos”.

Ou seja, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não temos recursos para financiar o desenvolvimento interno – e o nível recorde de desemprego registrado este ano aí está para não deixar dúvidas –, mas temos, e de sobra, para financiar países vizinhos, e a juros mais baixos que o do Banco Mundial.

O BNDES, Sr^{as} e Srs. Senadores, está concedendo, em empréstimos à Venezuela e Equador, prazo de dez anos para pagar e juros anuais de apenas 2% acima da taxa referencial medida pela Libor, do mercado londrino, hoje de 1,6%. Aqui, o BNDES, Senadora Heloísa Helena, não é tão generoso.

Convém lembrar que ambos os países – Venezuela e Equador – apresentam grave quadro de risco e investimentos, o que recomendaria juros mais altos. A Venezuela discute a deposição de seu Presidente, enquanto o Equador tenta sair da moratória. Enquanto o Brasil sacrifica os trabalhadores, enquanto a política econômica do Governo sacrifica a sociedade brasileira para baixar o risco-país Brasil e investe dinheiro nos países que têm o pior risco na América Latina e – por que não dizer? – no mundo.

Por maior boa vontade que tenha o Senhor Presidente da República, confesso que não consigo entender a lógica dessa, digamos, dialética do Governo. Se a idéia é – como parece ser – conquistar a gratidão desses países, que passariam a se colocar sob a liderança brasileira nos fóruns internacionais, o raciocínio me parece ingênuo e inconsistente.

O Brasil não está em condições de fazer frente à investida competitiva dos países ricos nessa área. O

que ocorre concretamente é que nossa mão estendida é aceita, mas se os Estados Unidos, por exemplo, decidirem quebrar essa articulação, não terão dificuldades em acenar com créditos bem mais amplos – e anular a liderança brasileira.

O que deve mover o BNDES, ferramenta fundamental na promoção do desenvolvimento do País, é a criação interna de empregos. Essa deve ser – tem que ser – sua prioridade. Não está sendo, Sras e Srs. Senadores.

O banco acaba de emprestar US\$155 milhões à Venezuela e US\$242 milhões ao Equador, ambos para projetos de hidrelétricas, que serão tocados por empresas brasileiras, mas vão gerar emprego e renda lá. Há promessas de financiamento de estrada entre a Bolívia e a Argentina, no valor de US\$1 bilhão.

Há pouco mais de um mês, o Ministro das Relações Exteriores, em nome do Governo brasileiro, perdoou dívida de US\$55 milhões à Bolívia, sem exigir qualquer contrapartida, muito embora seja o Brasil comprador de gás daquele país, pago em dólares, pago em dólares! Enquanto isso, o Brasil perdoou a dívida da Bolívia. São iniciativas no mínimo questionáveis, que deveriam ter sido postas em debate no Congresso Nacional, que representa a sociedade brasileira como um todo – e não decididas unilateralmente pelo Governo, como se tratasse de questão meramente burocrática.

São as considerações, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, mais uma vez, desejava trazer à reflexão desta Casa, para que intensifique a sua fiscalização nessa questão.

O que não podemos e não conseguimos entender é exatamente a questão de se perdoar dívidas de países vizinhos ao nosso, com o único objetivo de se tornar uma liderança fora do País, quando aqui as pesquisas mostram a queda do Presidente Lula, porque se esqueceu do povo, dos compromissos assumidos com o povo brasileiro durante a campanha eleitoral como a geração de 10 milhões de empregos. E nesses onze meses, já no décimo segundo, ao apagar das luzes, o País continua parado.

Ouvi vários pronunciamentos, no dia de hoje, sobre as estradas esburacadas, sem condições de transportar a nossa produção agrícola. E agora vem o inverno; vai piorar. Não foi investido 1 real sequer nas estradas brasileiras. Agora, o Governo quer emprestar US\$1 bilhão para fazer uma estrada entre a Bolívia e a Argentina.

Presidente Lula, Vossa Excelência está voltando nesta próxima quarta-feira, e é bom que pare um pouco no Brasil, para que possa, pelo menos, ouvir os reclames da população brasileira. Eu não sei se algum dos Srs. Senadores ou daqueles que estão me ouvindo se lembra desta frase: “Entre uma viagem a Paris e outra a Londres, o Presidente deveria dar uma passada no Nordeste”. Eu não sei se algum de V. Ex^{as} se lembra desta frase. Eu vou repetir, pois acho que falei rápido, Sr. Presidente. Está no Painel do jornal **Folha de S.Paulo**.

Perspectiva:

“Entre uma viagem a Paris e outra a Londres, o presidente deveria dar uma passada no Nordeste”. Disse Lula em 1998. Com mais milhagem que FHC à mesma altura do mandato, Lula agora acha que “o presidente tem de viajar toda vez que ele considere importante viajar”.

Eu queria que Sua Excelência, ao chegar, pensasse um pouco, não precisa ir não, basta saber a notícia de que o Nordeste que está em plena seca; que a Universidade Federal da Paraíba, que tive a honra de estudar, terminar o meu curso de engenharia – que considero uma das melhores universidades deste País –, está para fechar as portas, porque não tem dinheiro para pagar a conta de água, não tem dinheiro para pagar o telefone, não tem dinheiro para pagar a conta de luz e nem o papel higiênico. E os professores, para ministrarem suas aulas, estão levando o material de casa. Eu queria que o Presidente, quando voltasse, não precisa ir, pelo menos procurasse se informar de que os nordestinos, não só da Paraíba, mas todos os nordestinos deste nosso querido País, estão entregues à sorte e ao destino de Deus. E peço à nossa querida Padroeira, Nossa Senhora da Conceição, pois hoje é dia de Nossa Senhora da Conceição, que proteja os brasileiros, que proteja o Governo, para que, em 2004, ele governe para o Brasil, para que ele governe para os brasileiros, para que ele cumpra os compromissos de campanha e deixe um pouco a vaidade externa a pense nas necessidades internas dos trabalhadores, do povo brasileiro.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Criando emprego lá fora

Estivesse o país nadando em dinheiro, não haveria o projeto das chamadas Parcerias Público-Privado, o presidente Lula e o ministro Antonio Palocci não teriam de cobrar coragem dos empresários para que invistam em seus negócios e o Tesouro não precisaria montar uma fina engenharia financeira para capitalizar o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. o BNDES, guichê único para o financiamento de projetos privados de longo prazo.

O que faz então o BNDES emprestar dinheiro grosso à Venezuela e Equador em condições mais favoráveis que aquelas dispensadas ao Brasil pelo Banco Mundial, que cobra os menores juros da praça internacional e sempre a perder de vista? O enigma é estranho quando se sabe que as estimativas sobre o total das necessidades de financiamento pelas áreas de infraestrutura pública e setores industriais supera as disponibilidades do banco estatal, além do que a falta destes investimentos explica boa parte do baixo dinamismo da economia na geração de empregos.

Ao emprestar US\$ 155 milhões à Venezuela e US\$ 242 milhões ao Equador, ambos para projetos de usinas hidrelétricas tocadas por empresas brasileiras, o BNDES está fazendo política industrial, o que não é, por si, uma decisão ruim, dependendo da transparência do processo e das regras de escolha dos beneficiados. Está também implementando a política de aproximação econômica do Brasil com a América Latina, conforme as diretrizes de integração regional do governo Lula, para abrir mercados às exportações nacionais. Mas toda essa estratégia deve ser vista, em primeiro lugar, da perspectiva de criação de empregos no Brasil, da prioridade vis-à-vis projetos financiáveis aqui mesmo e de seu custo-oportunidade. Nenhuma destas três condições parece estar atendida nas operações internacionais do BNDES, embora caiba polêmica nessa argumentação. Pode-se alegar que as empresas fornecedoras vão ampliar suas operações no Brasil para satisfazer a encomenda externa e que isso pode ajudar a abertura de mais vagas.

É possível. Ocorre que uma delas é a filial da francesa Alstom, que vai equipar as usinas na Venezuela. Pelo seu capital, ela poderia, se a obra contratada realmente interessar do ângulo do resultado, tomar um financiamento aqui ou no exterior, ajudando a descomprimir a demanda sobre os escassos recursos

BNDES COBRA DA VENEZUELA E EQUADOR MENOS DO QUE PAGA O

do BNDES. A outra financiada, a empreiteira Norberto Odebrecht, que vai construir no Equador, certamente terá de contratar no canteiro de obra a maior parte dos empregados. O resultado líquido dos dois casos não parece favorecer o que é apresentado como prioridade do governo Lula: o emprego.

TESOURO NACIONAL PARA SE FINANCIAR E OS JUROS CORRENTES NO MERCADO, ALÉM DE DIMINUIR O CAIXA PARA INVESTIMENTOS NO PAÍS

Dinheiro carimbado?

O que salta à vista, nessa história, é o custo e o prazo das operações disponibilizadas pelo banco estatal aos clientes lá fora: 10 anos para pagar e juros de 2% ao ano acima da taxa referencial medida pela Libor, do mercado londrino, hoje de 1,6%, perfazendo 3,6%. Venezuela é um país em grave crise, embora seja grande exportador de petróleo. Equador tenta sair da moratória de sua dívida externa e adotou o dólar como moeda. Ambos são avaliados pelos mercados financeiros como credores de alto risco.

O BNDES alega que tais operações estão bem resguardadas, mas reconhe-

ce que o custo cobrado é menor do que cobraria o mercado internacional. Trazida a reais, supondo-se uma desvalorização cambial de 8% nos próximos doze meses, equivaleria ao que o BNDES cobra em seus financiamentos no Brasil, algo como 13% ao ano. O problema é que boa parte do fluxo de capital disponível no banco provém do FAT, o Fundo de Amparo ao Trabalhador, que se remunera pela TJLP, a taxa de juros de longo prazo, fixada em 11% ao ano. Pode-se afirmar que os repasses do FAT não entram na composição do *funding* das operações internacionais do BNDES, mas também é fato que não existe dinheiro carimbado.

É de se indagar se a poupança compulsória do trabalhador não deveria ser destinada preferencialmente para projetos no Brasil que lhes tragam resultados sob a ótica do emprego e da renda. Tem mais: o custo financeiro cobrado pelo BNDES é muito menor do que paga o Tesouro Nacional para se financiar e os juros correntes no mercado financeiro. Existe um subsídio implícito às operações do banco, talvez defensável se praticado no Brasil, mas esquisito quando ofertado a governos e empresas estrangeiras.

Vantagens comparativas

O resto do *funding* do BNDES inclui, além de captações externas, as amortizações de empréstimos em curso e capital próprio, ambos algum dia fornecidos pelo Tesouro — o qual acaba de capitalizar o banco com mais R\$ 7 bilhões. Seria interessante entender, tendo em vista a origem social destes recursos, qual a relação de causa e efeito entre a política nacional-desenvolvimentista defendida pela diretoria do BNDES com o financiamento de projetos que criam empregos não aqui, no Brasil, mas no exterior.

Agora, vamos supor, por absurdo, que o total dos recursos do BNDES, estimado em R\$ 47,3 bilhões para 2004, fosse aplicado para abater a dívida pública. Seriam reduzidos os juros Selic, o déficit público nominal e a necessidade de superávit primário. Sobrariam mais recursos nos orçamentos públicos para investimentos e programas sociais. Haveria mais oferta de crédito para empresas e pessoas a juros menores. Então seria o caso de matar o banco de fomento para garantir este mundo maravilhoso? Claro que não.

A historinha só se presta a situar o BNDES no contexto da economia, dramatizando a conceituação das vantagens comparativas das opções de política à disposição do governante.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Antonio Carlos Valadares, pela Liderança do PSB.

Faço uma consulta a V. Ex^a – ainda temos a pretensão do uso da palavra por parte do Senador Augusto Botelho, que, inclusive, já cedeu a sua inscrição, de amanhã, pela perspectiva de falar hoje: é possível V. Ex^a falar em 10 minutos? Porque aí permitiríamos que o Senador Augusto Botelho falasse. Sinaliza também o Líder José Agripino, que deseja usar a palavra.

V. Ex^a, Senador José Agripino, pediu a inscrição?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu solicitei ao Senador Efraim Morais, quando S. Ex^a presidia a sessão, e S. Ex^a me assegurou que, após o Senador Antonio Carlos Valadares, eu falaria. É somente para esclarecer a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Então, V. Ex^a falará após o Senador Antonio Carlos Valadares, e encerraríamos a sessão com as palavras do Senador Augusto Botelho.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, no mês passado, foi realizada em Miami a reunião ministerial dos 34 países que discutem a Alca. Ao final chegou-se a um entendimento através do qual os temas polêmicos foram remetidos para a OMC, ou seja, nada aconteceu que pudesse ferir qualquer acordo no futuro; isto é, transferiu-se praticamente para julho ou outubro, do próximo ano, qualquer decisão sobre a implantação da Alca e a participação ou não do nosso País neste organismo.

Na verdade, o encontro de Miami definiu, segundo os seus participantes, um relançamento da Alca, de uma Alca menos abrangente ou, como diz parte da imprensa, mais **light**, onde os Estados Unidos vão fazer acordos por fora com vários países da América Latina, nos moldes do *Nafta*. E, como afirma o próprio Ministro da Agricultura, o Brasil vai ter de continuar pressionando por “cotas mais generosas” para nossa exportação de açúcar, álcool combustível, carne, cítricos e por redução de tarifas do suco de laranja, além de redução das barreiras à exportação do frango e outros itens. Em suma: o Brasil vai continuar buscando normas mais justas para o agronegócio.

Para o Presidente da CNA, Gilman Rodrigues, os norte-americanos vão jogar pesado nos acordos bilaterais, nos acordos por fora do âmbito do acordo da Alca, acordo que foi possível nesse momento em Miami.

É nesse contexto que chamamos atenção para uma reflexão em torno da questão da Alca, na verdade em torno da linha política através da qual a Administração norte-americana vem conduzindo as negociações sobre esse Acordo das Américas e que, na prática, tem criado enormes dificuldades para o Presidente Lula nessas negociações que o Itamaraty tem tratado de conduzir da melhor forma.

Senão vejamos: todo discurso em torno da proposta dessa Área de Livre Comércio, que vem desde o Governo Clinton e desde que o Brasil e a Argentina começaram a se movimentar pela construção do Mercosul, baseia-se no princípio do livre comércio e das vantagens mútuas, como é lógico. Este vem sendo o argumento da economia mais competitiva e de maior PIB da região, os Estados Unidos, e é em nome dessa posição que criticam o Brasil por ser “protecionista” com o aço ou outros produtos em que somos competitivos.

A Alca nos é apresentada como uma promessa ou como o caminho para esse livre comércio, e é claro que o Brasil tem todo interesse em que o grande mercado norte-americano se abra aos produtos em que somos competitivos, da mesma forma que nossa economia já se encontra visivelmente aberta aos produtos em que os Estados Unidos são competitivos.

Entretanto, no mesmo momento, no mesmo processo em que os Estados Unidos propõem essa área de livre comércio, eles têm tomado sucessivas e profundas medidas de fechamento e de proteção do seu mercado e da sua economia. E têm feito exigências inarredáveis de regras, que, se as aceitássemos, nossa economia marcharia para mais recessão e mais dependência externa. Os argumentos a esse respeito nos vêm do próprio Chanceler Celso Amorim. As regras de propriedade intelectual que os Estados Unidos querem impor, diz o Chanceler, “podem matar, por exemplo, a produção brasileira de genéricos”. Da mesma forma, ainda segundo Amorim, pelas regras que os norte-americanos pretendem para a Alca, a Petrobras não poderia mais dar preferência à indústria nacional nas licitações para a construção de plataformas de petróleo, como o Presidente Lula determinou.

Se a intenção da economia hegemônica, e a que mais pressiona pela Alca, fosse, efetivamente, de liberalização do comércio entre os 34 países da área

da Alca, por que adota medidas como o **Farm Bill** e o **Bioterrorism Act** ao mesmo tempo em que ocorrem as negociações e as falas de livre comércio? No caso do **Farm Bill**, lei agrícola recentemente adotada pelos Estados Unidos, foram estabelecidos subsídios de US\$190 bilhões entre 2002 e 2008 para os produtores agrícolas norte-americanos. No caso do **Bioterrorism Act**, em vigor desde junho de 2002, inúmeras restrições são impostas à importação de alimentos pelos Estados Unidos. É conhecido de todos o prejuízo que o aço brasileiro vem sofrendo por conta de medidas protecionistas dos Estados Unidos.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Senador Antonio Carlos Valadares, conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Ao mesmo tempo, o noticiário internacional divulgou que os americanos estariam tirando subsídios do aço. Não sei se isso vai vigorar nem sei se isso será possível, mesmo porque nos próximos anos haverá eleições presidenciais entre os norte-americanos. Mas o que se sabe é que os empreendedores ligados ao aço têm muito dinheiro para gastar na campanha presidencial. Não sabemos se o Presidente Bush terá coragem suficiente para manter essa posição anunciada pela imprensa.

Concedo o aparte ao nobre colega e companheiro de Partido Senador João Capiberibe, um estudioso da matéria que tem se debruçado sobre essa questão aqui no Senado Federal.

Como Líder, venho juntar-me a V. Ex^a, Senador João Capiberibe, para a análise de matéria tão importante não só para o futuro do Brasil como de toda a América Latina.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

Quero acrescentar que a OMC deu ganho de causa ao Brasil, que, de acordo com a determinação da OMC, está em condições de retaliar os Estados Unidos. A minha pergunta é a seguinte: temos condições de retaliar os Estados Unidos? É evidente que a resposta é não.

A relação de troca com os países do centro sempre foi e continua sendo desvantajosa para nós. Na época em que importávamos manufaturas, em que trocávamos tratores por café, em dez anos foi duplicada a quantidade de café necessária para se trocar pelo mesmo trator. E isso não muda.

Na verdade, o que norteava, o princípio da Alca era o do livre comércio. Depois, a discussão passou para compras governamentais, propriedade intelectu-

al, investimento, ou seja, o escopo foi se tornando mais abrangente, o que faz com que desconfiemos de que não mais se trata de relações de livre comércio, mas, sim, de uma pura e simples anexação desse conjunto de países que compõem a América do Sul e a América Central aos Estados Unidos. Fica muito claro o desejo dos Estados Unidos de incluir esses países não mais na sua órbita, digamos assim, de influência política, mas de completo domínio econômico.

O Brasil tem mais é que se preocupar em diversificar, em abrir as suas exportações. E nesse aspecto, quero destacar a ação do Presidente Lula, que está no Oriente Médio. Enfim, no rastro do Presidente Lula se abre uma grande perspectiva de ampliação das nossas exportações, de comércio com países com que nem imaginávamos poder ampliar. Para sairmos da dependência dos Estados Unidos, com algumas mudanças de um ano para o outro, exportamos mais do que importamos. Mas a diferença é sempre muito pequena.

Então, o mesmo interesse que segmentos da economia americana têm no Brasil, os segmentos da economia brasileira têm nos Estados Unidos. O que está em jogo é o interesse mútuo. Não podemos ceder à pressão em função do poderio dos Estados Unidos nessas negociações, através da Alca ou de qualquer outro organismo de cooperação global.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a tem toda a razão: o Brasil deve caminhar nessa direção da diversificação da sua pauta de exportação, até para que não estejamos tão presos, subordinados, do ponto de vista comercial, aos interesses norte-americanos.

No caso, por exemplo, do **Bioterrorism Act**, em vigor desde junho de 2002, inúmeras restrições são impostas à importação de alimentos para os Estados Unidos, como eu falei.

É conhecido de todos o prejuízo que o aço brasileiro vem sofrendo. Ao mesmo tempo, sabe-se que 61 Senadores norte-americanos assinaram documento oficial em que se opõem a qualquer modificação da legislação dos Estados Unidos em função das negociações da Alca.

Outro exemplo é o do açúcar: os Estados Unidos importam 1,5 bilhão de toneladas de açúcar todo ano, mas desde os anos 70 impõem ao exportador brasileiro uma cota bem reduzida, de 150 mil toneladas/ano. Os exemplos se multiplicam. Daí a inevitável dúvida: como é que o país que propõe uma área de livre comércio e, ainda por cima, nos critica pela “rigi-

dez” nas negociações vai tomando medidas na contensão do livre comércio? Onde está a boa vontade na remoção das barreiras tarifárias e não-tarifárias (os chamados subsídios) por parte dos Estados Unidos? Não vamos nem comentar aqui as declarações de feitiço imperial do representante comercial dos Estados Unidos na Alca, Robert Zoellick, de que, se o Brasil não aderisse à Alça, poderia terminar tendo que negociar com os pingüins.

A Alca proposta pelos norte-americanos tem tudo a ver com o modelo implantado no Nafta, o acordo de livre comércio entre Estados Unidos, Canadá e México. E aqui é que está um outro problema: há estudos mostrando que o Nafta não chegou a ser um progresso para o México. Pelo menos esta é a conclusão de uma abrangente pesquisa realizada recentemente por um centro de estudos de Washington que jamais poderia ser suspeito de antiamericanismo ou protecionista: o **Carnegie Endowment for International Peace**.

O resultado do estudo é essencialmente crítico ao Nafta. Suas conclusões são de que o Nafta não esteve à “altura da crescente demanda de postos de trabalho”, de que os salários reais da “maioria dos mexicanos são hoje mais baixos do que quando o Nafta entrou em vigor”, de que durante a vigência do Nafta “registrou-se um aumento espetacular no número de imigrantes que chegou aos Estados Unidos” mesmo tendo aumentado de forma inédita a repressão nas fronteiras; e de que para as famílias rurais o Nafta foi “sombrio”. Estas conclusões daquele relatório sugerem que o Nafta pode ter sido bom para a economia norte-americana, mas resultou péssimo para a economia mexicana. E a Alca? Considerando, como argumentou o Ministro da Agricultura, que os Estados Unidos, depois de Miami, tendem a intensificar os acordos bilaterais e que não recuam em nada em suas medidas protecionistas, é natural que fiquem dúvidas no ar, principalmente se formos avaliar o comportamento dos Estados Unidos nos próprios termos de livre comércio e de integração regional baseada em vantagens mútuas, que são a essência de todo o discurso norte-americano, mas não da sua prática em toda a temporada de discussão da Alca.

Saudamos o Presidente Lula pelo empenho na adequada condução dessas negociações, sempre na confiança de que o Governo Lula e o Itamaraty estão se empenhando para que haja “negociação sem subserviência, sem confronto e tendo sempre em vista o interesse nacional”, como afirmou acertadamente o Itamaraty.

Não pode haver “pensamento único” quando o que está em jogo é a independência nacional e nosso acesso a um mercado externo que é essencial para o deslanche da economia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Líder José Agripino, que falará pela Liderança do Partido da Frente Liberal e, em seguida, encerraremos a sessão com as palavras do nobre Senador Augusto Botelho.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo confessar a V. Ex^{as} uma preocupação que tive ao ler os jornais que trouxeram na sua primeira página, como manchete mais importante, declarações de Sua Excelência o Presidente da República relativas à reforma tributária que está em vias de ser apreciada, de ser votada, tendo em vista que já o foi na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e que emendas lá apresentadas receberam parecer do Relator.

No jornal **Folha de SPaulo**, Sua Excelência o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva declara que “não dá para fazer a reforma do meu desejo”. Sr. Presidente, a minha primeira indagação é: qual é a reforma do desejo do Presidente Lula e por que essa declaração agora? Eu me preocupo porque costumo avaliar as pessoas pelas suas atitudes e não pelo que eles dizem.

Qualquer microfone agüenta o que se quiser dizer, não eu, porque eu não digo aquilo que não percebo e não sinto, mas algumas pessoas dizem. Este Governo não tem primado pela coerência de atitudes. Não tem primado pelo cumprimento, no exercício do Governo, das premissas que pregava na época em que era Oposição e candidato.

Entendo que o Presidente Lula, ao declarar “não dá para fazer a reforma do meu desejo”, está deixando no ar uma coisa que aos brasileiros deve preocupar muito. Qual é o desejo dele? Qual é a prática do seu Governo? Sua Excelência prometeu dez milhões de empregos, prometeu romper com o FMI, prometeu retomar o crescimento do País, mas o que prometeu não foi o que aconteceu. A taxa de juros ainda está alta, os investimentos públicos são um ninharia, o desemprego é uma perversidade inominável em níveis a que o Brasil há muitos anos não assiste. Ao lado disso tudo, há remédios amargos, como o aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Empresas, que sacrificou os prestadores de serviços, o aumento do PIS de 0,65% para 1,65%, o não-reajuste da tabela de Imposto de Renda e agora a previ-

são de aumento da Cofins de 3% para 7,6%, mascarado no fim da cumulatividade.

Se a prática do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é essa, o que posso depreender – e aí a minha preocupação – quando Sua Excelência diz que não dá para fazer a reforma do seu desejo? Será que a reforma do desejo de Sua Excelência é a que traduz, na prática, o que está fazendo no exercício do Governo em matéria de política tributária: aumento de CSL, aumento de PIS, aumento de Imposto de Renda, aumento da Cofins?

E mais, no jornal **O Estado de S.Paulo**, leio a manchete: “Lula diz que Congresso é responsável pelas reformas”. Aí eu me animo, Senador Romeu Tuma, porque vamos nós ditar uma proposta de reforma que fale ao País. E V. Ex^a sabe, como eu, que uma nação não é o seu Governo. Uma nação é o seu povo. O que devemos fazer neste momento de reformas é defender o interesse da sociedade, mesmo enfrentado a Maioria, que não tem propriamente pensado no sentimento popular, de qualquer maneira, ganhando ou perdendo, mas brigando.

E veja V. Ex^a: diz o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que o Congresso agora é responsável pelas reformas. E vai sê-lo. Pela nossa posição – V. Ex^a é pefelista como eu –, vai sê-lo. Queremos uma reforma que simplifique impostos e que desonere o contribuinte e as empresas, como forma de produzir um país que gere emprego.

Vou ler uma manchete de primeira página do jornal **O Estado de S.Paulo**, da quinta-feira passada, e um pequeno trecho da matéria, porque é um assunto da maior importância e diz respeito ao Estado de V. Ex^a e ao Brasil como um todo:

“SP perde R\$15 bi por ano com morte prematura de empresas”

Pesquisa revela principais razões; 530 mil empregos são extintos.

Pesquisa do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (Sebrae) mostra que todo ano até 530 mil empregos são extintos no Estado com o fechamento prematuro de micro e pequenos empreendimentos.

Quinhentos e trinta mil empregos são fechados, são perdidos, pelo fechamento prematuro de pequenas empresas, que todo dia aparece. A morte prematura.

E continua:

No período, investimento e faturamento de R\$15,6 bilhões se perdem. [Investimento e faturamento de R\$15,6 bi-

lhões! É muito dinheiro e muito emprego que se perde!] Essas empresas representam 99% do total de empresas e são responsáveis por 41% das carteiras assinadas no País. [É muito!] De cada 10 inauguradas por ano, 6 encerram suas atividades até o quinto ano. [É muito e é perverso. De cada dez, seis fecham antes de completar o quinto ano.] A conjuntura econômica foi apontada pelos microempresários como a principal dificuldade. [Conjuntura econômica, leia-se: atividade econômica, nível da economia, impostos.]

Isso diz respeito ao Estado de V. Ex^a, que é a locomotiva do Brasil, Senador Romeu Tuma, mas o mesmo acontece no meu Estado, no Estado do Senador Efraim Morais, no Estado do Senador Mão Santa, no Estado da Senadora Heloísa Helena. Acontece a mesma coisa nos Estados de todos nós.

Uma manchete como essa e uma matéria como essa não podem deixar de ser preocupação candente para cada um de nós, porque a hora de cuidarmos da solução desse problema é agora na reforma tributária. A reforma que queremos não é a reforma do desejo do Presidente Lula, que, pelo que pratica no Governo, é a reforma do aumento da CSLL, do Imposto de Renda, da Cofins, do PIS. A reforma que preconizo é a que traga remédio para esse problema, é a reforma que simplifique e diminua a carga tributária para que as empresas possam crescer, para que aquilo que o Presidente Lula dizia como candidato aconteça com Sua Excelência na Presidência da República. E o nosso dever, Senador Romeu Tuma é pugnar, é lutar com os nossos números do PFL, do PSDB, do PMDB, do PDT, com aqueles que querem somar conosco, defender uma reforma tributária que retome o crescimento. O que queremos, Senador Romeu Tuma – e há uma reunião em curso dos Líderes do Governo com os nossos interlocutores -, é aquilo que exigimos como senha, para que possamos fazer um acordo de procedimento, a fim de que se vote, rapidamente, a DRU e a prorrogação da CPMF, como quer o Governo. Mas, Senador Mão Santa, ao lado disso, não podemos abrir mão de suprimir tudo aquilo que é a reforma tributária que suponho do desejo do Presidente Lula, que aumenta a carga tributária sobre o cidadão.

O meu Partido apresentou 10 emendas supressivas. Não podemos concordar com a criação de contribuição sobre importações: isso é imposto novo; nem de Cide sobre produtos e serviços importados: isso é imposto novo; nem de Cofins sobre produto im-

portado: isso é imposto novo. O País não agüenta mais, Senador Mão Santa.

Então, se quiserem fazer acordo conosco, vamos suprimir aquilo que significa aumento de carga tributária, para colocar este País nos eixos da retomada de crescimento. Empresa nenhuma que retire do seu faturamento 40% todo mês tem condições de acumular capital para reinvestimento. Emprego é gerado apenas com reinvestimento, que se faz principalmente com capital próprio, porque, com dinheiro emprestado em banco, a empresa quebra. Ou se gera lucro ou não se cresce. E é nossa obrigação, Senador Mão Santa, pensar na sociedade, nos desempregados do Brasil.

O Presidente Lula anda em carro australiano, o que não entendo. Todo Presidente da República tem que emitir sinais, porque é referência, símbolo nacional. Senador Romeu Tuma, quantos desempregados há na indústria de automóveis, porque não há quem compre carro Volkswagen, General Motors, Ford e Fiat, feito no Brasil? O Presidente da República não deveria andar em carro importado, porque está estimulando o emprego dos australianos. Que cuidem os australianos dos empregos dos australianos; nós temos de cuidar dos empregos dos brasileiros.

Senador Mão Santa, isso tudo tem de ser objeto de reflexão nossa. Não podemos votar uma reforma tributária que onere o contribuinte, que não distribua equanimemente a renda pública nacional com os Municípios. O Município é o filho enjeitado dessa reforma tributária. Não votarei, nem pedirei aos meus companheiros voto para uma reforma que, no momento em que se redistribui a renda pública, não privilegie, de forma justa, aqueles que estão em pior situação entre os entes federados, como as Prefeituras municipais do Brasil inteiro, de norte a sul, de leste a oeste. Não pedirei voto para uma reforma tributária que não consulte o que propusemos: um Fundo de Desenvolvimento Regional que privilegie os Estados mais pobres do Brasil. Senão, Senador Romeu Tuma, sem uma política de desenvolvimento regional, privilegiaremos os ricos, que se eternizarão ricos, em detrimento dos pobres, que se eternizarão pobres.

Essa é a nossa senha, a reforma tributária dos meus desejos. Espero que o Presidente Lula responda-me, dizendo que eu estava enganado em tudo que disse, fazendo com que o seu Líder, amanhã, proponha um acordo ao Partido da Frente Liberal, acolhendo todas as propostas que o PFL fez de desoneração do contribuinte, atendendo aos Estados e aos Municípios com um FDR decente, com um fundo de participação que dê o mínimo de dignidade às Prefeituras e

aos Prefeitos do Brasil. Do contrário, terei o direito de entender que as manchetes da **Folha de SPaulo** e de **O Estado de SPaulo** devam trazer a preocupação que tenho. Repito o que está na **Folha de SPaulo**: não dá para fazer a reforma do meu desejo. Qual desejo? A palavra está com o Presidente: se corresponde ao desejo do cidadão brasileiro, é atender às reivindicações do PFL, que procura interpretar o sentimento nacional.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Augusto Botelho.

Após as palavras de S. Ex^a, procederemos ao encerramento da presente sessão.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna, no dia de hoje, Dia de Nossa Senhora da Conceição – festejado na minha cidade, Boa Vista, capital do Estado de Roraima, com o nome de Nossa Senhora do Carmo -, para exprimir minha alegria de ter tido a oportunidade de protocolar, junto a esta Casa, proposta de emenda à Constituição que – não resta dúvida – aprimorará nosso ordenamento jurídico e a vida de milhares de pessoas, caso aprovada.

A referida proposta de emenda à Constituição visa, fundamentalmente, a inserir na Carta Magna dispositivo que permita ao cônjuge que não trabalha fora do lar – ou trabalha parcialmente – a possibilidade de vir a participar das expectativas de aposentadoria constituídas pelo cônjuge que trabalha, após o rompimento do vínculo matrimonial, consagrando o que chamaríamos de Justiça Prospectiva no âmbito da família.

Busca-se, em última instância, inserir na Constituição regra que sirva de fundamento de validade a uma justiça que saia dos limites estreitos da visão de compensação do cônjuge não-ativo e divorciado, baseada unicamente na tradicional pensão alimentícia ou na mera divisão de bens, circunstância que põe a coberto várias situações de desigualdade na seara das relações conjugais.

De fato, a efetiva aplicação do princípio da igualdade entre os sexos (art. 5º, inciso I), no interior do casamento ou até mesmo depois de sua dissolução pelo divórcio, tem sido objeto de intensos debates por parte de legisladores e da comunidade jurídica de vários países desenvolvidos. No âmbito desse debate, insere-se, pelo grau de refinamento jurídico que atingiu, o instituto da Compensação de Amparo (CA).

Forjado pela inteligência dos juristas alemães e depois incorporado ao direito positivo da Alemanha, tal instituição representa, não resta dúvida, o último grau da refinada doutrina do princípio da equiparação dos sexos.

Por isso mesmo, a nosso aviso, merece minucioso estudo por parte da comunidade jurídica e pelo legislador pátrio e, guardadas as particularidades sócio-econômicas do País, a ampla acolhida pelo nosso ordenamento jurídico.

Sr. Presidente, Eduardo Siqueira Campos, Senadores Romeu Tuma e Mão Santa, a Compensação de Amparo é fruto de acirradas discussões que se sucederam em torno da reforma da seguridade social alemã, durante a década de 60, que tinha por objetivo aperfeiçoar a segurança social do cônjuge não-ativo no que se refere à cobertura das hipóteses de idade, redução da capacidade profissional ou redução da capacidade aquisitiva.

Apesar dos debates travados à época, a Compensação de Amparo é uma construção que está longe de ser uma construção acabada, estando aberta a permanentes mutações. Além disso, ela não constitui remédio para todas as desigualdades e injustiças ocorridas no âmbito matrimonial.

De fato, as conclusões levantadas pelos estudiosos da seguridade social alemã ainda apontam diversas desigualdades geradas pela própria estrutura do sistema previdenciário. Ademais, a influência da Compensação de Amparo foi sentida em outros ordenamentos jurídicos pela criação de novos institutos – como, por exemplo, as prestações compensatórias na França. No Canadá e na Suíça, adota-se modelo similar. Por força de decisões jurisprudenciais, em alguns Estados norte-americanos se tem reconhecido o direito à partilha das expectativas de aposentadoria. Este fato traz à tona a necessidade de estudos comparativos entre os diversos países, sobretudo para a viabilização da compensação de expectativas de amparo entre entidades de previdência internacionais.

Em geral, os países mais desenvolvidos procuram equiparar o trabalho reprodutivo, desenvolvido no interior das famílias, com a criação e educação dos filhos, essencial à formação das novas gerações, ao trabalho produtivo do ponto de vista econômico, computado no PIB de cada país.

Sr. Presidente, vários esforços têm sido envidados no sentido de conferir ao cônjuge que trabalha fora uma renda, de natureza previdenciária, que lhe confira cobertura contra determinados riscos como idade e invalidez. No entanto, sob rubrica “aposentadoria das donas-de-casa”, propugna-se, em verdade,

por uma justiça de caráter paternalista, na qual o Estado assume o ônus da desigualdade entre os cônjuges no bojo do casamento, ao invés de combatê-lo.

Escondem-se profundas desigualdades atrás do manto de uma prestação estatal mínima dos trabalhos domésticos, sem que o cerne do problema seja tocado, qual seja, o tratamento não igualitário entre o cônjuge ativo em aquisições, aquele que trabalha, e aquele que opta por cuidar do lar e da família, e que, por isso, tem sua biografia social descontínua ou constantemente interrompida.

Outrossim, os sistemas previdenciários de diferentes países se assentam no binômio tempo versus contribuição, sem atentarem para as conseqüências perversas que podem daí advir. A vinculação a contribuições exclui as pessoas não ativas ou parcialmente ativas da participação dos sistemas de previdência social. Ademais, muito raramente pessoas total ou parcialmente não-ativas profissionalmente possuem recursos financeiros disponíveis que lhes permitam efetuar pagamentos de contribuições exigidos, ainda mais na condição de segurados voluntários.

Sr. Presidente Siqueira Campos, Senador Carmargo, entre os principais grupos mais atingidos pela estrutura funcional dos sistemas previdenciários contam-se as mulheres, que têm, agora como antes, o encargo principal da condução da administração do lar e, na medida em que há filhos, de sua educação. Sempre será compreensível que sejam as mulheres que, depois do nascimento de um filho, renunciem inteira ou parcialmente à sua atividade aquisitiva, ao seu trabalho. Deve-se acentuar que quando trabalham fora de casa as mulheres suportam, freqüentemente, discriminação salarial e oportunidades de promoção profissional piores e, conseqüentemente, pretensão de aposentadoria nitidamente mais baixa que a dos homens.

A Compensação de Amparo é baseada na equiparação do trabalho doméstico, exercido na maioria das vezes pela mulher, ao trabalho profissional, que é exercido preponderantemente pelo marido. Essa é a solução adotada pelos países de elevado índice de desenvolvimento humano.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa, médico e humanista, que, com certeza, apoiar-me-á.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Aproveitando a generosidade e a paciência do grande Presidente Siqueira Campos, eu gostaria de externar que atentamente estou ouvindo, como todo o País, essa luz que surge na política de Roraima, em Boa Vista. Senador Siqueira Campos, todos sabemos que Roraima vive

momento difíceis em termos de credibilidade política. No entanto, a História se repete. Atenas, nos primórdios da civilização, também viveu tempos assim. Naquela ocasião, Diógenes, um filósofo, andava pelas ruas com uma lanterna acesa, todos os dias. Quando lhe perguntaram o que procurava, o filósofo respondeu: “Eu procuro um homem de vergonha”. Se Diógenes andasse em Roraima, pelas ruas de Boa Vista, ele encontraria esse “homem de vergonha”, o Senador Augusto Botelho, um homem que faz da Medicina a mais humana das ciências, do médico, um grande benfeitor, e o Piauí ter grande crença na presença dos políticos de Roraima, por meio da sua pessoa.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, pelas palavras eloquias de V. Ex^a.

O referido instituto da Compensação de Amparo, que agora desejo seja incorporado ao direito pátrio, operacionaliza-se partindo da noção de que o cônjuge ativo em aquisições só conseguiu contribuir para a previdência, ou teve facilitados os meios para isso, com a indispensável e salutar ajuda do outro cônjuge, o que não trabalhava fora de casa ou apenas o fazia parcialmente e que optou por administrar o lar, cuidar dos filhos e educá-los. Por essa opção, o cônjuge não ativo, que exerce atividade nobilíssima para o casal e para a sociedade, deve ter direito sobre as expectativas de aposentadoria do cônjuge ativo em aquisições.

Essa é a idéia matriz que permeia o Instituto da Compensação de Amparo.

Com o crescimento do número de divórcios em nosso País, as soluções, que antes eram atendidas no seio familiar em favor do cônjuge economicamente mais fraco, hoje reclamam a nossa intervenção de legisladores para se assegurar uma compensação mais justa por ocasião do divórcio. Assim, com o Instituto da Compensação de Amparo viabiliza-se, no Brasil, não apenas por seus fundamentos, assentados na concretização de um direito social fundamental, expressamente prestigiado pela Constituição, o direito à seguridade na velhice ou na invalidez, mas ainda em razão de seus baixos custos administrativos, já que a partilha das expectativas de aposentadoria se faz por meio de uma compensação recíproca entre os cônjuges que se divorciam. Ademais, já contamos, no Brasil, com estudo comparado, profundo, minucioso, que em muito facilitará o trabalho do legislador: a obra da Professora Dr^a Miriam de Abreu Ma-

chado e Campos: **Família no Direito Comparado. Divisão das Expectativas de Aposentadoria entre Cônjuges**. Foi baseado nessa obra que eu elaborei essa emenda constitucional.

Sr. Presidente Senador Romeu Tuma, devo reconhecer que fazer com que o instituto da Compensação de Amparo encontre ressonância no ordenamento jurídico pátrio, com as adaptações necessárias, é tarefa difícil. Porém, obtendo-se êxito, vai-se aprimorar em muito o princípio da igualdade, sobretudo a igualdade de gênero, esculpida em nossa Constituição e cuja efetiva aplicação deve ser objetivo de todos.

De toda forma, estou esperançoso que os legisladores não se furtarão a examinar com minúcia e seriedade o futuro preceito que encerra, antes de tudo, um profundo sentimento de justiça. Por confiar na viabilidade jurídica e social do instituto, desde já conta com a colaboração dos meus Pares na Câmara e no Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Os Srs. Senadores Mozarildo Cavalcanti, Romero Jucá e Papaléo Paes enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em pronunciamento por mim feito nesta tribuna, no dia 23 de maio deste ano, afirmei: “Espero que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que vem da camada mais sofrida do povo brasileiro e que tem como bandeira a defesa de soberania e a ênfase ao nacionalismo – sem xenofobismo – implemente uma nova agenda para a Amazônia.”

Não perdi a esperança nem a coragem de continuar a luta difícil, talvez interminável, da defesa da Amazônia, de seus habitantes, que merecem melhor tratamento e melhores condições de vida.

Ainda estou confiante na promessa do Presidente Lula de termos um verdadeiro plano de desenvolvimento da Amazônia, em que sejam preservadas suas riquezas, seu patrimônio econômico, sua biodiversidade, sua fauna, sua flora e suas riquezas ainda desconhecidas.

E continuo confiante no nacionalismo, no civismo, no espírito público e na dedicação de nossas For-

ças Armadas, incansáveis na defesa da Amazônia, apesar da insuficiência dos meios e dos poucos recursos disponíveis.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, além dos problemas do tráfico de drogas e de armas, a Amazônia hoje continua sofrendo constantes ataques de traficantes de plantas e animais silvestres, e as medidas adotadas pelo Governo Federal têm sido insuficientes para enfrentar esse grave problema.

A Medida Provisória n° 2.186, de 23 de agosto de 2001, que teria como objetivo combater a biopirataria, ainda não produziu resultados reais e contribuiu para estancar a discussão do tema no Congresso Nacional, o que é muito negativo para a Amazônia.

Todos nós sabemos que a maioria parlamentar governista pode colocar o assunto na mesa de discussão do Parlamento, desde que haja um interesse do Poder Executivo, para que a matéria não fique esquecida, por falta de maior prioridade, nas Comissões da Câmara e do Senado.

Entendemos perfeitamente o momento por que passa o novo Governo, o difícil processo de iniciar uma nova administração, com imensas dificuldades em todas as áreas de atuação política.

Sabemos que o Ministério do Meio Ambiente se preocupa com o tema, mas ainda não conseguiu transformar em ação efetiva as idéias outrora defendidas pela Ministra Marina Silva, quando enfatizava a necessidade de maior participação do Congresso no debate dessas matérias, geralmente monopolizadas pelo Poder Executivo.

Entendemos perfeitamente o quadro de dificuldades enfrentado pelo atual Governo, mas acreditamos que é chegada a hora de trazer para o Congresso Nacional a discussão efetiva, real e conseqüente de temas como a biodiversidade e outros ligados ao meio ambiente.

Apesar do curto período de instalação do Governo do Presidente Lula, já é tempo de tratarmos de um novo projeto de lei sobre o acesso a recursos genéticos, evitando-se os erros do passado, em que a hegemonia do Executivo monopolizava a discussão, com a prática descabida de elaboração de normas de interesse da Amazônia nos gabinetes fechados, reservados, que até parecem blindados, do Poder Executivo.

Queremos uma maior atuação do Poder Legislativo, para que se chegue verdadeiramente a um

projeto de interesse da Nação brasileira em matéria de recursos genéticos.

Para tanto, estamos propondo convidar a Ministra Marina Silva para uma audiência no Senado Federal, a fim de prestar esclarecimentos sobre as propostas do Poder Executivo referentes ao acesso a recursos genéticos.

Ao mesmo tempo, precisamos adotar providências no sentido de que o Projeto de Lei do Senado n° 306, de 1995 (PL n° 4.842, de 1998, na Câmara dos Deputados), tramite normalmente, pois se encontra parado na Câmara desde 1998.

Certamente, necessitamos de um novo projeto de lei sobre acesso a recursos genéticos, como forma de assegurar um tratamento adequado, considerando projetos já apresentados no Congresso e, certamente, a contribuição de estudos do Executivo.

Precisamos, ainda, alterar a composição do Conselho Gestor de Recursos Genéticos, para torná-lo paritário entre Governo e Sociedade Civil.

Precisamos garantir maior proteção aos conhecimentos tradicionais das populações indígenas, estabelecendo critérios e mecanismos específicos para os contratos de acesso aos recursos genéticos, em que sejam preservadas a flexibilidade e descentralização, sem prejuízo dos direitos indígenas e do interesse nacional.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossa preocupação com a preservação e a exploração racional de nossos recursos genéticos recomenda a substituição da Medida Provisória n° 2.186 por uma nova norma, debatida, analisada e aprovada pelo Congresso Nacional.

Tenho a convicção de que a Ministra Marina Silva, que em passado recente tanto defendeu uma maior participação do Poder Legislativo na deliberação dessa matéria, certamente dará seu apoio e colocará o Ministério do Meio Ambiente em atuação cooperativa com o Congresso Nacional, para que possamos trabalhar em defesa do bem comum, no interesse público, dotando o Brasil de uma legislação moderna e adequada no campo dos recursos genéticos.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, O Tribunal de Contas da União publicou recentemente o Relatório de Atividades referente ao segundo trimestre de 2003, em que demonstra claramente o cumprimento do papel e da missão que lhe são atribuídos pela Constituição Federal.

Os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência e, embora não explicitamente citado na Constituição, também o princípio da razoabilidade devem reger a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados e dos Municípios.

Sabemos que compete ao Congresso Nacional fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo e, certamente, seria impossível o cumprimento desse dispositivo constitucional se o Poder Legislativo não tivesse o auxílio indispensável do Tribunal de Contas da União.

Seria mera retórica a determinação do artigo 70 da Constituição, estabelecendo que: “A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema interno de cada Poder.”

Somente com o auxílio do Tribunal de Contas da União, com a competência técnica e administrativa que acumulou ao longo dos anos, com seu quadro de recursos humanos especializado, com o aperfeiçoamento permanente de seus métodos e técnicas de trabalho, somente com o cumprimento desse importante papel da nossa Corte de Contas Públicas, o Parlamento poderá realizar sua missão de forma adequada, seguindo os preceitos constitucionais que tratam da fiscalização contábil, financeira e orçamentária da administração pública.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o resumo das atividades principais desenvolvidas pelo Tribunal de Contas da União, no segundo trimestre de 2003, demonstram claramente que a Constituição vem sendo cumprida, os objetivos públicos estão sendo atingidos e o interesse nacional é respeitado, com a aplicação correta e adequada dos escassos recursos orçamentários.

O Tribunal de Contas da União julgou nesse período 2.504 processos relativos a matéria de controle externo; 629 processos de contas foram examinados, dos quais 234 foram julgados irregulares.

O Tribunal de Contas da União condenou 383 responsáveis por recursos públicos ao recolhimento de débito e/ou multa, no montante de mais de 69 milhões de reais (exatamente R\$69.884.151,09), o que comprova a eficácia de seu trabalho.

O TCU também enviou ao Ministério Público da União cópia de 160 processos para ajuizamento de

ações cíveis e penais cabíveis, em razão de dano ao erário, desfalque ou desvio de recursos, o que, certamente, contribui para inibir outros administradores a praticarem desvios de conduta, sendo conseqüentemente mais zelosos e cumpridores de suas obrigações em relação a recursos públicos.

Esse tipo de ação indireta exercida pelo Tribunal de Contas da União, com o chamado efeito-demonstração, também deveria ser mensurado quando examinamos a contribuição do TCU para uma melhor aplicação de recursos públicos.

Certamente, é muito difícil mensurar esse efeito, mas ele existe, e por seu caráter preventivo é muitas vezes de qualidade superior a ações diretas em que o prejuízo ao Erário já ocorreu e as medidas saneadoras chegam a posteriori, geralmente com pouca recuperação dos prejuízos pela administração pública.

Outra importante atividade desenvolvida pelo Tribunal de Contas da União no segundo trimestre de 2003 foi a constatação e prevenção de vulnerabilidades nos sistemas de controle do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o que certamente contribui decisivamente para a solução de um dos mais graves problemas das finanças públicas nacionais: o déficit da Previdência Social, principalmente aqueles vazamentos decorrentes de fraudes no pagamento de benefícios.

A constatação de prejuízo ao Erário de mais de 22 milhões de reais, em decorrência da conversão monetária em contratos vigentes na área do DNER, na mudança do padrão monetário, ao passar de Cruzeiro Real para URV, foi também uma importante ação do Tribunal de Contas da União nesse período, assim como outros contratos que consideraram preços acima dos originalmente estipulados (caso do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis).

A análise das contas do Governo da República foi outra ação importante desenvolvida pelo TCU no segundo trimestre de 2003, o que significou a elaboração de um diagnóstico da verdadeira ação gerencial dos Poderes da União na administração do País.

O Tribunal de Contas da União fez recomendações no campo das desigualdades regionais, pois os quinze Estados que detêm os menores índices de desenvolvimento humano assim permanecem de forma praticamente inalterada ao longo dos últimos dez anos.

O TCU verificou que os 200 Municípios mais pobres do Brasil estão localizados nas regiões Norte e Nordeste e, dos 200 Municípios mais desenvolvidos,

apenas um pertence ao Nordeste e outro à Região Norte (Fernando de Noronha e Belém).

Com isso, o TCU amplia o nível de abrangência no exame das contas públicas, procurando cumprir os preceitos constitucionais que determinam que compete à União desenvolver políticas públicas que combatam os graves desequilíbrios regionais existentes em nosso País.

O TCU também fez importantes recomendações sobre o nível de endividamento do Governo Federal. O estoque da dívida pública federal interna passou de 193 bilhões de reais, em 1995, para 1 trilhão e 150 bilhões de reais, em 2002, implicando o comprometimento de aproximadamente metade das receitas orçamentárias para o pagamento de juros, encargos, amortização e refinanciamento dessa dívida.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, finalizandoo, desejo manifestar meu contentamento com o bom desempenho do **Tribunal de Contas da União**, que tem cumprido com eficiência a missão que lhe foi cometida pela Constituição Federal.

Gostaria de concluir citando um importante artigo do Presidente José Sarney, publicado na *Revista do TCU* de junho de 2003, no qual ele faz uma magistral síntese a partir de sua visão de político experiente e homem de larga visão na administração pública.

“O Tribunal de Contas da União e o Senado Federal têm fortes vínculos institucionais, que vêm desde a implantação da República Esta proximidade entre as duas casas está simbolizada no fato de que o criador do Tribunal tem sua presença em bronze no plenário do Senado, como seu patrono. As duas casas estavam no centro dos interesses de Rui Barbosa, de sua idéia de construção do Estado brasileiro como caminho para o bem comum.”

Tenho plena convicção de que os ideais de Rui Barbosa e seu interesse num Brasil mais desenvolvido e mais justo estão bem representados no trabalho realizado pelo Congresso Nacional e pelo Tribunal de Contas da União.

Muito obrigado.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o renomado banco de investimentos norte-americano Goldman Sachs produz, periodicamente, estudos e prognósticos sobre a economia global. Em outubro deste ano, o banco concluiu mais uma

dessas análises, com resultados surpreendentes e previsões, no mínimo, polêmicas.

Segundo o Estudo nº 99 do Goldman Sachs, as quatro principais economias emergentes do mundo – Brasil, Rússia, Índia e China – estarão, em algumas décadas, ocupando o topo da economia mundial, após desbancar medalhões como a Alemanha, a Inglaterra e a França.

O bloco formado pelas quatro nações emergentes – que o banco batizou de BRIC, a reunião das iniciais de cada um desses países – teria, já na década de 2040, um Produto Interno Bruto (PIB) superior ao PIB do G-6, grupo dos seis países mais ricos do mundo e que hoje se compõe de Estados Unidos, Japão, Alemanha, Inglaterra, França e Itália. Dos membros atuais, o G-6 de 2050 só preservaria os Estados Unidos e o Japão. Os demais já haveriam sido substituídos pelos membros do BRIC.

Em sua análise, o Goldman Sachs baseou-se em recentes projeções demográficas e num modelo de acumulação de capital e crescimento da produtividade. A partir desses dados, o banco estabeleceu os prováveis cenários econômicos globais até 2050, analisando, principalmente, três indicadores econômicos: as taxas de crescimento do PIB, a renda *per capita* e as movimentações de capital.

Os resultados, como já vimos, são surpreendentes. Tudo indica que a economia global, nas próximas décadas, sofrerá mudanças significativas. Segundo Dominic Wilson, um dos autores do estudo, haverá uma forte mudança no centro de gravidade econômica mundial.

Dos quatro países que compõem o BRIC, a China merece destaque. O surpreendente arranque de crescimento que o país vem sustentando há alguns anos, o gigantesco mercado consumidor interno e as abertas práticas comerciais são alguns dos elementos responsáveis pelas otimistas previsões do Goldman Sachs a respeito do maior país asiático.

O estudo do banco norte-americano prevê que, em pouco mais de dez anos, a China se tornará a segunda economia mundial. Em 2004, os chineses deixarão para trás os franceses. Em 2006, os ingleses serão ultrapassados. Em 2007, será a vez de os alemães ultrapassados. Por fim, em 2016, será a vez de os japoneses serem superados.

A Índia seguirá a China de perto na escalada das principais posições econômicas do mundo. De fato, as previsões são de que a economia indiana apresentará as maiores taxas de crescimento das

próximas décadas, superando até mesmo os índices de seus vizinhos chineses.

Dos componentes do BRIC, o Brasil é o país com os indicadores de crescimento mais modestos. Em 2002, nosso PIB cresceu apenas 1,5%, ao passo que a economia russa cresceu 4,3%, o PIB indiano cresceu 4,9% e a economia chinesa cresceu impressionantes 8%.

Além disso, o Brasil possui características que ainda emperram o pleno desenvolvimento de seu potencial. As principais, segundo Dominic Wilson, são a elevada dívida brasileira, a baixa poupança interna e a tímida abertura comercial que neste Governo demonstra ser promissora. Somos superados, em todos esses quesitos, por nossos companheiros do BRIC.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no que nos diz respeito, o estudo do banco Goldman Sachs é extremamente auspicioso.

Embora seja a economia com as menores taxas de crescimento do BRIC, o Brasil tem tudo para estar entre as cinco maiores economias mundiais em 2050. Essa é a aposta do Goldman Sachs, que projetou, para nosso País, taxas de crescimento entre 2,7% e 4,2%.

É mister, contudo, que estejamos atentos às armadilhas e aos alertas intrinsecamente contidos em prognósticos dessa natureza.

É sabido que toda e qualquer predição carrega em si o risco da falibilidade. E a economia firmou-se, ao longo da história, como um ramo do conhecimento em que as previsões, muitas vezes, não são confiáveis, dado o imenso número de variáveis que influenciam o mais simples indicador econômico.

Com essa ressalva em mente, o próximo passo é buscar, nas entrelinhas do estudo em questão, os alertas que seus autores tentaram nos transmitir. O que está por trás dos bons prognósticos para o Brasil? Ao mesmo tempo em que comemoramos o resultado dos estudos do Goldman Sachs, precisamos também nos perguntar: que atitudes são necessárias para que as previsões do banco norte-americano se tornem realidade?

A primeira dessas atitudes é bastante óbvia: devemos sustentar taxas de crescimento razoáveis ao longo das próximas décadas. Como a expansão do PIB é um dos principais indicadores em que os analistas basearam suas previsões, um quadro de recessão certamente acabaria com nossas esperanças de figurar entre as grandes economias mundiais em 2050. Incrementar nossa taxa de crescimento e sustentá-la em patamares razoáveis, portanto, são

pré-requisitos para que possamos acompanhar os demais países do BRIC.

Os três fatores que nos colocam na mais modesta das posições entre os componentes do BRIC também devem ser abordados com seriedade e energia. O elevado endividamento do País precisa ser reduzido; o comércio brasileiro precisa de mais abertura; e a poupança interna deve ser estimulada. As ações da equipe governamental devem pautar-se por essas preocupações e responder a essas demandas.

É reconfortante, nesse particular, observar que o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem tomado decisões que favorecem nossa permanência nos trilhos do desenvolvimento sustentável. Os exemplos mais evidentes são as reformas do Sistema Tributário Nacional e da Previdência Social, que a nosso ver deveriam atender às propostas de emendas que melhoram o texto encaminhado pelo Governo; a postura ativa que a diplomacia brasileira tem exibido nos foros de discussão da ALCA e em outras instâncias internacionais; a crescente racionalização dos gastos públicos, favorecida pela consolidação da Lei de Responsabilidade Fiscal; e a preocupação que o Governo do Presidente Lula tem demonstrado com a estabilidade macroeconômica do País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, toda meta deve ter um propósito maior que a justifique. O crescimento de nosso Produto Interno Bruto não deve ser um fim em si mesmo, mas um meio para alcançarmos um objetivo mais nobre.

Para usar uma imagem bastante conhecida, de que adianta termos um bolo enorme, se as fatias desse bolo são distribuídas de forma desigual e injusta? Não faz o menor sentido lutar pelo crescimento da economia se não buscarmos, ao mesmo tempo, uma distribuição de renda mais racional no nosso País.

Que os auspiciosos prognósticos contidos no estudo do Goldman Sachs nos inspirem, portanto, a lutar pelo crescimento de nossa economia, sem que nos esqueçamos de que esse crescimento não é um fim em si, mas um meio para que alcancemos uma sociedade mais justa e mais fraterna.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA**1****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70,
DE 2002-COMPLEMENTAR**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.526, de 2003 – art. 336, II)

Discussão, em turno suplementar, do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2002-Complementar (nº 183/2001-Complementar, na Casa de origem), que *altera a lista de serviços anexa do Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, com a redação dada pela Lei Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987*, tendo

Parecer sob nº 1.820, de 2003, da Comissão Diretora, Relator: Senador Eduardo Siqueira Campos, oferecendo a redação do vencido, para o turno suplementar.

Dependendo de parecer sobre as emendas oferecidas em turno suplementar.

2**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA
AO PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 292, DE 1999**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.562, de 2003 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 292, de 1999 (nº 1.555/2003, naquela Casa), que *dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências*, tendo

Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aguardando leitura, Relator: César Borges, favorável com destaques.

Dependendo de parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

3**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2003**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.563, de 2003 – art. 336, II)

Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2003 (nº 634/2003, na Casa de origem), que *dá nova redação aos arts. 44 e 2.031 da Lei*

nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, tendo

Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aguardando leitura, Relator: Senador Magno Malta, favorável.

4**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2003**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.565, de 2003 – art. 336, II)

Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2003 (nº 2.552/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *reajusta os valores da Taxa de Serviços Metrológicos, e dá outras providências*.

Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.

5**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 67, DE 2003**

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2003 (nº 40/2003, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que *modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3º do art. 142 e o § 10 do art. 201 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências*, tendo

Parecer sob nº 1.800, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tião Viana, oferecendo a redação para o segundo turno.

6**PARECER Nº 1.815, DE 2003**

(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 1.815, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Garibaldi Alves Filho, sobre a Mensagem nº 221, de 2003 (nº 583/2003, na origem), de 31 de outubro do corrente ano, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Tenente-Brigadeiro-do-Ar *Flávio de Oliveira Lencastre* para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decor-

rente da aposentadoria do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Sérgio Xavier Ferolla.

7

MENSAGEM Nº 191, DE 2002

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Mensagem nº 191, de 2002 (nº 499/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Fausto Orlando Campello Coelho*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Costa do Marfim, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República do Mali.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 57 minutos.)

(OS 20956/03)

(* ATAS DE COMISSÕES

43ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 28 de outubro de 2003.

1ª a 8ª Reuniões da Subcomissão de Turismo da Comissão de Assuntos Econômicos, realizadas em 8, 15 e 22 de abril, 6 de maio, 5 e 12 de junho, 19 de agosto e 4 de setembro de 2003, respectivamente.

1ª a 8ª Reuniões da Subcomissão de Mineração da Comissão de Assuntos Econômicos, realizadas em 3, 23 e 30 de abril, 7 de maio, 11 de junho, 13, 20 e 27 de agosto de 2003, respectivamente.

1ª a 6ª Reuniões da Subcomissão destinada a acompanhar a evolução da dívida pública dos estados da Comissão de Assuntos Econômicos, realizadas em 14, 20 e 27 de agosto, 3 e 24 de setembro e 14 de outubro de 2003, respectivamente.

1ª a 4ª Reuniões da Subcomissão Fome Zero da Comissão de Assuntos Econômicos, realizadas em 21 de agosto, 11 de setembro, 23 de outubro e 11 de novembro de 2003, respectivamente.

5ª a 31ª e 36ª Reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, realizadas em 27 de março, 10, 15 e 24

de abril, 8, 15, 22 e 29 de maio, 5, 12, 18 e 26 de junho, 7, 14, 21, 27 e 28 de agosto, 4, 10, 11, 17 e 18 de setembro, 2, 8, 15, 22 e 23 de outubro e 19 de novembro de 2003, respectivamente.

1ª a 6ª Reuniões da Subcomissão da criança, do adolescente e da juventude da Comissão de Assuntos Sociais, realizadas em 3 e 22 de abril, 7, 13 e 29 de maio e 29 de junho de 2003, respectivamente.

1ª a 7ª Reuniões da Subcomissão das pessoas portadoras de necessidades especiais da Comissão de Assuntos Sociais, realizadas em 7 de maio, 3 de junho, 20 de agosto, 1º 8 e 22 de outubro e 12 de novembro de 2003, respectivamente.

1ª a 8ª Reuniões da Subcomissão de saúde da Comissão de Assuntos Sociais, realizadas em 2 de abril, 8, 20 e 27 de maio, 4 e 10 de junho, 7 de agosto e 17 de setembro de 2003, respectivamente.

2ª a 6ª Reuniões da Subcomissão de cinema, comunicação e informática da Comissão de Educação, realizadas em 10 e 24 de abril, 7 de maio, 11 e 24 de junho de 2003, respectivamente.

7ª a 9ª, 11ª a 28ª Reuniões extraordinárias da Comissão de Fiscalização e Controle, realizadas em 2, 9 e 30 de abril, 14, 15 e 21 de maio, 11, 17 e 25 de junho, 6, 13, 20, 21 e 27 de agosto, 4, 17 e 24 de setembro, 2, 8, 15 e 22 de outubro de 2003, respectivamente.

1ª Reunião extraordinária da Subcomissão destinada a fiscalizar as agências reguladoras da Comissão de Fiscalização e Controle, realizada em 13 de agosto de 2003.

1ª e 2ª Reuniões ordinárias da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1ª Reunião extraordinária e 3ª Reunião ordinária, realizadas em 3, 10, 16 e 17 de julho de 2003, respectivamente. (1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura)

12ª a 14ª Reuniões ordinárias da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 15ª, 16ª e 6ª Reuniões extraordinárias e 15ª Reunião ordinária, realizadas em 29 de maio, 5, 12, 17, 18 e 26 de junho de 2003. (1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura)

6ª a 14ª Reuniões extraordinárias da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, 15ª Reunião ordinária, 16ª Reunião extraordinária, 17ª a 19ª Reuniões ordinárias, realizadas em 24 e 29 de abril, 27 de maio, 10 e 25 de junho, 5, 19 e 26 de agosto, 2, 9 e 16 de setembro de 2003, respectivamente.

(*) Publicadas em suplemento à presente edição

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney	PT	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	João Tenório
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Eurípedes Camargo
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PFL	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUI	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

**1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta**

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

**Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 15.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL –DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1. João Batista Motta** (PPS)*
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

**Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 02.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscmcae@senado.gov.br

**1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO
TEMPORÁRIA**

(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT – PA)

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL – BA)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS**

**TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges (PFL – BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB – RN)
Relator: Senador Ney Suassuna**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
João Batista Motta**	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

**Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 02.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO
TEMPORÁRIA**

(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL – BA)

Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT – SP)

Relator: Senador Romero Jucá (PMDB – RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Shhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Ams	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou -se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou- se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. (vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

Atualizada em 14.08.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Shessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta*	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 08.10.03.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO

(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Morais
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscmccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Ams	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Morais	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgíl io
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou -se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br .

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PERMANENTE

9 (nove) titulares

9 (nove) suplentes

(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO

PERMANENTE

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE

PERMANENTE

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)

Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Antonio Carlos Magalhães	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT –PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB – DF)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS
PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL –PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	4. (vago) 5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella

Vice-Presidente: Senador João Capiberibe

Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres

Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Silhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou -se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

E – Mail: cantony@senado.gov.br .

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: (JOÃO ALBERTO SOUZA)¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
Eurípedes Camargo ⁸	DF	2285	3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁹					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ^{7 e 14}	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹	RJ	5077
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 03.12.2003)

Notas:

¹ Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleitos em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁸ Eleito na Sessão realizada no dia 03.12.2003 para a vaga de Titular, em substituição ao Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) que se desligou do Conselho em 8.5.2003.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (PL) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador Juvêncio da Fonseca até 01.10.2003, quando passou a ocupar vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003.

¹² Eleita na Sessão do SF de 18.9.2003, em substituição ao Senador **Renildo Santana**, que ocupou a vaga de 19.3 a 15.9.2003, quando retornou a titular do mandato.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** que renunciou ao cargo em 25.09.2003

¹⁴ Indicado para ocupar a vaga de titular pelo PDT, conforme comunicação lida na Sessão do dia 01.10.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefone: 311-4561
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

Senador Eurípedes Camargo¹	Bloco de Apoio ao Governo
Senador Demóstenes Torres¹	PFL
(aguardando indicação)	
(aguardando indicação)	
(aguardando indicação)	

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko ⁴

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior ⁴

PMDB
Senador Papaléo Paes ⁸
PFL ⁶
Senadora Roseana Sarney (MA) ¹
PT ⁵
Senadora Serys Slhessarenko (MT) ¹
PSDB ⁶
Senadora Lúcia Vânia (GO) ¹
PDT
Senador Augusto Botelho (RR) ³
PTB ⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS) ⁷⁻⁹
PSB ⁵
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) ²
PL ⁵
Senador Magno Malta (ES) ¹
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) ¹

Atualizada em 14.10.2003

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Vaga ocupada no período de 26.2.2003 a 10.10.2003 pelo Senador Papaléo Paes, que na Sessão do SF de 7.5.2003 comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

⁸ Designado na Sessão do SF de 14.10.2003, conforme indicação da Liderança do PMDB lida na Sessão da mesma data. A vaga do PMDB foi ocupada no período de 26.2.2003 a 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

⁹ Designado na Sessão do SF de 10.10.2003, em substituição ao Senador Papaléo Paes.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefone: 311-4561 - sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato¹: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Tião Viana (PT/AC)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E DE REDAÇÃO</u> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado Zulaiê Cobra (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Nota:

¹ De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	(VAGO) ²
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em agosto de 2003

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

² Vago em decorrência da renúncia do Suplente CARLOS ROBERTO BERLINCK, que ocupou o cargo até 04.08.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552

sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPLICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL) ⁽²⁾	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) ⁽⁶⁾
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) ⁽⁷⁾	Vago ⁽⁸⁾
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS/CE) ⁽¹¹⁾

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽⁵⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR) ⁽¹⁰⁾	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) ⁽¹⁰⁾
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) ⁽⁹⁾
PPS ⁽⁴⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Notas:

- ⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.
⁽²⁾ O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).
⁽³⁾ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).
⁽⁴⁾ Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.
⁽⁵⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.
⁽⁶⁾ Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.
⁽⁷⁾ Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.
⁽⁸⁾ Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.
⁽⁹⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.
⁽¹⁰⁾ Vagas ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSL lida na Sessão do Senado da mesma data.
⁽¹¹⁾ Vaga ocupada pelo Senador João Batista Motta, que desligou-se do PPS e passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 02.10.2003.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil
 Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154
cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPPLYC ¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador TIÃO VIANA (PT ² - AC)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPPLYC (PT ² -SP)

Atualizado em 07.11.2003

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).



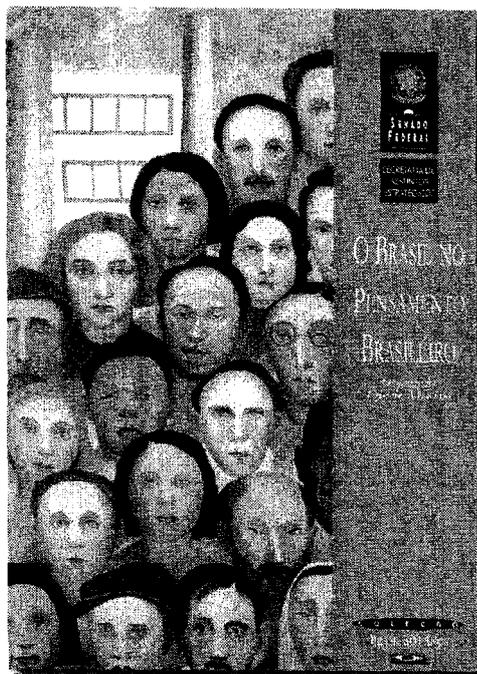
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djalir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 92 PÁGINAS